

Clio

ARQUEOLÓGICA

VOLUME 40 NÚMERO 2 2025



EDITORIAL

Este número da *Clio Arqueológica* assinala o falecimento de Niède Guidon e presta homenagem à sua trajetória científica e institucional, cuja influência foi decisiva para a arqueologia brasileira e internacional. Sua atuação no sudeste do Piauí contribuiu de forma substantiva para os debates sobre a ocupação humana nas Américas e para a consolidação de práticas de pesquisa articuladas à preservação do patrimônio e ao compromisso social. A edição se inicia, assim, com o *In Memoriam* elaborado por Pessis & Cisneiros, que registra o reconhecimento coletivo à relevância duradoura de sua contribuição para a disciplina.

A edição continua com textos que abordam diferentes temas e abordagens da pesquisa arqueológica. Na entrevista conduzida por Almeida, Borrazzo discute sua trajetória acadêmica e suas escolhas teórico-metodológicas, com ênfase em tecnologia lítica, tafonomia e aprovisionamento de matérias-primas em contextos de sociedades caçadoras-coletoras. A conversa aborda ainda desafios institucionais e perspectivas para a pesquisa arqueológica na América do Sul, articulando experiências de campo, formação acadêmica e produção do conhecimento. Em seguida, Oliveira et al. colocam em diálogo fontes etnohistóricas e dados arqueológicos para discutir a construção histórica da denominação “Cariris” e os processos de ocupação humana na Bacia do Araripe. O texto evidencia a complexidade das dinâmicas indígenas na região e os efeitos de longos processos de colonização e exclusão étnica na configuração da paisagem e da memória histórica.

Costa e Fontes analisam evidências arqueológicas associadas a populações do tronco linguístico Tupi em áreas semiáridas do Nordeste brasileiro, ampliando o entendimento sobre mobilidade, assentamento e permanência cultural em contextos de longa duração. O estudo demonstra que essas populações não estiveram restritas às áreas amazônicas ou litorâneas, destacando processos

de adaptação e compartilhamento de práticas materiais. Lima Filho et al. apresentam um relatório sobre uma experiência recente de colaboração arqueológica no litoral central do Peru, enfatizando o potencial científico de projetos internacionais cooperativos. O texto discute também os desafios logísticos, institucionais e sociais envolvidos nesse tipo de iniciativa, ressaltando a dimensão formativa e social da arqueologia. A edição se encerra com o resumo de uma tese que evidencia a contribuição da arqueologia para a análise de estilos arquitetônicos urbanos e de seus significados sociais no Recife ao longo do século XX.

O ano de 2025 foi um período de intenso trabalho e dedicação por parte da Equipe Editorial na atualização da *CLIO Arqueológica*, com destaque para a avaliação técnica e a reorganização da revista, realizadas em trabalho conjunto com a equipe do Portal de Periódicos da UFPE. A estratégia de organização incluiu a revisão de diversos elementos fundamentais para uma publicação de Acesso Aberto e para o atendimento aos critérios exigidos pelos principais diretórios, bases de dados e indexadores da área de Arqueologia e áreas afins, especificamente DOAJ, Scopus, Web of Science e SciELO entre outros. Essas etapas envolveram a avaliação e a revisão, quando necessário, de: 1) políticas de acesso aberto, direitos autorais, licenciamento e disponibilização em repositórios de terceiros; 2) política de avaliação por pares; 3) política de ética na publicação; e 4) ajustes no site da revista.

Leitores podem ter percebido mudanças no site ao longo do ano, resultantes desse processo, e estão previstas outras revisões pontuais em 2026, até que sejam alcançados os objetivos desejados. Alguns resultados diretamente alcançados por meio desse trabalho incluem a atualização ou inclusão da revista no Oasisbr; a indexação de todos os artigos publicados desde 1984 no DOAJ; e o envio das publicações para a Rede Cariniana, visando a preservação digital. A revista está, ou estará em breve, sendo avaliada para inclusão ou regularização em outros catálogos, indexadores e bancos de dados, e os respectivos logotipos e links serão disponibilizados no site à medida que os processos forem concluídos. Reconhecemos e agradecemos a orientação, o apoio e o trabalho da equipe do Portal de Periódicos da UFPE ao longo desse esforço.

Encerrando o primeiro ano da atual gestão editorial – 2025 – e com a publicação das edições dos Volumes 39 (2024) e 40 (2025), foi possível restabelecer a periodicidade da revista, critério imprescindível para a solicitação de inclusão e permanência em diversos bancos de dados e indexadores nacionais e internacionais. A ausência de periodicidade impactou a ativação dos códigos DOI, o que tem dificultado a validação da produção científica por diferentes instituições, como CAPES, CNPq e fundações estaduais de fomento. Ressaltamos que os códigos DOI atribuídos aos

artigos publicados são válidos, embora ainda não estejam ativos no sistema. Com a regularização da periodicidade, o processo de ativação dos DOIs terá início em janeiro de 2026, a partir dos artigos mais recentes, avançando progressivamente em direção aos mais antigos. Trata-se de um processo potencialmente lento, em função do número de registros pendentes e dos diversos procedimentos técnicos que precisam ser atendidos.

Finalizando este editorial, anunciamos a adoção, a partir de 2026, da Publicação em Fluxo Contínuo. Essa mudança visa alinhar a CLIO Arqueológica às práticas contemporâneas da publicação científica, reduzindo o intervalo entre submissão, avaliação e publicação, sem prejuízo do rigor editorial, da avaliação por pares e da qualidade científica.

Boa leitura!

Scott J. Allen

<https://orcid.org/0000-0002-1382-2746> / scott.allen@ufpe.br

Luiz Carlos Medeiros da Rocha

<https://orcid.org/0000-0003-4218-9916> / luiz.cmrocha@ufpe.br

PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniela. *Niède Guidon (1933-2025): Uma Vida Dedicada à Ciência, à Preservação Cultural e à Serra da Capivara*. *CLIO Arqueológica*, V40 N2, p. 4-14, 2025. <https://doi.org/10.51359/2448-2331.2025.268994>

NIÈDE GUIDON (1933-2025)
UMA VIDA DEDICADA À CIÊNCIA, À PRESERVAÇÃO CULTURAL E
À SERRA DA CAPIVARA

NIÈDE GUIDON (1933-2025)
A LIFE DEDICATED TO SCIENCE, CULTURAL PRESERVATION AND
THE SERRA DA CAPIVARA

Anne-Marie Pessis¹
<https://orcid.org/0000-0002-0925-7617> / annepessis@gmail.com

Daniela Cisneiros²
<https://orcid.org/0000-0003-1495-0069> / dani.cisneiros@ufpe.br

¹ Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

² Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

RESUMO

O presente texto apresenta a trajetória acadêmica de Niède Guidon e parte de seu extraordinário legado para a arqueologia e preservação cultural e ambiental no Brasil. Suas pesquisas na Serra da Capivara (PI) evidenciaram ocupações humanas anteriores ao consenso à época, desafiando paradigmas e promovendo o debate arqueológico. Seu projeto integrou pesquisa, preservação e desenvolvimento socioeconômico. Liderou a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, articulando conservação patrimonial com ações educativas e geradoras de renda para comunidades locais. Seu modelo pioneiro transformou a região, deixando um legado que perdura no patrimônio, na paisagem e na comunidade científica por ela formada.

Palavras-chave: Niède Guidon; Serra da Capivara; Legado.

ABSTRACT

This text presents the academic trajectory of Niède Guidon and part of her extraordinary legacy for archaeology and cultural and environmental preservation in Brazil. His research in Serra da Capivara (PI) evidenced human occupations prior to the consensus at the time, challenging paradigms and promoting archaeological debate. His project integrated research, preservation, and socioeconomic development. She led the creation of the Serra da Capivara National Park, articulating heritage conservation with educational and income-generating actions for local communities. Its pioneering model transformed the region, leaving a legacy that endures in the heritage, landscape, and scientific community it formed.

Keywords: Niède Guidon; Serra da Capivara; Legacy.

O legado de Niède Guidon transcende significativamente o âmbito da Arqueologia científica do século XX e início do século XXI no Brasil. Seu projeto caracterizou-se não apenas por uma investigação arqueológica, mas constituiu-se em uma iniciativa orientada para a preservação ativa do patrimônio arqueológico e ambiental. Essa atuação delineou um modelo integrado que articulou pesquisa sistemática, conservação patrimonial e desenvolvimento socioeconômico regional, e a converteram em uma das figuras mais extraordinárias da História da Arqueologia Brasileira.

Entre as décadas de 1980 e 1990, as pesquisas lideradas por Niède Guidon ocuparam um papel central em um dos debates mais polarizados da Arqueologia americana: a antiguidade do povoamento humano na América do Sul. As implicações desse debate ultrapassaram as discussões metodológicas próprias da Arqueologia àquela época – como métodos de escavação, classificações tipológicas e protocolos de datação –, alcançando níveis epistemológicos mais abrangentes. O diálogo estendeu-se à questões fundamentais sobre paradigmas interpretativos, vertentes teóricas consolidadas – notadamente das ideias difusionistas e evolucionistas –, e os condicionantes político-acadêmicos inerentes à produção do conhecimento científico.

Sua valentia ao questionar os paradigmas estabelecidos, fundamentada nos dados de suas pesquisas, inseriu a Serra da Capivara, localizada no sudeste do Piauí, nos debates internacionais sobre povoamento humano no Pleistoceno Superior. Hoje a Serra da Capivara tem a maior concentração de sítios arqueológicos anteriores ao Último Máximo Glacial, entre eles estão: a Toca do Boqueirão da Pedra Furada, a Toca do Sítio do Meio e o Vale da Pedra Furada. A convergência entre o excepcional potencial arqueológico da Serra da Capivara e os rigorosos esforços de pesquisa e conservação coordenados por Niède Guidon gerou um acervo de fundamental importância. Este *corpus* continuará a ser explorado gerando novas hipóteses sobre os processos de ocupação humana regional e a construção de estratégias de subsistência pretéritas.

Este texto, como homenagem póstuma a Niède Guidon, analisa sua trajetória científica no campo da Arqueologia, com ênfase em sua formação e atuação institucional.

Nascida em Jaú (São Paulo), em 1933, filha de mãe brasileira e pai francês, Niède Guidon graduou-se em História Natural pela Universidade de São Paulo (USP), em 1959. Obteve uma especialização em Arqueologia Pré-Histórica realizada na *Université Paris-Sorbonne* (1961-1962). Sob a orientação de André Leroi-Gourhan, desenvolveu sua tese doutoral na mesma universidade, intitulada *Les peintures rupestres de Varzea Grande, Piauí, Brésil*, defendida e publicada em 1975. Completou sua formação com um pós-doutorado em 1984.

Sua carreira como pesquisadora na França, se realizou em *L'Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales* onde formou um grupo de pesquisa focado na América Latina. Exerceu funções estratégicas de representação e assessoria junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atuando como representante da França no acordo CNPq-CNRS junto à Universidade Federal do Piauí (UFPI), entre 1983 e 1994, e posteriormente como membro do Comitê Assessor. Foi coordenadora da Missão Franco-Brasileira do Piauí, de 1977 a 1998.

Paralelamente à pesquisa, dedicou-se ao magistério, ministrou a disciplina de Arqueologia Pré-histórica da América na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), entre 1977 e 1979. Desenvolveu atividade como professora visitante em instituições brasileiras, incluindo a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre 1986 e 1991, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entre 1991 e 1999, e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), entre 1982 e 1983, participando da formação direta numerosos estudantes de pós-graduação. Seus primeiros trabalhos publicados em periódicos foram sobre sambaqui (Guidon, 1964a), indústria lítica (Guidon, 1964b) e uma reflexão sobre a Arqueologia Moderna (Guidon, 1967).

No início da década de 1960, em uma viagem ao estado de Minas Gerais, teve pela primeira vez contato com pinturas rupestres do Brasil e, durante o ano letivo de 1962, no curso de Arte Pré-histórica com André Leroi-Gourhan. Niède Guidon elegeu, a arte rupestre como tema de sua tese, focando na integração sistemática desses registros gráficos ao contexto arqueológico dos sítios.

Em 1973, Niède Guidon e a antropóloga Vilma Chiara, partem em uma campanha arqueológica para o Estado do Piauí, cujo principal objetivo era fotografar e copiar as pinturas. Integraram-se ao grupo mais duas arqueólogas do Museu Paulista, Silvia Maranca e Águeda Vilhena de Moraes, iniciando-se, assim, a primeira missão arqueológica no sudeste do Piauí, descrita como uma campanha bem-sucedida no prefácio do seu primeiro trabalho sobre a região, publicado em 1975, pois nele registraram 55 sítios com pinturas rupestres (Figura 1).

No mesmo trabalho, Guidon (1975) relata que o isolamento, as dificuldades de suprimento, a escassez de alimentos e água, e a falta de estradas transitáveis eram problemas constantes a serem resolvidos, e aponta a ajuda e a solidariedade dos moradores locais como um dos fatores para o sucesso da missão.

Após ingressar *Doutorat d'Etat* na Sorbonne, em Paris, Niède Guidon deu início as suas pesquisas sobre as pinturas rupestres no sudeste do Piauí. Os resultados dos estudos foram integrados à sua tese, defendida 1975 e, no fascículo dos *Cahiers d'archéologie d'Amérique du Sud* (Guidon,

1975) que conta com um capítulo de referência dedicado a classificação das pinturas rupestres e uma série das primeiras reproduções demonstrando a variedade técnica e morfológica dos grafismos da Serra da Capivara.

Com as pesquisas voltadas para o entendimento do contexto arqueológico dos sítios com pinturas rupestres no sudeste do Piauí e as análises dos vestígios evidenciados nas sondagens de 1973 em andamento, Niède Guidon dá continuidade as escavações na área a partir de 1978 (Guidon, 1978). O foco naquele momento era situar cronologicamente e culturalmente a arte rupestre.

As escavações forneceram grande quantidade de dados e de vestígios líticos e cerâmicos, além de estruturas de fogueiras. As amostras de carvão evidenciadas e coletadas durante estes trabalhos foram datadas pelo *Laboratoire des Faibles Radioactivités de Gif-sur-Yvette* e pelo *Centre Scientifique* de Mônaco e naquele momento os resultados obtidos confirmaram uma presença humana contínua muito antiga na região.

Em 1984, publica no volume 2, número 1 da Revista de Arqueologia, as datações, análise do material lítico e croquis das escavações dos sítios Toca do Caldeirão do Rodrigues, Toca do sítio do Meio e Toca do Boqueirão da Pedra Furada inferindo a hipótese de ocupações contínuas, cujas estratigrafias cobririam um período que se estendia desde 30.000 até 4.000 anos A.P. (Guidon, 1984a). Nesse mesmo ano, dirige uma sequência de publicações para divulgação no meio acadêmico dos dados e hipóteses de sua pesquisa: *Les premières occupations humaines de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato-Piauí-Brésil*, na revista *L'Anthropologie* (1984b); *Reflexões sobre o povoamento da América* na Revista *Dédalo* (1984c) e *Analyse de collections lithiques. Un cas d'application l'aire archéologique de São Raimundo Nonato* nos *Études Americanistes Interdisciplinaires* (1984d).

Após 1984, sua pesquisa direcionou-se sistematicamente à problemática do povoamento inicial da América do Sul, mediante a condução e orientação de escavações arqueológicas voltadas à elucidação dos processos de ocupação humana na região da Serra da Capivara. O objetivo era reconstruir as principais fases da ocupação humana nesta região, mas também estudar os processos de adaptação. Assim, as novas campanhas junto a uma equipe mais ampla de autores, confirmaram a hipótese sobre a antiguidade do povoamento humano no sudeste do Piauí (Figura 1).



Figura 1: Niède Guidon na Escavação do sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada. Serra da Capivara, Piauí. Fonte: Acervo Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm).

O ápice dos esforços em promover discussões sobre os dados arqueológicos na Serra da Capivara ocorreu em dezembro de 1993, com a realização, em São Raimundo Nonato (PI), da *Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas*, evento viabilizado pelo apoio financeiro do CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O objetivo central do encontro consistiu em congregiar especialistas para uma avaliação crítica das teorias explicativas vigentes sobre o povoamento do continente americano, confrontando-as com o *corpus* de evidências empíricas então disponíveis. Ao longo de quatro dias de sessões, foram apresentados e debatidos dados provenientes de sítios arqueológicos estratégicos, cujos vestígios materiais e datações absolutas desafiavam os paradigmas cronológicos conservadores dominantes à época. Dentre as contribuições destacaram-se os resultados das investigações em curso em sítios-chave, como a Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brasil) e Monte Verde (Chiloé, Chile), cujas datações sugeriam uma ocupação humana significativamente anterior aos modelos tradicionais baseados no Clovis First. As Actas daquele encontro foram publicadas como o primeiro número da Revista Fumdhamentos, que continua sendo publicada até a atualidade como órgão de divulgação da Fundação Museu do Homem Americano, especialmente dedicada as pesquisas arqueológicas, ambientais e conservação do patrimônio arqueológico do Nordeste do Brasil.

Niède Guidon liderou o movimento científico e político para a criação do Parque Nacional Serra da Capivara. A unidade de conservação foi instituída em 1979, com o objetivo primordial de proteger os vestígios arqueológicos e ambientais da área. Em reconhecimento ao seu valor universal, o Parque foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em dezembro de 1991. Dois anos depois, em setembro de 1993, recebeu a proteção federal como patrimônio nacional, sendo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Atualmente, a Área Arqueológica Serra da Capivara formada pelos Parques Nacionais Serra das Confusões e Serra da Capivara, e pelo corredor ecológico entre eles, integra 1.210 sítios arqueológicos cadastrados no Iphan, 105 desses sítios podem ser atualmente visitados no Parque Serra da Capivara e/ou acessados imageticamente por meio da Summa Arqueológica (<https://summa.fumdham.org.br>).

A partir de um grupo de pesquisadores dedicados ao estudo arqueológico e ambiental do Parque, criou em 1986 a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdham), cujo objetivo era integrar pesquisas científicas com iniciativas educacionais e sociais na região de São Raimundo Nonato (Piauí). A Fumdham continua atuando em pesquisas e na proteção da conservação e guarda dos vestígios arqueológicos da área.

O legado de Niède Guidon transcende o âmbito estritamente acadêmico, estendendo-se à esfera sociocultural por meio de iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional integrado. Esses projetos tinham como premissa fundamental a articulação entre a conservação do patrimônio arqueológico do Parque Nacional Serra da Capivara e a melhoria das condições de vida das populações locais. As principais ações socioambientais implementadas incluíram:

1. Núcleos de Apoio às Comunidades (1989–2001): Estruturas multifuncionais implantadas em localidades adjacentes aos sítios arqueológicos (Mocó, Barreirinho, Serra Vermelha, Porteirinha e Alegre), com o objetivo de integrar as comunidades às estratégias de preservação do Parque. Cada núcleo era constituído por uma escola adaptada ao contexto local, um posto de saúde e uma atividade econômica geradora de renda, promovendo assim educação, saúde e sustentabilidade de forma articulada.
2. Cerâmica Artesanal Serra da Capivara (1992–2001): Projeto financiado pela ONG Terra Nuova, que buscou fomentar a economia local por meio de oficinas de produção cerâmica. As peças eram inspiradas nos registros rupestres da região, estabelecendo um vínculo entre o patrimônio cultural e o artesanato, agregando valor simbólico e econômico à produção.
3. Desenvolvimento da Apicultura Sustentável e Familiar (1993–2002): Iniciativa financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com foco na implantação de atividades

econômicas diversificadas e de baixo impacto ambiental, contribuindo para a geração de renda e a conservação da biodiversidade local.

4. Pro-Arte Fumdam (2002–2012): Programa que utilizou expressões artísticas e educacionais como ferramentas de reflexão sobre o contexto socioeconômico e cultural associado ao Parque. Seu principal desdobramento foi a realização do I Festival Internacional Serra da Capivara, que promoveu significativo impacto estético e social, além de ampla divulgação midiática.

Em conjunto, essas iniciativas resultaram em uma transformação socioeconômica e cultural duradoura para as populações do entorno da Serra da Capivara, consolidando um modelo de gestão que alia preservação arqueológica, inclusão social e desenvolvimento regional. A criação do Museu do Homem Americano e do Museu da Natureza, instituições sob gestão da Fumdam, exemplifica a visão pioneira de Niède Guidon, ao articular pesquisa arqueológica, divulgação científica e educação patrimonial vista por ela como indissociáveis.

Guidon, em colaboração com as pesquisadoras Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin, participou também da iniciativa acadêmica junto ao Programa Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) do Ministério da Educação (MEC) para a criação da graduação em Arqueologia. Esse esforço resultou na criação, em 2004, do primeiro curso de graduação em Arqueologia oferecido por uma universidade pública federal no Brasil, implementado na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com sede no município de São Raimundo Nonato, no Piauí. A implantação do curso representou um marco para a institucionalização da disciplina no país. Ter o *campus* universitário no município de São Raimundo Nonato junto ao Parque Nacional Serra da Capivara, era essencial não apenas para uma integração direta entre formação teórico-metodológica e pesquisa de campo, mas para o desenvolvimento regional.

No início do século XXI, Niède Guidon volta suas pesquisas para a relação das populações humanas com o meio ambiente, integrando sempre a epistemologia de sua graduação inicial em História Natural. Entre os projetos, podem ser citados: Evolução e distribuição geográfica da fauna fóssil da área do Parque Nacional Serra da Capivara, entre 2010 e 2013 (CNPq); A água e o Berço do Homem Americano, entre 2007 e 2010 (Petrobrás); Origem e evolução migratória dos primeiros grupos humanos no sudeste do Piauí, entre 2005 e 2008 (CNPq). Participou também do comitê gestor de pesquisa do Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido (INCT/CNPq/Inapas), entre 2009 e 2016 (Figura 3).



Figura 2: Niède Guidon junto as pesquisas do Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semiárido (INCT/CNPq/Inapas). Fundação Museu do Homem Americano.
Fonte: Acervo Fundação Museu do Homem Americano (Fundham).

A trajetória científica de Niède Guidon, marcada por extensa produção acadêmica e reconhecimento institucional nacional e internacional, foi indissociável de um perfil pessoal caracterizado por generosidade, pragmatismo e profundo compromisso socioambiental. Para além de suas contribuições paradigmáticas à Arqueologia e à gestão do patrimônio, sua atuação extrapolou os limites da academia, manifestando-se em ações concretas de desenvolvimento regional e conservação do patrimônio. Demonstrou notável desprendimento material e visão estratégica ao direcionar integralmente os recursos financeiros do Prêmio Príncipe Noel — concedido pelo governo dos Países Baixos — para a infraestrutura elétrica do Aeroporto de Serra da Capivara. Esta decisão foi crucial para viabilizar a inauguração da obra, considerada por ela um eixo fundamental para o desenvolvimento econômico e logístico da região.

Seu compromisso ético estendia-se à fauna local. Em resposta aos ciclos de seca característicos do semiárido, ela implementou ações mitigatórias em sua propriedade e no Parque Nacional, como a instalação de viveiros para aves e a construção de reservatórios de água, visando amortecer os impactos ambientais sobre a vida silvestre. Esse senso de responsabilidade também se expressou no cuidado de dezenas de gatos abandonados, aos quais garantiu proteção inclusive por disposição testamentária (Martin e Pessis, 2025).

Aos 92 anos Niède Guidon, deixa um legado que perdura não apenas no acervo do Parque Nacional da Serra da Capivara e nas instituições que fundou (o Museu do Homem Americano e o Museu da Natureza), mas também na comunidade científica por ela formada. A trajetória de Guidon consolida-se, como um capítulo fundamental na Arqueologia brasileira, cujo impacto permanece materializado na paisagem, no patrimônio arqueológico e nas gerações por ela inspiradas.

“Eu passo o presente, procurando o passado”

Niède Guidon (1933-2025)

Referências

- GUIDON, N. 1964 a. Nota Prévia sobre o Sambaqui Mar Casado. *Homenaje a Fernando Marquez Miranda, Publicaciones del Seminario de Estudios Americanistas y el Seminario de Antropología Americana, Universidades de Madrid y Sevilla, Madrid*, p. 176-204, 1964.
- GUIDON, N. 1964 b. A Indústria Lítica de Jataí, Estado de São Paulo”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, p. 381-403, 1964.
- 115.
- GUIDON, N.1967. A Arqueologia Moderna : O Planejamento e sua importância para a arqueologia do Brasil Sul”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XVII, p. 395-406.
- GUIDON, N. 1975 a. Peintures rupestres de Várzea Grande, Piauí, Brasil. *Cahiers D'archéologie D'Amérique Du Sud*, Paris, v. 3, p. 1-174, 1975.
- GUIDON, N. 1975 b. Abris peints de la Serra da Capivara, région de Várzea Grande, état du Piauí, Brésil“. *Microficha Institut D'ethnologie*, Paris, 1975.
- GUIDON, N.1978.Peintures rupestres de Várzea Grande, Piauí, Brésil- n° 2. *Cahiers d'archéologie d'Amérique du Sud*, Paris, p. 1-137.
- GUIDON, N. 1984b. Les premières occupations humaines de l'aire archéologique de São Raimundo Nonato”. *L'Anthropologie*, Paris, v. 88, n.2, p. 263-271, 1984.
- GUIDON, N. 1984c. Reflexões sobre o povoamento da América. *Dédalo*, São Paulo, v. 23, p. 153-162.
- GUIDON, N. 1967. A Arqueologia Moderna : O Planejamento e sua importância para a arqueologia do Brasil Sul. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XVII, p. 395-406.
- GUIDON, N.; OGELROSS, L. ;MARANCA, S. 1975. Abri Toca do Pinga do Boi, site typique de la variété Serra Branca et de style Varzea Grande, Brésil. *Institut D'ethnology*, Paris, v. 80, p. 1-15,
- GUIDON, N.1984a. As primeiras ocupações humanas da área arqueológica de São Raimundo Nonato. *Revista de Arqueologia*, v. 2, n.1, p. 38-46.
- GUIDON, N.1984d. Analyse de collections lithiques. Un cas d'application l'aire archéologique de São Raimundo Nonato. *Études Americanistes Interdisciplinaires*, Paris, v. I, n.3.
- MARTIN, G. PESSIS, A-M. 2025. Niède Guidon (1933-2025): una vida dedicada a la ciencia, la cultura y al pueblo brasileño. *Revista Argentina de Antropología Biológica*. V. 27, n. 2.
- SOUTO MAIOR, P. 2020. Retorno Social da Arqueologia: Ações e Projetos da Fumdhm nas comunidades próximas ao Parque Nacional Serra da Capivara, PI. *Fumdhamentos*, v. 17, p. 3-31.

ENTREVISTA

DRA. KAREN BORRAZZO

Marcellus d'Almeida de Almeida¹

<https://orcid.org/0000-0001-9369-3632> / marcellus85@gmail.com



Karen Borrazzo é uma arqueóloga argentina formada em Ciências Antropológicas pela Universidade de Buenos Aires (UBA), onde concluiu seu doutorado em 2010 com a tese, *Arqueología de los Esteparios Fueguinos: Tecnología y tafonomía lítica en el norte de Tierra del Fuego, Argentina*, centrada no estudo tafonômico e tecnológico da tecnologia lítica das sociedades caçadoras-coletoras que habitaram a região Fuego-Patagônica — temas que também orientam suas pesquisas atuais. Suas linhas de investigação abrangem a tafonomia lítica, a tecnologia lítica, o aprovisionamento de matérias-primas e a arqueologia de caçadores-coletoras. Atualmente, é pesquisadora do CONICET no Instituto Multidisciplinar de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU-CONICET) e professora na Universidade de Buenos Aires. A entrevista foi conduzida em janeiro de 2025, combinando trechos de respostas obtidas por meio de comunicação online e também por escrito, originalmente em espanhol. A tradução para o português foi realizada com a anuência da entrevistada.

¹ Arqueólogo Independente

Clio Arqueológica: Qual é a importância do enfoque tafonômico no estudo das indústrias líticas?

Karen Borrazzo: Pessoalmente, considero importante aplicar uma perspectiva tafonômica ao estudo de todo o registro arqueológico. Isso inclui tanto os materiais orgânicos — tradicionalmente abordados pela tafonomia, como ossos, conchas ou vegetais — quanto os inorgânicos, como líticos, cerâmica e metais. Ou seja, eu endosso a proposta feita por Luis Alberto Borrero sobre a implementação de uma “Tafonomia Irrestrita” na arqueologia (Borrero, 2011). Quando digo que aplicar uma perspectiva tafonômica é importante, refiro-me à contribuição que ela pode oferecer às investigações arqueológicas

Fazer tafonomia é
empregar os esforços
metodológicos e analíticos
necessários para conhecer a
história formacional
completa do registro
arqueológico.

quando incorporada de forma sistemática. Uma abordagem tafonômica do registro é um olhar menos ingênuo, que direciona os esforços a conhecer todos os fatores que intervieram na configuração material que se nos apresenta como o registro do que ocorreu no passado. A arqueologia, enquanto ciência que aborda fenômenos com uma dimensão material, deve ser tafonômica para avaliar criticamente quais ações e de que forma elas estão inscritas no registro arqueológico. A ausência de uma abordagem tafonômica é

impensável; ela simplesmente não permitiria aceitar o alcance dos resultados. Pensemos, por exemplo, nos pseudoartefatos — um exemplo eloquente deste ponto. De uma forma ou de outra, toda investigação arqueológica deseja conhecer quais acontecimentos produziram a realidade material que se estuda. Nesse sentido, fazer tafonomia é empregar os esforços metodológicos e analíticos necessários para conhecer a história formacional completa do registro arqueológico.

Portanto, o papel da tafonomia no estudo das indústrias líticas é incorporar à discussão arqueológica sobre as fontes de variabilidade do registro artefactual, uma perspectiva formacional que complemente as abordagens antropológicas sobre o saber-fazer, as estratégias tecnológicas, as sequências e técnicas de redução, os modos de uso etc., comumente aplicadas nos estudos tecnológicos em arqueologia. Trata-se, em primeiro lugar, de reconhecer que as propriedades morfológicas e distribucionais, ou seja, espaciais, dos conjuntos líticos não são apenas resultado das ações humanas intencionais. Essas propriedades e seus padrões podem ser modeladas por — ou simplesmente serem resultantes de agentes não humanos ou de atividades humanas não intencionais. Reconhecer que isso é possível leva a compreender que, em certas ocasiões, as propriedades do registro arqueológico —

neste caso, os conjuntos líticos — podem não ser informativas sobre decisões ou escolhas humanas. É isso que, em determinado momento, referi como a necessidade de uma abordagem que transcenda o olhar antropocêntrico sobre o registro lítico (Borrazzo, 2020a). A arqueologia avançará à medida que adotar um enfoque mais condizente com a natureza do fenômeno que estuda: material, transgressivo no tempo, resultado de múltiplos eventos, coletivo e, especialmente, de origem mista (cultural e natural-tafonômica).

Talvez o caso extremo que mostra a utilidade de aplicar uma abordagem tafonômica ao estudo dos materiais líticos seja o dos pseudoartefatos. Isso se relaciona com o que mencionei anteriormente: reconhecer que os hominínios não foram nem são os únicos agentes neste planeta com a capacidade de talhar rochas ou modelá-las por picoteamento, abrasão e polimento (Borrazzo, 2020a; Proffitt et al., 2016). Este é um bom exemplo do que significa, para mim, “perder a inocência” na arqueologia. Trata-se de entender que existem trajetórias alternativas — que não envolvem os humanos como protagonistas — capazes de produzir fenômenos materiais que compartilham atributos com os artefatos. Se não temos essa ideia em mente e não implementamos mecanismos de avaliação sobre isso em nossas pesquisas, acabamos em cenários de trabalho que desviam energia para discussões mal orientadas. Em termos práticos, não reconhecer a existência de pseudoartefatos pode levar à coleta de espécimes líticos não artefatuais que acabam ocupando espaços importantes nos depósitos institucionais destinados à guarda ou custódia de coleções arqueológicas — espaços que, na maioria das vezes, já são escassos e de capacidade reduzida. Sobre esse ponto específico, acredito que deveríamos aprender com a controvérsia ocorrida na Europa no início do século XX em torno dos eólitos. Como ciência, não deveríamos tropeçar duas vezes na mesma pedra (literalmente). De certa forma, a repetição desses erros é prejudicial, pois descredibiliza a nossa comunidade científica.

Não reconhecer a
existência de
pseudoartefatos pode levar
à coleta de espécimes
líticos não artefatuais que
acabam ocupando espaços
importantes nos depósitos
institucionais.

Clio Arqueológica: Quando e por que você se interessou pela tafonomia lítica?

Karen Borrazzo: A geoarqueologia, por meio das aulas de Cristian Favier Dubois, foi o primeiro tema que me interessou logo no início da graduação em Ciências Antropológicas com orientação em Arqueologia na Universidade de Buenos Aires. Como resultado, junto com meus colegas e amigos Ramiro Barberena, Anahí Re e Pancho Zangrando, nos aventuramos em estudos geoarqueológicos na província de Buenos Aires, a partir dos quais adquiri o hábito de identificar e refletir sobre a sucessão de eventos, digamos, os processos por trás das coisas.

Alguns anos depois, em 2002, ingressei na equipe de pesquisa dirigida por Luis Alberto Borrero — um ambiente no qual, eu diria, se respira tafonomia. Qualquer pessoa que conheça Borrero sabe que ao seu redor sempre surgem discussões sobre diversos processos, a partir de fontes de informação variadas (trabalhos arqueológicos de todo o mundo, observações atuais, etnografia, relatos históricos, informes de outras ciências) ou, simplesmente, reflexões arqueológicas despertadas pela literatura de ficção. Nesse contexto, me formei em análise lítica com Nora Franco e me beneficiei das trocas sobre tecnologia mantidas com Marcelo Cardillo e Judith Charlin, ambos companheiros de laboratório no IMHICIHU-CONICET.

O objeto de estudo da arqueologia é a entidade resultante da combinação entre a atividade humana (intencional ou não) e os processos naturais.

Para minha tese de graduação (Borrazzo, 2004), realizei o estudo de conjuntos líticos produzidos por sociedades caçadoras-coletoras da Terra do Fogo (Argentina) durante o Holoceno tardio. As primeiras amostras que analisei provinham de um contexto de superfície nas dunas litorâneas do sul da baía de San Sebastián. Trata-se dos sítios arqueológicos de Los Chorrillos, que ainda hoje — mesmo após a experiência com diversos outros conjuntos

líticos — eu destacaria por apresentar os artefatos mais intensamente transformados por corrosão, isto é, abrasão eólica. O norte da Ilha Grande da Terra do Fogo se caracteriza pela presença de ventos fortes, que além disso são muito frequentes ao longo do ano. Os processos eólicos ali são violentos: acompanhar as mudanças que eles induzem é realmente instrutivo. A magnitude e a velocidade das transformações nos contextos fueguinos oferecem uma oportunidade privilegiada para aprender sobre o impacto dos processos eólicos no registro arqueológico.

À medida que eu avançava na análise morfotipológica dos artefatos líticos, comecei a registrar as modificações que as peças exibiam em sua superfície (abrasão, meteorização química, formação de depósitos carbonáticos, coloração, etc.). Naquela época, Borrero me compartilhou um trabalho que havia escrito recentemente com G. Lorena L’Heureux, voltado à criação de ferramentas para o reconhecimento de conjuntos ósseos antrópicos e não antrópicos (L’Heureux e Borrero, 2002). Ali já aplicavam noções derivadas do estudo tafonômico atualista longitudinal que Borrero realizava, centrado no monitoramento de carcaças de guanaco depositadas na localidade de San Pablo (Terra do Fogo), trabalho que viria a ser publicado posteriormente (Borrero, 2007). A leitura desse artigo sobre tafonomia óssea, ainda em 2002, me inspirou a sistematizar, nas minhas próprias planilhas, o registro das transformações tafonômicas dos artefatos, com o objetivo de obter, para os líticos, informações formacionais comparáveis às dos ossos. Desde o início, Borrero apoiou essa ideia, alimentando seu desenvolvimento com trocas constantes e com seu entusiasmo característico. Quando percebi com clareza que minha pesquisa havia incorporado, como objetivo, compreender a formação dos conjuntos líticos abrangendo também sua *after-life*, isto é, sua história pós-deposicional, comecei a buscar, e encontrar, a bibliografia que contribuía ou podia ser usada nessa direção. Desde o início, adotei uma perspectiva tafonômica otimista, que valoriza de forma positiva a possibilidade de identificar, em uma ‘pegada tafonômica’, o agente ou processo que a gerou, ainda que este já não seja observável. Assim, essas transformações não apenas alteram alguma(s) da(s) propriedade(s) do registro arqueológico, inclusive gerando vieses, mas também constituem novas fontes de informação para a pesquisa. Esse otimismo — próprio da abordagem tafonômica de Borrero — eu distingo do pessimismo que marca algumas abordagens tafonômicas que, longe de considerar os processos pós-deposicionais como fontes informativas adicionais, enfatizam seu caráter de obliteradores do registro. A principal diferença que tenho com essas posturas, em geral, é que nelas subjaz a ideia de que existiria uma forma “pré-tafonômica” do registro arqueológico, cuja formação não teria sido influenciada por processos pós-deposicionais. A meu ver — como já mencionei antes —, o objeto de estudo da arqueologia é a entidade resultante da combinação entre a atividade humana, intencional ou não, e os processos naturais. Para mim, não há hierarquias: os arqueólogos deveriam dedicar a todos os agentes formadores do registro arqueológico a mesma atenção.

Os arqueólogos
deveriam dedicar a
todos os agentes
formadores do
registro arqueológico
a mesma atenção.

Retomando o relato do meu primeiro contato com a tafonomia lítica durante a elaboração da tese de licenciatura, eu aspirava aplicar uma perspectiva tafonômica ao estudo dos conjuntos líticos de

Los Chorrillos que me permitisse entender o que havia acontecido com aqueles artefatos tão transformados — e por que havia, entre eles, diferenças quanto ao tipo, à intensidade e à extensão das modificações que apresentavam. Na busca por informações para delinear a abordagem tafonômica que eu iria implementar, o ápice foi encontrar *The need for a taphonomic perspective in stone artefact analysis*, o trabalho de Peter Hiscock publicado em 1985. Ali senti que não apenas desejava fazer “tafonomia lítica”, mas que isso era indiscutivelmente possível. O título da minha tese de graduação é *Hacia una tafonomía lítica* porque eu queria que esse trabalho fosse mais uma contribuição ao desenvolvimento de um campo que — com ou sem nome próprio — eu já havia compreendido que vinha sendo construído na arqueologia há bastante tempo (e.g., Levi Sala, 1986).

Clio Arqueológica: Temos a ideia de que os agentes tafonômicos são sempre naturais. O que estamos excluindo?

Karen Borrazzo: Para elaborar a resposta a esta pergunta, considero úteis as categorias cunhadas e definidas operacionalmente por Michael B. Schiffer, por isso as retomarei e articularei com conceitos da tafonomia. Como sabemos, os agentes tafonômicos (Gifford, 1991; Lyman, 1994) são todas aquelas fontes de energia que atuam no contexto arqueológico (*sensu* Schiffer, 1972) e cuja ação tem efeitos, introduz mudanças, sobre as propriedades dos materiais, nas matrizes que os contêm e/ou nas relações mantidas entre eles. Nada nessa definição indica que os hominínios (humanos modernos e seus ancestrais) devam ser excluídos; ao contrário, essa formulação nos convida a considerá-los como um dos agentes cujas ações podem desencadear processos tafonômicos sobre os restos materiais de, por exemplo, ocupações anteriores. Nesse ponto, torna-se necessária a distinção entre (1) os processos tafonômicos induzidos pela ação humana e (2) a reclamação (Schiffer, 1987). A reclamação abrange os processos intencionais nos quais um hominínio adquire materiais culturais depositados no contexto arqueológico para seu uso. Esse ato humano reintegra o objeto reclamado a um contexto cultural, ou seja, contexto sistêmico (*sensu* Schiffer, 1972).

Se estivermos falando de uma estrutura ou de um local, a reinserção no contexto sistêmico ocorre por meio de sua reutilização após ter acontecido o abandono efetivo. Já nos processos tafonômicos antropogênicos, por outro lado, não há essa reinserção dos bens arqueológicos no contexto sistêmico. Nesses casos, as ações humanas afetam, isto é, transformam com seus efeitos, os materiais enquanto estes se encontram no contexto arqueológico. O pisoteamento e o trânsito de veículos (e.g.,

Manninen, 2007; Weitzel e Sánchez, 2021), o arado em campos de cultivo (Mallouf, 1982), a realização de fogueiras ou incêndios (e.g., Cardillo et al., 2022; Neubauer, 2018) e as escavações em pequena ou grande escala (e.g., Borrazzo et al., 2025) são alguns dos processos tafonômicos que têm os humanos e seus ancestrais como agentes tafonômicos formadores do registro arqueológico. Algo a se considerar é que, uma vez que esses processos tafonômicos têm como fonte de energia (agente) os próprios humanos, sua existência é concomitante à do registro arqueológico e, por isso, têm o potencial de ter ocorrido desde a pré-história até a atualidade. Uma parte importante do sinal geológico do chamado Antropoceno é resultado da ação humana como agente tafonômico. Por isso, o trabalho da arqueologia com perspectiva tafonômica tem contribuições importantes a oferecer à ciência da conservação (Behrensmeyer et al., 2018).

Clio Arqueológica: Seu campo de atuação se diversificou muito, com pesquisas sobre alterações, fraturas e transporte por pisoteio e energia eólica em diferentes regiões da Patagônia argentina. Existe algum método para as pesquisas tafonômicas? Ou o que essas pesquisas têm em comum?

Karen Borrazzo: Aqueles de nós que realizamos estudos tafonômicos de materiais líticos contamos com a vantagem de poder aprender com a vasta pesquisa em tafonomia realizada por zooarqueólogos da nossa região e do mundo ao longo de mais de cinco décadas. Os desenvolvimentos metodológicos e o conjunto de casos acumulado pelos estudos tafonômicos de arqueofaunas fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de estudos tafonômicos em outros materiais, inclusive os inorgânicos.

Pensando nesses últimos — que incluem os artefatos líticos —, acredito que uma etapa indispensável para qualquer arqueólogo ao iniciar um estudo tafonômico é se familiarizar e aprender com a disciplina especializada no estudo do material que será objeto da investigação. No nosso caso, para identificar e interpretar os efeitos tafonômicos (isto é, as modificações morfológicas e distribucionais; Borrazzo, 2018) no componente lítico do registro arqueológico, devemos conhecer o quê e como se transformam as propriedades das rochas e dos minerais. Por isso, a geologia é uma disciplina que oferece conhecimentos fundamentais para os alicerces da tafonomia lítica.

No que diz respeito ao quadro geral, na minha opinião, existe certo consenso sobre algumas noções básicas, independentemente do material que seja objeto de um estudo tafonômico. Suas

definições encontram-se nos trabalhos de Diane Gifford e Robert Lee Lyman (e.g., Gifford, 1991; Lyman, 1994). A história tafonômica de um conjunto resulta da ação de agentes e processos tafonômicos sobre os materiais. Os agentes tafonômicos são as fontes de energia (por exemplo, animais, vento, gravidade), e os processos são as ações dinâmicas que esses agentes desencadeiam (por exemplo, pisoteio, transporte, reptação). Os efeitos tafonômicos são as consequências desses processos sobre os materiais estudados (líticos, ósseos, cerâmicos, etc.). Os efeitos constituem o registro que a tafonomia estuda e interpreta, valendo-se dos marcos de referência fornecidos principalmente pela tafonomia atualista. Sob essa perspectiva tafonômica, as alterações pós-deposicionais, que ocorrem no contexto arqueológico, experimentadas pelos materiais líticos constituem uma fonte adicional de informação para a arqueologia. Por isso, é necessário planejar estudos sistemáticos voltados às alterações pós-deposicionais.

No meu caso, tem sido útil agrupar as modificações tafonômicas dos materiais líticos em dois tipos gerais: morfológicas e distribucionais. As modificações morfológicas são mudanças nas propriedades formais das peças (por exemplo, cor, textura, contorno). Incluem-se nessa categoria, entre outros, as fraturas, a abrasão e o polimento, a meteorização química e a formação de distintos tipos de revestimentos (*rock coatings*; ver Dorn, 2009). Esses fenômenos constituem indicadores tafonômicos porque cada um deles ocorre sob condições específicas. Por isso, a identificação dos indicadores nos informa sobre a disponibilidade dessas condições em algum momento da história tafonômica do conjunto lítico que os apresenta. É importante definir operacionalmente os indicadores tafonômicos

A pesquisa tafonômica atualista é indispensável para o desenvolvimento da tafonomia lítica.

selecionados e suas características – como presença, extensão e localização de um indicador sobre as peças – em cada caso concreto, assim como elaborar um protocolo para sua análise tafonômica. No caso das modificações distribucionais — tais como deslocamentos verticais e horizontais, mudanças na orientação do eixo maior e inversões das peças — trata-se de

movimentos e variações de posição ocorridos como consequência de um processo tafonômico. Para avaliá-los, consideram-se os atributos de forma das peças em relação à sua localização. Por exemplo, a integração de dados granulométricos dos artefatos (tamanhos) com sua distribuição espacial e a orientação cardinal do eixo dimensional maior de cada peça é útil para identificar o(s) agente(s) tafonômico(s) que afetaram a amostra que estamos estudando (e.g., Bernatchez, 2010; de la Peña et al., 2022). Um elemento que é fundamental para o uso dos indicadores tafonômicos no estudo da estabilidade (*sensu* Borrero, 2007) é o registro da posição de cada peça no momento de sua recuperação

(por exemplo, face dorsal ou ventral exposta), dado que depois é comparado com a localização, extensão e intensidade de cada indicador tafonômico analisado.

As variações nos tipos e intensidades das modificações morfológicas e distribucionais sobre os artefatos líticos resultam da combinação de três fatores principais:

(a) o contexto ambiental; (b) as matérias-primas líticas, ou seja, os tipos de rochas e minerais representados entre os artefatos; e (c) o lapso de tempo durante o qual os materiais estiveram expostos aos processos tafonômicos. A avaliação desses fatores é uma forma de garantir que os conjuntos selecionados para estudos arqueológicos comparativos sejam isotafonômicos, ou seja, que tenham histórias tafonômicas similares (Borrazzo e Borrero, 2015).

**A história tafonômica
de um conjunto
resulta da ação de
agentes e processos
tafonômicos sobre os
materiais**

Na minha experiência, a pesquisa tafonômica atualista — que inclui a realização de observações naturalistas e experimentações (Marean, 1995) — é indispensável para o desenvolvimento da tafonomia lítica. A tafonomia atualista fornece as informações para os marcos de referência que permitem construir as histórias e trajetórias tafonômicas de cada contexto, e assim identificar a origem das semelhanças e diferenças observadas no registro. Da mesma forma, a geoarqueologia é uma disciplina com papel protagonista na tafonomia do registro arqueológico, uma vez que fornece informações contextuais e formacionais sobre a matriz sedimentar e suas propriedades (Favier Dubois, 2023). Acredito que, ao comparar e integrar as informações oferecidas pela tafonomia dos diferentes materiais e pela geoarqueologia em uma investigação arqueológica, produzimos interpretações mais precisas e confiáveis sobre o registro. Quando contamos com um diagnóstico tafonômico de um conjunto lítico, podemos maximizar a correspondência entre a formulação de nossas perguntas de pesquisa e as características particulares do registro arqueológico que estamos estudando. O objetivo último de abordar tafonomicamente qualquer componente do registro é aprimorar nossas interpretações arqueológicas. Ou seja, ao fazer tafonomia, fazemos uma arqueologia melhor.

Clio Arqueológica: Como sabemos se o experimento está sendo eficaz? Seria quando os estigmas criados são semelhantes aos arqueológicos?

Karen Borrazzo: O trabalho tafonômico utiliza esses “estigmas”, mas não depende exclusivamente deles para realizar interpretações, e sim de sua combinação com a localização de cada um deles nas peças e com o contexto ambiental em que foram recuperadas. Ao reconhecer que existem processos

Nenhum experimento é, por si só, mais eficaz ou útil do que outro; é a relação entre o objetivo e o projeto que define essa qualidade.

não tecnológicos capazes de produzir alguns dos estigmas característicos dos artefatos líticos, a tafonomia não assume automaticamente a origem antrópica desses traços, em vez disso, ela se propõe a desenvolver formas de avaliar, em cada caso, qual foi o agente responsável pelos padrões materiais observados no registro arqueológico. Por outro lado, a efetividade ou a utilidade de um experimento pode ser avaliada

a partir das informações que ele oferece para responder à pergunta que motivou sua realização. Ou seja, não devemos esperar que um único experimento sirva para responder a todas as nossas questões. Por isso, a etapa mais importante de um experimento ocorre antes mesmo de sua execução, no momento do seu projeto. É nesse momento que o pesquisador explicita as perguntas que deseja responder e concebe o experimento para que sua realização forneça dados relevantes nesse sentido. Essa explicitação é fundamental, pois os objetivos específicos de cada experimento ou experiência definem os procedimentos experimentais, as propriedades dos materiais a serem utilizados, as formas de registro, etc.

Tomemos o caso proposto pela pergunta da nossa entrevista. Realizamos um experimento para avaliar se a morfologia das fraturas tafonômicas é semelhante à produzida por lascamento antrópico, e os resultados mostram que as peças experimentais exibem estigmas ou traços tecnológicos comparáveis. Nesse caso, obtivemos uma informação que deve ser incorporada às nossas investigações. A conclusão a que chegamos nesse caso é que o processo tafonômico avaliado tem a capacidade de produzir pseudoartefatos. Assim, se o processo e os parâmetros experimentais estiveram presentes no contexto arqueológico que estamos estudando, a expectativa é que o registro contenha um aporte pseudoartefactual (ou “ruído tafonômico de fundo”, Borrero, 2001). A partir daí, poderemos realizar outros experimentos, projetados para responder a perguntas como: Com que frequência foram

produzidos pseudoartefatos no contexto que estamos estudando? Ou ainda: O aporte pseudoartefactual se manteve constante no sítio ao longo do tempo?

Retomando o exemplo da pergunta, se, por outro lado, nosso experimento não tivesse produzido traços semelhantes aos exibidos pelos materiais arqueológicos talhados, isso poderia ser consequência de (a) os processos tafonômicos avaliados não geram peças que compartilham características morfológicas similares às produzidas por lascamento antrópico, ou (b) alguns dos parâmetros experimentais não foram adequados para reproduzir as condições propícias à geração desses traços (Borrero, 1982). Essa situação pode ser explicada pela frase popular “a ausência de evidência não é evidência de ausência”. Nesse caso, será necessário revisar o projeto experimental, ajustar os parâmetros e conduzir um novo experimento.

Em definitiva, a experimentação (e eu diria que o atualismo em geral) é uma ferramenta poderosa para a pesquisa arqueológica, mas seu alcance e suas contribuições dependerão do grau de correspondência alcançado entre a pergunta a ser respondida e o projeto experimental. Nenhum experimento é, por si só, mais eficaz ou útil do que outro; é a relação entre o objetivo e o projeto que define essa qualidade.

Clio Arqueológica: Às vezes, temos a impressão de que os estudos tafonômicos são insuficientes e, portanto, intermináveis – talvez por limitações de amostra, surgimento de novos dados ou até pela impossibilidade de reconstruir com precisão o paleoambiente, as implicações faunísticas, para citar alguns elementos. Como reproduzir, por exemplo, uma preguiça gigante que pisa um artefato?

Karen Borrazzo: A incerteza que aflige essa pergunta com orientação tafonômica sobre o pisoteio de uma preguiça-gigante, de certa forma, também está presente em investigações arqueológicas sem objetivos tafonômicos. Por exemplo: a preguiça estava viva ou morta quando os humanos a encontraram e decidiram explorá-la? Teríamos duas situações: os humanos encontraram a preguiça gigante viva e decidiram caçá-la, ou a encontraram morta e decidiram aproveitá-la como carne. No entanto, essa incerteza não desanima os arqueólogos a continuar suas pesquisas, porque sabemos que, apesar dela, os trabalhos trarão novas informações úteis. Com a tafonomia, ocorre o mesmo.

Com relação às outras situações que você menciona na pergunta, acredito que é comum surgir a necessidade de novos estudos quando ampliamos as amostras ou quando novas perguntas emergem a partir das informações que produzimos com nossas análises — independentemente de serem tafonômicas ou de outro tipo. É uma característica do nosso trabalho como arqueólogos que, à medida que geramos informação, se colocam questões mais específicas, que apontam para os campos ou temas sobre os quais ainda não temos dados. Pessoalmente, considero que essa “consciência da finitude” do conhecimento científico não é uma limitação, mas sim o motor e a bússola do nosso trabalho. Dessa forma, o surgimento de novas perguntas específicas e a definição de novos problemas a investigar constituem o terreno adequado para o desenho e a implementação de pesquisas futuras. Ir delimitando os âmbitos sobre os quais precisamos de mais informação nos ajuda a traçar objetivos, planejar estratégias de estudo e, com os resultados obtidos, ampliar nosso conhecimento sobre o tema.

Incrementar o que sabemos sempre implica identificar questões sobre as quais ainda não sabemos. E essa identificação do vazio de informação — mesmo antes de seu estudo — já representa um avanço. Nesse sentido, os estudos tafonômicos são progressivos em generalidade, complexidade e detalhamento. É de se esperar que novas perguntas surjam a partir dos resultados obtidos em nossas análises tafonômicas. Como mencionamos anteriormente, identificar os indicadores tafonômicos, investigar sua gênese e avaliar sua presença nos conjuntos é um primeiro passo. Os estudos tafonômicos atualistas ajudam a compreender como funcionam os fenômenos tafonômicos que analisamos. No caso daqueles que já não são observáveis, como por exemplo, o pisoteios de animais extintos, podemos recorrer ao uso da analogia como fonte de hipóteses (Binford, 1967; Harmand e Arroyo, 2023) e aos estudos tafonômicos comparativos, isto é, comparações entre contextos arqueológicos que compartilhem condições formacionais, distribucionais e aspectos formais semelhantes (Marean, 1995). Depois, a partir dessas primeiras aproximações, é possível elaborar projetos experimentais que permitam avaliar, de forma controlada, aspectos específicos.

Também acredito que é importante estarmos atentos, curiosos e receptivos a outras disciplinas ou estudos que possam oferecer informações valiosas para abordar problemas tafonômicos na arqueologia. Um exemplo disso são as pesquisas conduzidas por Tomos Proffit, Tiago Falótico e colaboradores sobre percussão realizada por primatas na América do Sul (e.g., Falótico et al., 2019, 2022; Proffit et al., 2016). Por outro lado, no projeto arqueológico dirigido por Analía Castro Esnal sobre o sítio Casa de Piedra de Roselló (Chubut, Argentina), exploramos alternativas metodológicas atualistas que se mostraram úteis para avaliar o aporte de pseudoartefatos ao registro arqueológico, e

que podem oferecer um ponto de partida para o desenho de investigações tafonômicas em outros contextos (Borrazzo, 2020b, 2022).

Clio Arqueológica: A defesa da antiguidade dos sítios arqueológicos sul-americanos com datações do Pleistoceno costuma depender, até certo ponto, de questões tafonômicas. Como essa pesquisa falha ou ficou incompleta?

Karen Borrazzo: Não acredito que as investigações tafonômicas tenham fracassado. Ao contrário, considero que elas não foram realizadas de maneira adequada ou, pelo menos, que as que foram feitas são ainda insuficientes — o que, na verdade, é uma boa notícia, porque significa que ainda temos muito a aprender sobre o tema. Gostaria de destacar que a questão não é *quem* faz o estudo tafonômico, mas *como* ele é feito. O ponto de partida mais desfavorável para qualquer investigação é que ela seja movida pelo desejo de confirmar aquilo que já se pensa. E considero que isso é válido para qualquer tema, não apenas para a tafonomia. O segundo ponto que prejudica um estudo tafonômico (ou de qualquer outro tipo) é tratar a questão como algo pessoal e atacar ou defender hipóteses sobre o registro arqueológico como se fossem uma questão de opinião ou ideologia. O que acabo de dizer não significa negar que todos nós, arqueólogos, somos seres políticos, com opiniões e ideologias. Minha crítica se dirige mais à ideia de reduzir nossa atuação profissional exclusivamente a isso.

Pessoalmente, sempre imaginei que os contextos sul-americanos controversos seriam o “celeiro” de onde surgiriam novos avanços em matéria tafonômica. Eles oferecem uma oportunidade para experimentação e inovação metodológica e técnica, ao mesmo tempo em que a arqueologia sul-americana conta com uma tradição tafonômica bem estabelecida (e.g., Borrero et al., 2024; De Francesco et al., 2025). Todas as condições estão dadas para que essa inovação ocorra. No entanto, há décadas permanecemos no mesmo ponto: uma discussão polarizada e improdutiva. De certa forma, sinto que a questão do povoamento foi reduzida a tomar partido por uma ou outra posição — *acreditar* ou *aceitar* não deveriam ser verbos que usássemos para descrever uma questão de pesquisa (cf. Borrero, 2024). A avaliação da evidência é insuficiente, e os esforços deveriam ser dirigidos a expandir esse aspecto, utilizando para isso as metodologias arqueológicas disponíveis no século XXI, considerando o conjunto de antecedentes relevantes produzidos em nível global, e incorporando a participação ou o assessoramento de especialistas em tafonomia e geoarqueologia. Enquanto isso não

acontecer, estaremos perdendo a oportunidade de aprofundar nosso conhecimento sobre o povoamento humano do nosso continente.

Por fim, acredito que há duas dimensões importantes que não podem ser ignoradas ao refletirmos sobre a antiguidade do povoamento da América do Sul: a econômica e a ética. No primeiro caso, em um mundo com recursos cada vez mais escassos destinados às ciências humanas, especialmente em países do chamado terceiro mundo, como os sul-americanos, os cientistas enfrentam o desafio de tornar nossa pesquisa atrativa diante de diferentes instituições e organizações, com o objetivo de obter financiamento. Nesse contexto, as controvérsias e o uso de frases como “o mais...”, “o primeiro...”, etc., acabam sendo estratégias relativamente eficazes para o marketing de um projeto. Mas isso também conduz a esforços, mais semânticos do que científicos, em direções que pouco contribuem para a investigação sobre o povoamento.

E isso nos leva à segunda dimensão mencionada: a ética. Em certas ocasiões, buscou-se maximizar a visibilidade de um projeto nos meios de comunicação de massa, apresentando hipóteses de trabalho (ou temas ainda em discussão dentro da própria comunidade disciplinar) como fatos cientificamente comprovados. Tenho certeza de que todos os arqueólogos concordamos que a antiguidade do povoamento sul-americano não será definida pelo número de curtidas no Instagram nem por voto popular. Trata-se de uma questão ainda em aberto, justamente por falta de evidências conclusivas e inequívocas. No entanto, em vez de trabalhar para gerar novos dados que permitam superar com firmeza o debate atual, tem-se utilizado — como ferramenta (de pressão?) — a exposição midiática de interpretações arqueológicas ainda em debate, diante da sociedade em geral. Essa é uma conduta científica que considero irresponsável, pois difunde informações que ainda não possuem evidências suficientes para que haja um mínimo de concordância na comunidade científica, aspecto que diferencia a ciência de outras formas de conhecimento. Além disso, uma vez que essa informação entra nos circuitos públicos de transmissão e aprendizagem, ela passa a circular socialmente de forma independente dos processos de revisão crítica realizados pela comunidade científica. Corrigir ideias fixadas dessa maneira na sociedade pode levar muito tempo, como ocorreu com conceitos como a “conquista da América”. Nós, antropólogos mais do que ninguém, deveríamos ter cuidado para não sermos a fonte desse tipo de erro.

REFERÊNCIAS CITADAS

- BEHRENSMEYER, Anna Kay; DENYS, Christiane; BRUGAL, Jean-Philip. 2018. What is taphonomy and what is not? *Historical Biology*, v. 30, n. 6, p. 718–719. DOI: <https://doi.org/10.1080/08912963.2018.1432919>.
- BERNATCHEZ, Jocelyn. 2010. Taphonomic implications of orientation of plotted finds from Pinnacle Point 13B (Mossel Bay, Western Cape Province, South Africa). *Journal of Human Evolution*, v. 59, p. 274–288. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2010.07.005>.
- BINFORD, Lewis Roberts. 1967. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American Antiquity*, v. 32, n. 1, p. 1–12. DOI: <https://doi.org/10.2307/278774>.
- BORRAZZO, Karen. 2004. Hacia una tafonomía lítica. Tese (Licenciatura em Ciências Antropológicas) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- BORRAZZO, Karen. 2018. Contribuciones de la tafonomía lítica al estudio del registro arqueológico del sur de Sudamérica. En: *Simpósio IX Geoarqueología en Chile y Latinoamérica*, Santiago, 2018. Libro de Resúmenes. Santiago: Universidad Alberto Hurtado, p. 7–15.
- BORRAZZO, Karen. 2020a. Aportes de la tafonomía actualística al estudio arqueológico de los pseudoartefactos. *Revista del Museo de Antropología*, v. 13, n. 1, p. 333–340. Disponível em: <http://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/index>.
- BORRAZZO, Karen. 2020b. Expanding the scope of Actualistic Taphonomy in Archaeological Research. In: MARTÍNEZ, S.; ROJAS, A.; CABRERA, F. (ed.). *Actualistic Taphonomy in South America*. Cham: Springer. p. 221–242. (Topics in Geobiology, v. 48). DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-20625-3_12.
- BORRAZZO, Karen. 2022. Estimating the contribution of lithic pseudo artifacts to the archaeological record: actualistic taphonomic research at Casa de Piedra de Roselló 1 (Chubut, Argentina). *Ethnoarchaeology*, v. 14, n. 2. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/19442890.2022.2113086>.
- BORRAZZO, Karen; BORRERO, Luis Alberto. 2015. Taphonomic and archaeological perspectives from northern Tierra del Fuego, Argentina. *Quaternary International*, v. 373, p. 96–103. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.09.004>.
- BORRAZZO, Karen et al. 2025. Arqueología de paisajes emergentes. Historia ocupacional y formacional de Cerro de los gatos (Tierra del Fuego, Argentina). *Latin American Antiquity*, 1–21. DOI: <https://doi.org/10.1017/laq.2024.31>.
- BORRERO, Luis Alberto. 1982. El concepto de analogía experimental en la investigación arqueológica. *Enfoque Antropológico*, v. 1, n. 1, p. 9–10.
- BORRERO, Luis Alberto. 2001. Regional taphonomy. Background noise and the integrity of the archaeological record. In: KUZNAR, L. A. (ed.). *Ethnoarchaeology of Andean South America*. Ann Arbor: International Monographs in Prehistory. p. 243–254.
- BORRERO, Luis Alberto. 2007. Longitudinal Taphonomic Studies in Tierra del Fuego, Argentina. In: GUTIERREZ, M. et al. (ed.). *Taphonomy and Zooarchaeology in Argentina*. Oxford: BAR International Series. p. 219–233.
- BORRERO, Luis Alberto. 2011. La función transdisciplinaria de la arqueozoología en el siglo XXI: restos animales y más allá. *Antípoda*, n. 13, p. 267–274. DOI: <https://doi.org/10.7440/antipoda13.2011.13>.

- BORRERO, Luis Alberto. 2024. El debate sobre el poblamiento de América: Criterios de aceptación de evidencias. Conferência apresentada no ciclo Sapiens en América, Pontificia Universidad Católica de Perú. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F4xpez_cAQk. Acesso em: 30 dez. 2024.
- BORRERO, Luis Alberto; GUTIÉRREZ, María; BORRAZZO, Karen. 2024. Taphonomy and Archaeofaunas: Friends with Benefits? In: POCHETTINO, M. L. et al. (ed.). *Nature/s in construction: ethnobiology in the confluence of actors, territories and disciplines*. Cham: Springer. p. 519–538. (The Latin American Studies Book Series). DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-031-60552-9_31.
- CARDILLO, Marcelo; CARRANZA, Eugenia; ALBERTI, Jimena; BORELLA, Florencia. 2022. Alteraciones térmicas en guijarros costeros en la localidad de Las Grutas (Río Negro). Discutiendo sus implicancias para la interpretación del registro arqueológico lítico. *Revista del Museo de Antropología*, v. 15, n. 3, p. 273–288. DOI: <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v15.n3.38007>.
- DE LA PEÑA, Paloma; MARC, Thomas; MOLEFYANE, Tumelo R. 2022. Particle size distribution: an experimental study using southern African reduction methods and raw materials. *PLoS ONE*, v. 17, n. 12. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0278867>.
- DE FRANCESCO, Claudio G.; ARCHUBY, Fernando M.; BORRAZZO, Karen; BORRERO, Luis A.; GUTIÉRREZ, María A.; HASSAN, Gabriela S.; MARTÍNEZ, Sergio; MONTALVO, Claudia I.; RITTER, Matias do N. 2025. *The rise of actualistic taphonomy in South America*. Publicación Electrónica de la Asociación Paleontológica Argentina, en prensa.
- DORN, Ronald. 2009. Desert rock coatings. In: PARSONS, Anthony J.; ABRAHAM, Athol D. (ed.). *Geomorphology of Desert Environments*. Londres: Springer. p. 153–186. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-5719-9_7.
- FAVIER DUBOIS, Cristian Mario. 2023. ¿Qué excavamos cuando excavamos? La geoarqueología en la formación disciplinar de los arqueólogos latinoamericanos. *Revista Arqueología*, v. 29, p. 1–20. DOI: <https://doi.org/10.34096/arqueologia.t29.n3.11195>.
- FALÓTICO, Tiago et al. 2019. Three thousand years of wild capuchin stone tool use. *Nature Ecology & Evolution*, v. 3, p. 1034–1038. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41559-019-0904-4>.
- FALÓTICO, Tiago et al. 2022. Stone tools differences across three capuchin monkey populations: food's physical properties, ecology, and culture. *Scientific Reports*, v. 12, p. 14365. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-022-18661-3>.
- GIFFORD, Diane. 1991. Bones are not enough: analogues, knowledge, and interpretive strategies in zooarchaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 10, p. 215–254. DOI: [https://doi.org/10.1016/0278-4165\(91\)90014-O](https://doi.org/10.1016/0278-4165(91)90014-O).
- HARMAND, Sonia; ARROYO, Adrian. 2023. Linking primatology and archaeology: the transversality of stone percussive behaviors. *Journal of Human Evolution*, v. 181. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2023.103398>.
- HISCOCK, Peter. 1985. The need for a taphonomic perspective in stone artefact analysis. *Queensland Archaeological Research*, v. 2, p. 82–95. DOI: <https://doi.org/10.25120/qar.2.1985.197>.
- L'HEUREUX, Gabriela Lorena; BORRERO, Luis Alberto. 2002. Pautas para el reconocimiento de conjuntos óseos antrópicos y no antrópicos en Patagonia. *Intersecciones en Antropología*, v. 3, p. 29–40. Disponível em: <https://www.scielo.org/ar/pdf/iant/n3/n3a03.pdf>.
- LÉVI-SALA, Irene. 1986. Experimental replication of post-depositional surface modifications on flint. In: OWEN, L. R.; UNRATH, G. (ed.). *Technical aspects of microwear studies on stone tools*. Early

Man News, n. 9/10/11, Parts I and II. Tübingen: Archaeologica Venatoria e. V., Institut für Urgeschichte. p. 103–109.

LYMAN, Robert Lee. 1994. *Vertebrate taphonomy*. Cambridge: Cambridge University Press.

MALLOUF, Robert J. 1982. An analysis of plow-damaged chert artifacts: the Brookeen Creek Cache (41HI86), Hill County. *Journal of Field Archaeology*, v. 9, n. 1, p. 79–98.

MANNINEN, M. 2007. Non-flint pseudo-lithics: some considerations. *Fennoscandia Archaeologica*, v. 24, p. 76–83. Disponível em: <https://journal.fi/fennoscandiaarchaeologica/article/view/126436/76254>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MAREAN, Curtis W. 1995. Of taphonomy and zooarchaeology. *Evolutionary Anthropology*, v. 4, n. 2, p. 64–72. DOI: <https://doi.org/10.1002/evan.1360040209>.

NEUBAUER, Fernanda. 2018. Use-alteration analysis of fire-cracked rocks. *American Antiquity*, v. 83, n. 4, p. 681–700. DOI: <https://doi.org/10.1017/aaq.2018.33>.

PROFFITT, Tomos et al. 2016. Wild monkeys flake stone tools. *Nature*, v. 539, p. 85–88. DOI: <https://doi.org/10.1038/nature20112>.

SCHIFFER, Michael Brian. 1972. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, p. 156–165. DOI: <https://doi.org/10.2307/278203>.

SCHIFFER, Michael Brian. 1987. *Formation processes of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press.

WEITZEL, Celeste; SÁNCHEZ, Aitor. 2021. A trampling experiment to assess fractures and edge damage in quarry's lithic assemblages. *Lithic Technology*, v. 46, n. 4, p. 286–301. DOI: <https://doi.org/10.1080/01977261.2021.1926702>.

OLIVEIRA, Daline Lima de; CORRÊA, Ângelo Alves; SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. *Arqueologia e Etno-História na “Terra Dos Cariris”, no Sul do Ceará, Brasil*. *CLIO Arqueológica*, V40 N2, p. 32-63, 2025.
<https://doi.org/10.51359/2448-2331.2025.267747>

**ARQUEOLOGIA E ETNO-HISTÓRIA NA “TERRA DOS CARIRIS”,
NO SUL DO CEARÁ, BRASIL**

**ARCHAEOLOGY AND ETHNO-HISTORY IN THE “LAND OF THE CARIRI”,
IN SOUTHERN CEARÁ, BRAZIL**

Daline Lima de Oliveira¹

<https://orcid.org/0000-0002-9900-0830> / daline.bs@hotmail.com

Ângelo Alves Corrêa²

<https://orcid.org/0000-0002-7268-2341> / angelo@ufpi.edu.br

Valdeci dos Santos Júnior³

<https://orcid.org/0000-0002-5314-4943> / valdecisantosjr@hotmail.com

¹ Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

² Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil

³ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda dados etno-históricos e pesquisas arqueológicas referentes à denominação “Terra dos Cariris”, que permanece até os dias atuais na área da Bacia Sedimentar do Araripe, no sul do Ceará. Foram realizadas pesquisas bibliográficas em fontes primárias e secundárias, com o objetivo de caracterizar a relação dessa região com os grupos indígenas denominados “Cariri”. O confronto entre os dados etno-históricos e os resultados de pesquisas arqueológicas evidencia um quadro complexo dos processos pretéritos de ocupação humana na paisagem local. Observou-se que, apesar dos diversos processos de colonização voltados à exclusão étnica e social, à ocupação de terras e à subjugação cultural, a região ainda é chamada de “Terra dos Cariris”, preservando a memória por meio da resistência Cariri, que continua ativa.

Palavras-chave: Arqueologia, História indígena, Bacia Sedimentar do Araripe – CE.

ABSTRACT

This article addresses ethnohistorical data and archaeological research related to the designation “Land of the Cariris,” which persists to this day in the Araripe Sedimentary Basin, southern Ceará. Bibliographic research was conducted using primary and secondary sources to characterize the relationship between this region and the indigenous groups known as the Cariri. The comparison between ethnohistorical data and archaeological findings reveals a complex picture of past human occupation processes in the local landscape. It was observed that, despite the various colonization strategies aimed at ethnic and social exclusion, land occupation, and cultural subjugation, the region is still referred to as the “Land of the Cariris,” preserving its memory through the ongoing Cariri resistance.

Keywords: Archaeology, Indigenous history, Araripe Sedimentary Basin – CE.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo aborda a questão indígena no contexto do processo histórico de ocupação da microrregião de Brejo Santo, localizada na Bacia Sedimentar do Araripe, no Estado do Ceará. Trata-se de uma tarefa bastante “espinhosa”, tendo em vista a quantidade de informações generalizadas provenientes de fontes primárias e secundárias. Para se ter uma ideia do grau de generalização, já em 1931 o pesquisador Carlos Studart Filho lamentava a dificuldade de efetuar classificações preliminares diante do grande número de denominações aleatórias e genéricas empregadas para tratar da história dos grupos indígenas no Estado cearense.

E que em taes documentos raro aparece especificado o nome de uma cabilda, sendo commum encontrarem-se nelles o termo generico **tapuias** para significar hordas zês e **carirys** e a palavra índio para designar os selvícolas pertencentes ao grupo tupi. Outro facto que concorre para dificultar a tarefa dos que desejam recompôr em todos seus detalhes a historia dos indigenas cearenses, é andarem as noticias, que a elles se referem, tão esparsas que só a custa de ingentes trabalhos pode, alguém aproveita-las covenientemente (STUDART FILHO, 1931: 53).

Studart Filho (1931:54) explicava que essas dificuldades estavam relacionadas à impossibilidade de demarcar com exatidão os espaços territoriais desses grupos indígenas durante os períodos colonial e imperial brasileiros, em razão de sua alta mobilidade. Essa mobilidade, como é sabido, constituiu uma estratégia imposta pelas adversidades trazidas pela colonização não indígena, obrigando os grupos a abandonarem seus territórios tradicionais para escapar dos conflitos bélicos e das doenças contagiosas.

Um fator que talvez explique a ausência de delimitações precisas dos deslocamentos é o baixo número de pesquisas acadêmicas aprofundadas com fontes primárias sobre os indígenas do Ceará nesses períodos. Além disso, é preciso considerar que as relações bélicas dominaram o contato entre indígenas e não indígenas nos primeiros séculos da colonização, reduzindo a precisão das denominações étnicas e ampliando a indefinição dos contornos do mapa étnico-ameríndio do Ceará (GIRÃO, 1987).

Outro fator que dificulta compreender em detalhes a inserção espacial dos grupos indígenas no Ceará está relacionado à tentativa inicial de divisão dos povos indígenas do Nordeste brasileiro a partir da dualidade entre os indígenas do interior, denominados Tapuia, e os do litoral, genericamente Tupi. Essa dualidade foi amplamente utilizada até meados do século XX no Brasil, mas não encontra mais qualquer respaldo entre os pesquisadores brasileiros contemporâneos (PUNTONI, 2000).

Nesse sentido, torna-se necessário contextualizar que as populações Tupi litorâneas tiveram uma aproximação inicial direta com os colonizadores europeus, amplamente documentada, enquanto os grupos indígenas interioranos não dispuseram, nos séculos iniciais da colonização, de documentação equivalente. Ficou, assim, marcada uma divisão entre os indígenas falantes de línguas Tupi-Guarani e aqueles que falavam outras línguas não reconhecidas como Tupi. Estes últimos foram genericamente denominados Tapuias, entre os quais se incluem grupos atualmente vinculados ao tronco Macro-Jê, composto por diversas famílias linguísticas.

Essa divisão das populações indígenas levou a uma separação geográfica incorreta entre os grupos, ou seja, Tupi no litoral e povos de línguas não Tupi no interior. Contudo, pesquisas arqueológicas vêm desconstruindo paulatinamente essa dicotomia geográfica. Nesse processo, a transdisciplinaridade tem se mostrado fundamental, visto que “a arqueologia enquanto história indígena” requer o diálogo com outras áreas do conhecimento, tais como “a linguística histórica, a antropologia, a etnografia e a etno-história”, que possibilitam “a elaboração de hipóteses e modelamentos sobre origens, rotas de expansão/migração, continuidade e mudança” (CORRÊA, 2013: 27).

Os vestígios arqueológicos identificados em pesquisas acadêmicas e preventivas realizadas desde o século XIX, tanto na faixa litorânea quanto no interior do Nordeste brasileiro, indicam alternâncias cronológicas de ocupações pretéritas desses espaços por grupos indígenas diferenciados, tanto no período colonial quanto no pré-colonial (CORRÊA, 2013; OLIVEIRA, 2000; ETCHEVARNE, 1992).

Notadamente, em relação ao estado cearense, as dicotomias Tupi/Tapuia e litoral/interior não se aplicam, haja vista que se tem evidenciado um processo de alternância de territórios (NOBRE, 2013). Para os períodos mais recuados, atestados pela presença de sítios arqueológicos com pinturas rupestres e indústrias líticas, observa-se a atuação de povos com línguas e culturas ainda não completamente conhecidas. A partir do século XVII, a documentação histórica registra predominantemente a presença de populações falantes de línguas Jê e de outras línguas pouco documentadas, muitas das quais passaram por um intenso processo de apagamento ao longo dos séculos. No entanto, a resiliência e a resistência dos que se autodenominam Cariri permanecem evidentes até os dias atuais, refletindo a luta contínua pela preservação de sua identidade cultural e histórica.

Devido à multiplicidade de dados etnográficos, geográficos e cronológicos relacionados às ocupações indígenas, esta pesquisa dedicou-se às referências bibliográficas (primárias e secundárias) que se relacionam às ocupações na Bacia Sedimentar do Araripe. Buscou-se, assim, apresentar o

processo de ocupação da microrregião de Brejo Santo, conhecida, no Estado do Ceará, como “Terra dos Cariris” ou “Região do Cariri”.

DENOMINAÇÃO E LÍNGUA “CARIRI, KARIRI OU KIRIRI”

Talvez o primeiro a empregar um termo referente a Cariri tenha sido o padre Fernão Cardim, em sua obra *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ao denominar um grupo como “Cariu”. No relato sobre “a origem dos índios do Brasil e de seus costumes e cerimônias” — escrito entre 1583 e 1598 e publicado inicialmente em 1625, em língua inglesa —, o autor menciona:

Outros que vivem para a parte do sertão da Bahia que chamão Guayaná, têm língua por si. Outros pelo mesmo sertão, que chamão Taicuyá vivem em casas, têm outra língua. Outros no mesmo sertão, que **chamão Cariri** (55), têm língua diferente: estas tres nações e seus vizinhos são amigos dos Portuguezes (CARDIM, 1925: 176, grifo nosso).

Elias Herckman, em 1634, na obra *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, também menciona o termo “Cariry” ao se referir aos indígenas Tapuia do Nordeste do Brasil:

Os Tapuyas formam um povo que habita no interior para o lado do occidente sobre os montes e em sua vizinhança, em logares que são os limites os mais afastados das capitancias ora occupadas pelos brancos, assim neerlandezes como portugueses. Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente (*dwers van*) a Pernambuco, são os *Cariryys*, cujo rei se chama Kerioukeiou. Uma outra nação reside um pouco mais longe, é a dos *Caririwasys*, e o seu rei é *Karupoto*. Há uma terceira nação, cujos índios se chamam Careryjouws (Carijós?) (HERCKMAN, 1886: 279).

Os cronistas holandeses — Laet, Barlaeus, Marcgrave, Elias Herckman e Roulox Baro —, no século XVII, registraram suas impressões sobre as populações não Tupi, chamadas por eles de “Tapuias” ou “Cariris”. O padre Martinho de Nantes, que chegou ao Brasil em 1671 e seguiu inicialmente “para uma aldeia a setenta léguas de Pernambuco, localizada numa nação de indígenas denominados cariris”, prosseguiu viagem acompanhado de um jovem Cariri, mencionando que, ao saber “que havia no rio S. Francisco uma grande quantidade de aldeias de sua mesma nação, resolvi transferir-me para lá” (NANTES, 1979: 1-2).

Puntoni (2000) menciona obras raras de temática religiosa e gramatical publicadas entre o século XVII e o início do século XVIII, referentes aos dialetos “Kariri” ou “Kiriri”. Mamiani publicou, em 1698, na cidade de Lisboa, o *Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasília da Naçam Kiriri*, no dialeto dzubucua, e, em 1699, a *Arte de Gramática da Língua Brasília da Naçam Kiriri* (dialeto

Quipea). Bernardo de Nantes publicou, em 1707, também em Lisboa, o Katecismo Indico da Língua Kariri, no dialeto dzubucua.

A dificuldade enfrentada pelos missionários no aprendizado das variedades linguísticas de populações não Tupi talvez explique, em parte, as distinções terminológicas mantidas, durante séculos, entre os grupos indígenas situados na região interiorana do país. Ao aprovar a publicação da Arte da Gramática Kiriri, de Mamiani, em 1697, o padre da Companhia de Jesus João Mattheus Faletto evidencia essa dificuldade ao mencionar: “admirei o engenho do Autor em reduzir com tal clareza, & e diftinação a regras certas, & próprias hü a língua não fo por fi mefma, mas pelo modo bárbaro, & fechado, que ufam os naturaes em a pronuciar, muito mais difficultofa” (MAMIANI, 1699: 13).

Fica patente, na bibliografia, o número reduzido de informações sobre as línguas faladas pelos povos Cariri, o que dificulta sua classificação. Oficialmente, não existe uma família linguística Kariri; entretanto, há estudos que indicam que o Kariri (ou Kiriri) seria “uma língua extinta outrora falada no Nordeste brasileiro”, mas que, “apesar da inexistência, até o momento, de comparações lexicais aprofundadas, estudos recentes têm revelado casos muito interessantes de afinidades gramaticais entre o Karirí e línguas do tronco Macro-Jê” (RIBEIRO, 2002: 29-30).

Aryon Dall’Igna Rodrigues era um defensor dessa afinidade e afirmava: “desde 1970 tenho considerado o Karirí como uma das 12 famílias linguísticas que podem ser atribuídas ao tronco linguístico Macro-Jê” (RODRIGUES, 2019: 48). Entretanto, mesmo esse pesquisador reconhecia as dificuldades em segregar as semelhanças fonéticas entre as diversas parcelas Cariri do passado, inclusive entre os povos indígenas (tidos como Cariri) que ocuparam o sul do Ceará. Conforme o autor:

Sobre os Karirí ao norte do Rio São Francisco não há dados linguísticos, de modo que é difícil, senão impossível, para o linguista identificar outros povos indígenas como falantes de uma das línguas Karirí documentadas ou de outras línguas da mesma família genética destas. Os Karirís Velhos da Paraíba, junto aos quais os capuchinhos franceses iniciaram sua ação missionária em meados do século XVII, deviam ser afins dos que habitavam as ilhas do Rio São Francisco, para os quais se transferiu frei Martinho de Nantes depois de ter atuado oito meses entre os primeiros (Edelweiss 39). Mas para os Cariris Novos do sul do Ceará só temos essa designação, que não implica necessariamente afinidade linguística com os outros Karirí (RODRIGUES, 2019: 50).

A partir de informações provenientes de fontes primárias e secundárias, é possível contextualizar que os grupos tidos como “Cariri”, “Kariri” ou “Kiriri” habitavam determinadas áreas das margens do rio São Francisco, na divisa entre os estados da Bahia e de Pernambuco, bem como a Serra da Borborema, no estado da Paraíba, e a Bacia Sedimentar do Araripe, no sul do Ceará. Para

alguns desses grupos, é possível apontar, como mencionado por Rodrigues (2019), uma relação com uma língua específica e com franca ligação aos povos Jê.

ORIGEM E ESPACIALIDADE DOS “CARIRI, KARIRI OU KIRIRI”

A dificuldade em determinar a origem dos grupos indígenas tidos como “Cariri”, “Kariri” ou “Kiriri” não se restringe apenas ao fator linguístico, mas envolve, sobretudo, aspectos relacionados às suas raízes antropológicas. Isso fica explícito na observação de Pompeu Sobrinho (1950: 317): “pouco conhecemos das particularidades somáticas dos extintos índios dessa nação”. O autor menciona (sem apresentar as fontes) que os domínios dos “Cariri” se limitavam ao sul do Ceará, “especialmente ao vale do rio Salgado e à zona fresca do vale que tomou a denominação tribal”, sendo estes originários de migrações vindas do rio São Francisco, “de onde se disseminaram para o norte e para o sul, indo senhorear os melhores trechos da Borborema, dos sertões ocidentais de Pernambuco e do sul do Ceará” (POMPEU SOBRINHO, 1950: 318-322).

Muitas fontes descrevem a localização de grupos indígenas tidos como “Cariri” nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e no sul do Ceará, ou nas proximidades dessas regiões, durante o período colonial brasileiro. O padre Nantes (1979: 40) menciona a presença de indígenas Cariri na Paraíba, em 1670, ao relatar que “dois dias depois chegou da missão o reverendo padre Teodoro de Lucé, que estava na nação dos cáriris, na Paraíba, havia já cerca de quinze meses”. O autor cita ainda uma aldeia de indígenas Cariri com “grande número de índios que se continham nos limites da lei natural, entre outros o capitão da aldeia de ‘Uracappa’”. O pesquisador Barbosa Lima Sobrinho, em nota explicativa sobre a aldeia de Uracappa, indica que esta se localizava em uma ilha do rio São Francisco, próxima aos atuais municípios de Cabrobó e Orocó, no estado de Pernambuco, que fazem divisa com a Bahia:

É uma ilha do rio S. Francisco, que Halfeld descreve na légua 278, o que vale dizer a cento e quatro léguas da barra do rio, a quatro léguas do arraial de Nossa Senhora da Assunção, na ilha da Assunção. No Roteiro de 1738, publicado por José Antônio Gonçalves de Melo, traçado ao longo do vale do Ipojuca, Aracapá se situa a seis léguas de Cabrobó e a dez léguas de Coripós e a uma légua de Orocó (NANTES, 1979: 112).

Abreu (1998: 23) adota a mesma postura espacial ao se referir aos “Cariri”, quando menciona sua presença “pelo menos na Bahia e na antiga capitania de Pernambuco já ocupavam a beira-mar quando chegaram os portadores da língua geral”. O francês Saint-Adolphe (1845:196) faz uma distinção geográfica quando fala do termo “Cariri”:

Cairiris. Índios d'uma numerosa tribu, que vivião em toda a serra ou cordilheira Borborêma, quando se fez o descobrimento do Brazil. Chamão-nos hoje os Cairiris-Velhos, Cairiris e Cairiris-Novos, segundo o lugar que habitão e o tempo em que forão conhecidos. Os que o são d'ha mais tempo, ou Cairiris-Velhos, vivião nas serras que reúnem a provincia de Parahiba com à de Pernambuco, e a aldea d'elles, conhecida com o nome de Cairiri, tomou o titulo de villa do Pilar. Outros Índios da mesma nação se forão successivamente descobrindo, á proporção que os Portuguezes se forão entranhando nesta cordilheira. Os que forão achados na provincia de Pernambuco conservarão o simples nome de Cairiris, e os da provincia de Ceará recebêrão o de Cairiris-Novos. São estes Índios em geral feios, rolhos e refeitos do corpo, com cabellos negros e bastos. Vivem de caça, e dos fruetos das arvores, especiãlmente de diversas espécies de cocos. Os mais civilizados semeão milho, e cultivão os algodoeiros.

Cabe aqui fazer uma distinção temporal e geográfica, quanto à espacialidade dos grupos indígenas tidos como “Cariris-Novos”, “Cariris-Velhos” e “Cairiris”:

I – Cariris-Novos: Grande serra que faz parte da cordilheira Borborêma, e serve de limite á provincia de Ceará no districto de Crato, e ás provincias do Rio-Grande-do-Norte, e de Parahiba. Existe nella ainda uma aldea de índios. Esta serva depende do districto do Villanova-do-Principe da provincia do Rio-Grande- do-Norte.;

II – Cariris-Velhos: Serra altíssima da provincia de Pernambuco; estende-se d'oeste a este entre os rios Parahiba e capibaribe, que d'ella nascem bem como o rio Ipojuca. Foi nesta serra que os Portuguezes encontrarão os primeiros índios Cairiris, e d'abi vem que Ibes derão o sobreappellido de Velhos quando depararão com novas tribus da mesma nação;

III – Cairiris: Grande serra da cordilheira Borborêma onde os Portuguezes penetrarão successivamente. Corre esta serra do oeste para o norte, junto á margem esquerda do rio de São-Francisco, na provincia de Pernambuco. Veio-lhe este nome da tribu de Índios que nella residia, e que ainda ali tem uma aldea onde vivem em socego. Achão-se nesta serra vários animaes petrificados, conchas e ossos de extraordinária dimensão (SAINT-ADOLPHE, 1845: 196 – 197).

Studart Filho (1965: 60) afirma que “o domínio dos Cariris foi, assim, devassado e nêle se criaram várias missões católicas [...] surgiram as do Rio São Francisco, onde assistiam capuchinhos franceses enviados ao Brasil em 1656, por D. João IV”, mostrando a presença das missões religiosas junto aos indígenas Cariri na Bahia e em Pernambuco. Pompeu Sobrinho (1947: 168) menciona que, no século XVII, os Cariri “habitavam o enorme território nordestino do Brasil que se estendia das regiões meridionais do Ceará (vale do Cariri e adjacências) ao centro-norte da Bahia, ao sul do rio São Francisco”.

A partir dessas menções historiográficas sobre as espacialidades de grupos indígenas identificados como “Cariri” em diferentes áreas do Nordeste brasileiro, passamos agora a observar as referências historiográficas específicas aos Cariri no sul do Ceará.

GRUPOS INDÍGENAS NAS FONTES BIBLIOGRÁFICAS SOBRE O SUL DO CEARÁ

Na Bacia Sedimentar do Araripe existe uma área geográfica popularmente conhecida como “zona fresca do vale” ou “Vale do Cariri”, um contexto ambiental com mais de quatro mil km², localizada no sul do Ceará. Essa área abrange os atuais municípios de Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri. A Serra do Araripe constitui um marco natural, onde nasce o rio Salgado, principal curso d’água da região, que percorre 308 km até desaguar no rio Jaguaribe (SRHE, 2010).

Ainda não se sabe exatamente há quanto tempo essa região foi ocupada por grupos humanos. As pesquisas arqueológicas com datações absolutas e relativas são recentes na região, mas já indicam cronologias que variam desde mais de três mil anos antes do presente até o século XIV da nossa era. Além dos dados temporais fornecidos pela arqueologia, é possível analisar a presença indígena com base na documentação escrita disponível, tanto em fontes primárias quanto secundárias. Segundo Albuquerque (2002: 69), “a capitania do Ceará permaneceu sob domínio indígena até por volta do fim do século XVII, quando passou a ser, de forma intensa e definitiva, ocupada — ou, em outros termos, invadida — por colonos europeus e luso-brasileiros”. Esse processo evidencia a complexidade das interações entre povos originários e colonizadores, permitindo reflexões mais amplas sobre os impactos socioculturais desse contato ao longo do tempo.

Na documentação histórica, observam-se menções bibliográficas referentes aos grupos indígenas existentes no sul da capitania do Ceará, abrangendo a Bacia Sedimentar do Araripe, entre os séculos XVII e XIX, incluindo suas possíveis localizações geográficas.

Dessa forma, os grupos indígenas intitulados como Cariri (ou Kariri), Cariú (ou Kariú), Calabaça, Icó, Icozinho (ou Ikozinho) e Choco (ou Xocó) são os mais citados nas fontes referentes às margens do rio Salgado e de seus afluentes, assim como para o Vale do Cariri, na parte sul da capitania do Ceará, entre os séculos XVII e XIX. Possivelmente, o uso generalizado do termo “Cariri” na região sul do Ceará contribuiu para a consolidação da tradição oral de denominar a área como “Terra dos Kariris”.

O rio Salgado e seus tributários (rios dos Bastiões, Carás, Jucá e Cariús) predominam nas fontes bibliográficas como marcos para a localização dos grupos (Tabela 1). É necessário destacar que as indicações bibliográficas sobre a localização desses grupos indígenas refletem a situação de mobilidade imposta a eles pelo violento processo de colonização, o que produziu distorções, como duplicidades de denominações e de lugares, dificultando o mapeamento que aqui se pretende realizar.

Tabela 1: Menções bibliográficas sobre a presença de grupos indígenas no sul da Capitania do Ceará entre os séculos XVIII e XIX

Grupo Indígena	Citação bibliográfica	Citação mais antigas	
		Localização	Data
Icô e Ikozinho	Théberge (1864)	Rio Salgado	Século XVII
	Araripe (1867)	Pouco abaixo do Rio Cariu	1660, 1680
	Studart Filho (1962)	Margens direitas do Rio Salgado	1694
	Nimueandajú (1944)	Rio Salgado	1762
Jucá	Araripe (1867)	Vale do Rio Jucá	Final do século XVII
	Theberg (1864)	Riacho Jucá	Final do século XVII
	Nimuendajú (1944)	Riacho Jucá	1723
	Leite Neto (2006)	Região dos Inhamuns (Arneiroz).	1780
Calabaça ou Kalabaça	Théberge (1864)	Rio Salgado	1660, 1670
	Araripe (1867)	Ribeira do Rio Salgado	Final do século XVII
	Nimuendaju (1944)	Rio Salgado	Final do século XVII
	Studart Filho (1962)	Margens do Rio Salgado	Início do século XVIII
	Leite Neto (2006)	Margens do Rio Salgado	Final do século XVII
	Oliveira (2017)	Ribeira do Rio Salgado	1722, 1739
Cariú ou Kariu	Théberge (1864)	Riacho Cariú e Rio Bastiões	1660, 1670
	Araripe (1867)	Entre o Rio Salgado e o Rio Cariú	1660
	Studart Filho (1962)	Margens da Ribeira do Rio Cariú	1708
	Nimueandajú (1944)	Sul do Ceará	1761
	Leite Neto (2006)	Margens das ribeiras do Rio Cariú	1708
	Oliveira (2017)	Ribeira do Rio Salgado	1704, 1713, 1720
Chocó ou Xocó	Nimuendaju (1944)	Rio Salgado	1802
	Leite Neto (2006)	Termo de Jardim, hoje cidade de Jardim	1839
	Studart Filho (1962)	Sul do Ceará	1838
Cariri ou Kariri	Théberge (1864)	Missão Velha e Crato – Serra do Araripe e parte do distrito do Crato	1660, 1670
	Araripe (1867)	Sul do Ceará	1660
	Nimuendaju (1944)	Barbalha, Missão Velha e Missão Nova	1780, 1876
	Studart Filho (1962)	Barbalha, Missão Velha e Missão Nova	1700
	Leite Neto (2006)	Sul do Ceará	Final do século XVII
	Oliveira (2017)	Sul do Ceará	Final do século XVII
Quipipau	Théberge (1864)	Riacho dos Porcos – Sul do Ceará	1842

Fontes: Oliveira (2017); Leite Neto (2006); Nimuendaju (1944); Studart Filho (1962); Araripe (1867); Theberg (1864).

O que se pode constatar com maior grau de confiabilidade é a recorrência de citações, em fontes primárias e secundárias, acerca da existência desses grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVII, XVIII e XIX.

Com base nas informações bibliográficas, foi possível elaborar uma carta etno-histórica referente à espacialidade dos grupos indígenas nessa região no período mencionado, considerando as menções de posicionamento associadas à hidrografia. É oportuno destacar que as inserções na carta etno-histórica (Figura 1) abrangem dados relativos aos três séculos citados. Assim, o mapa não representa cada século individualmente, mas reúne informações cumulativas referentes ao conjunto temporal analisado.

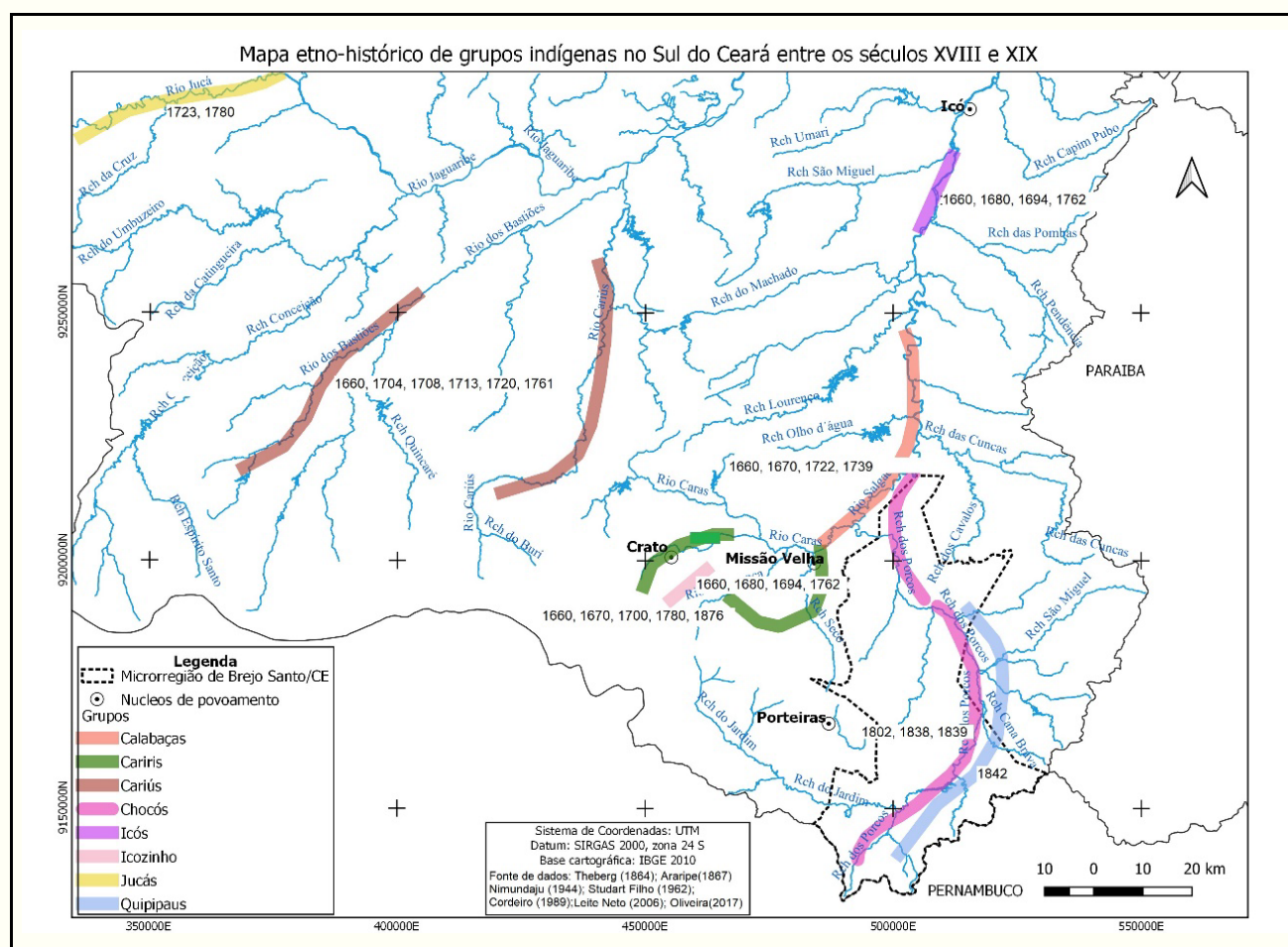


Figura 1: Carta etno-histórica de grupos indígenas no sul do Ceará entre os séculos XVIII e XIX.
Fonte: Oliveira (2021: 129); atualizado em 2025.

A partir dessas observações, foi possível constatar que a maior parte das referências bibliográficas sobre os grupos indígenas Cariri e Calabaça indica sua presença nas proximidades da cachoeira de Missão Velha (atual município de Missão Velha) ou no aldeamento do Miranda (atual município do Crato), sempre em associação ao rio Salgado e a seus tributários. Outros grupos indígenas amplamente mencionados são os Cariú (situados às margens dos rios Cariú e dos Bastiões), os Jucá

(no rio Jucá) e os Icó (também no rio Salgado, mas já próximos ao início do rio Jaguaribe, nas proximidades do atual município de Icó).

Entretanto, a partir de meados do século XVII e início do século XVIII, o domínio indígena no sul da capitania do Ceará começou a se alterar com a apropriação das terras pelos colonizadores portugueses.

A COLONIZAÇÃO NÃO INDÍGENA: IMPACTO E INFORMAÇÃO SOBRE OS INDÍGENAS

As primeiras concessões de datas de sesmarias na Bacia Sedimentar do Araripe datam de 1688, mas, aparentemente, os sesmeiros não efetivaram de imediato a posse de suas terras. Contudo, antes da ocupação efetiva dessas primeiras sesmarias, já havia se iniciado o combate aos indígenas Kariri da região, com o objetivo de tomar suas terras:

Quando o capitão-mor Plácido Azevedo Falcão, em dezembro de 1700, acompanhou o Padre João de Matos Serra, prefeito das Missões ao interior dos Sertões, para reduzir os Icó e Xixiró nos sertões do Icó, Médio Jaguaribe, intensificavam-se os embates entre os Kariri e os conquistadores nas fronteiras dos Cariris Novos. Daquele momento em diante, propagaram-se de forma rápida as expedições militares e as missões para os afluentes do Jaguaribe, especialmente para o Salgado e Riacho dos Porcos. Por todas as primeiras décadas do século XVIII, as autoridades coloniais buscaram mecanismos para enfrentar a resistência dos inúmeros nativos que habitavam aquelas ribeiras, em especial os de nações Icó e Kariri (OLIVEIRA, 2017: 125).

Pinheiro (2010: 19) menciona que “em fevereiro de 1702, Gil de Miranda e Antônio Mendes Lobato obtiveram do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro terras, desde Várzea das Crioulas até Emboscadas e Cachoeira, já no Cariri”. Em janeiro de 1703, são concedidas cartas de sesmarias a Manuel Rodrigues Ariosa e Manuel Carneiro da Cunha e, em março do mesmo ano, a Bento Correia de Lima e João Dantas Aranha:

Nº 79 – Ao capitão Manuel Carneiro da Cunha e ao Capitão Manuel Rodrigues Ariosa, três léguas de terras para cada um, nas cabeceiras do Rio Salgado, começando da Cachoeira dos Cariris, da parte de dentro, pelo riacho acima, até entestar com o fim da lagoa dos Cariris. Concedida em 12 de Janeiro de 1703, pelo capitão-mór Jorge de Barros Leite.

Nº 83 – A Bento Correia de Lima e Simão Correia de Lima, no riacho Quimami, (dos Porcos), na testada do coronel Antônio Farias da Piedade, três léguas para cada um. A petição foi deferida por não terem os primitivos sesmeiros que requereram as terras em 1688, efetuado a posse respectiva, segundo despacho (ALVES, 1945: 18).

Como já se sabia que haveria resistência indígena, em 1708 saiu uma expedição militar para combater diversos grupos, com “o capitão Bernardo Coelho com gente armada para destruir as tribos dos Icó, Cariris, Cariús, Caratiús e outras confederadas” (ARARIPE, 1867: 26).

Leite Neto (2006) destaca que, nesse período inicial de povoamento das terras localizadas no vale do Cariri, “um grupo de forasteiros, composto por quatrocentos homens armados, invadiu aquelas terras, saqueando fazendas e espalhando terror entre moradores”, o que levou ao “levante dos índios Icó e Cariri”. O ocorrido foi entendido como um risco ao processo de povoamento, e, por isso, foi realizada a intervenção “do coronel João de Barros Braga, que submeteu os índios rebelados ao regime das missões”, sendo eles forçados a se aldearem em terras um pouco mais distantes das áreas exploradas pelos colonos (LEITE NETO, 2006: 80).

Visando concretizar o processo de ocupação das terras e atenuar a resistência indígena, em 1763 foi realizada a divisão administrativa da Capitania do Ceará em quatro freguesias: Ceará, Acaraú, Jaguaribe e Icó. A porção sul da capitania ficou vinculada à Freguesia de Icó, surgindo, então, as missões religiosas de Nossa Senhora da Penha da Real Vila do Crato, administrada por padres capuchinhos, e a Aldeia dos Cariri (Missão Velha). Esse período marca a criação das primeiras vilas, já havendo menções à Vila do Crato:

As primeiras villas creadas foram a Fortaleza e o Aquiras na época de 1700 a 1713; depois vemos, que 50 annos mais tarde já existiam como villas no centro do paiz Ico, e Quixeramobim, e nas partes limitrofes, e mais arredadas da costa Villa-viçosa, e Crato [...] (ARARIPE, 1867: 4).

Conforme as informações presentes no documento Descrição de Pernambuco com parte da sua história e legislação até o Governo de D. Marcos de Noronha em 1746 e mais alguns documentos até 1758, existiam nove aldeamentos em todo o Ceará. Entre eles, destacava-se a aldeia de Miranda, ou Aldeia do Brejo Grande, posteriormente denominada Missão do Miranda ou Missão dos Cariris Novos, correspondente à atual cidade do Crato. Esse aldeamento tornou-se freguesia em 1762, vinculada ao distrito da Vila do Icó (nos Cariris Novos), abrangendo as seguintes “nações de Tapuius”: Quichexêu (Quixéreus), Careus (Carius), Carveanê (Cariuanês), Calabaça e Icozinho (JUCÁ NETO et al., 2014: 30-31). Já é possível observar a instalação oficial da Vila do Crato em um mapa topográfico de 1766 (Figura 2), evidenciando sua vinculação direta com os indígenas Cariri.

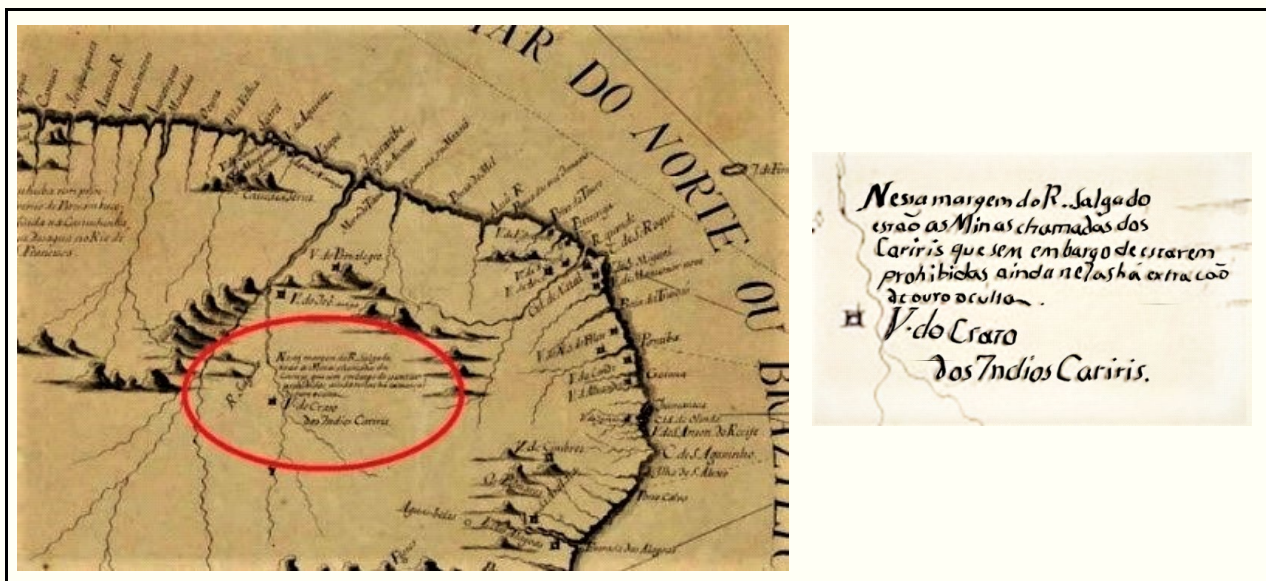


Figura 2: Detalhe (círculo em vermelho) sul do Ceará (B); detalhe de localização espacial da Vila do Crato dos indígenas Cariri (C). Fonte: Fonseca (1766). Adaptado pelos autores.

Inicialmente, as aldeias indígenas foram transformadas em vilas e povoados por meio dos alvarás do Marquês de Pombal, emitidos em 1757 para o Estado do Grão-Pará e Maranhão e estendidos, em 1758, ao Estado do Brasil. Entre outras medidas, tais alvarás incentivaram a intensificação da presença de colonos brancos, autorizaram o casamento entre brancos e indígenas e determinaram a “substituição da autoridade do missionário pela autoridade dos ocupantes dos cargos e dos colonos, imposta por normas legais” (SILVA, 2003: 87-88). Essas ações alteraram profundamente a situação dos aldeamentos indígenas no sul do Ceará:

faltando-lhes os padres, começaram esses indígenas a deixar as aldeias, e a causar damno na lavoura, e no gado dos colonos; pelo que foram em 1780 passados para Baturité e Almofala em virtude de ordem do governador de Pernambuco, executada pelo ouvidor da comarca Dias Barros. Os indígenas do Cariri, que puderam escapar á essa emigração forçada, buscaram as brenhas além da serra do Araripe, d'onde não volveram mais (ARARIPE, 1867: 28 – 29).

A transferência dos indígenas de seus locais de origem foi largamente utilizada como método de desmobilização e controle das populações aldeadas, da segunda metade do século XVIII à primeira metade do século XIX. Com relação aos indígenas do sul do Ceará, em 1780, a pedido dos colonos, ocorreu o deslocamento forçado dos Jucá, de Arneiroz, e dos Cariú, da Vila do Crato, para a Vila de Arronches, em Fortaleza, sob o argumento de que “a presença desses índios era incompatível com o processo de civilização em curso na Vila do Crato” (LEITE NETO, 2006: 151).

Como decorrência desse processo, já em 1783, antes mesmo do final do século XVIII, não existiam mais informações oficiais sobre aldeias ou vilas de indígenas na região do Cariri (SILVA, 2003). Em 1814, o então governador da Capitania Independente do Ceará, Luiz Barba Alardo de Menezes, escreveu um relato acerca da origem toponímica do Crato, denominado “Caririz Novos”, evidenciando, ainda, os motivos pelos quais os grupos humanos do passado ocupavam a região:

Antigamente chamava-se a esta povoação Caririz Novos, como ainda hoje muitas vezes se intitula todo o seu districto, aonde habitavão os índios da nação Calabaça: está situada na margem do Rio Salgado, distante trinta e seis legoas da villa do Icó para o sul e cento e deseseis da capital para leste. Tem mais de trinta legoas de comprido e algumas grandes povoações, como são as de Missão Velha, Jardim e Milagres (MENEZES, 1897: 48).

Com o Regulamento das Missões de 1845 e a Lei das Terras (1850), ocorre a integração forçada dos indígenas à sociedade colonizadora no Ceará, restando apenas resquícios das vilas indígenas, que foram sendo gradualmente extintas. Por ocasião da instalação da Assembleia Provincial do Ceará, em 9 de outubro de 1863, observa-se no relatório que “já não existem aqui índios aldeados ou bravios. Das antigas tribos de Tabajaras, Cariris e Pitaguaris, que habitavam a província, uma parte foi destruída, outra emigrou e o restante constituiu os aldeamentos da Serra da Ibiapaba” (MAIA, 2014: 112).

Outro fator que talvez explique esse “desaparecimento” historiográfico dos indígenas no sul do Ceará é o processo de inclusão desses descendentes indígenas sob a denominação de “caboclos”. Nesse sentido, Oliveira (2016: 206-207) aborda o conceito de “índios misturados” a partir de uma política colonialista de submissão indígena, na qual a participação das missões religiosas incorporava ao Estado colonial português os “índios mansos” em uma primeira “mistura”; em seguida, o “Diretório dos Índios” estimulava “os casamentos interétnicos e a fixação de colonos brancos dentro dos limites dos antigos aldeamentos”, configurando uma segunda “mistura”; e, finalmente, com a Lei de Terras de 1850, inicia-se “um movimento de regularização das propriedades rurais”, no qual “os governos provinciais vão, sucessivamente, declarando extintos os antigos aldeamentos indígenas e incorporando seus terrenos a comarcas e municípios em formação”.

Para se ter uma ideia desse processo, o Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872, realizado pela Diretoria Geral de Estatística, registrou as “raças” como “brancos”, “pardos”, “pretos” e “caboclos”, não havendo, portanto, menção à categoria “indígena” (BRASIL, 1872). Mesmo diante dos deslocamentos forçados e dos consequentes “desaparecimentos” de grupos indígenas identificados como “Cariri” — assim como de outros povos

da região —, o sul do Ceará continuou a ser conhecido popularmente como “Cariri”, como se observa em mapas anteriores ao recenseamento populacional de 1872 (Figura 3).



Figura 3: Recorte do mapa da Província do Ceará, mostrando o sul do estado e a expressão “Cariri”. A linha tracejada em azul indica parte do percurso do Rio Salgado.

Fonte: Carta *chorographica* da Província do Ceará, Theberge (1861). Adaptado.

Em meados do século XIX, ainda surgiam notícias esporádicas relativas aos indígenas no sul do Ceará: “No anno de 1860 Manoel José de Sousa, do termo de Milagres, aldeou os restos a uma antiga tribu dos indios Chocós, em número de 28, que erravam, perseguidos, entre os limites das provincias de Pernambuco, Parahyba e Ceará” (FIGUEREDO JÚNIOR, 1863: 19).

Nesse sentido, não bastava apenas viabilizar, a qualquer custo, o processo de colonização das terras indígenas no sul do Ceará; era também necessário, assim como ocorreu em outras regiões cearenses, implementar uma política de “apagamento”, seja no sentido físico ou cultural, das etnias indígenas locais, por meio de armas ou de políticas específicas, a partir do século XVII, com o objetivo de suprimir o papel do indígena na história regional.

Indígenas Cariri no Século XXI na “Terra dos Kariris”

Até a década de 1970, era comum a ideia de que não existiam mais comunidades indígenas no Ceará. Nesse período, iniciou-se a luta dos povos Tapeba e Tremembé, com o apoio de diversas instituições — como a Igreja Católica, as Pastorais Sociais, a Arquidiocese de Fortaleza, ONGs e

universidades — em busca do reconhecimento enquanto povos indígenas. Em seguida, os Pitaguary e os Jenipapo-Kanindé juntaram-se à luta, passando a reivindicar junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a demarcação de suas terras e o reconhecimento étnico.

Essa mobilização resultou no reconhecimento das terras do povo Tapeba, em 1985; dos Tremembé, em 1986; dos Pitaguary, em 1993; e dos Jenipapo-Kanindé, em 1995. Posteriormente, a FUNAI deu início aos processos de identificação das terras dos Kanindé, em 2001; dos Anacé, Potyguara, Tabajara, Gavião, Tubiba-Tapuya, Tremembé de Queimadas e Barra do Mundaú, em 2003; e dos Kalabaça e Tapuya-Kariri, em 2007.

Em 2022, o governo brasileiro reconhecia oficialmente 16 etnias indígenas em território cearense, distribuídas em 18 municípios, além da presença de pessoas que se autodeclararam indígenas em 173 municípios do estado. De acordo com a entidade institucional ADELCO (2022):

O Ceará possui 56.353 pessoas indígenas, o que equivale a 3,33% do total de indígenas do Brasil e a 10,66% do total da região Nordeste. Com isso, o estado ocupa o 9º lugar entre as Unidades da Federação em termos de população originária. O número no estado em 2022 é quase o triplo do registrado no Censo de 2010, quando 20.697 pessoas se autodeclararam indígenas (aumento de 2,72 vezes). A população indígena está presente em 173 dos 184 municípios cearenses (94% do total), e representa 0,64% da população residente no estado. Os cinco municípios cearenses que possuem mais indígenas são, respectivamente: Caucaia (17.628 indígenas); Itarema (5.115); Maracanaú (5.111); Fortaleza (4.948) e Monsenhor Tabosa (4.861).

Com relação à região do “Vale do Cariri”, apenas uma comunidade indígena luta pelo seu reconhecimento junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI): trata-se da comunidade de Poço Dantas, localizada no distrito de Monte Alverne, no município do Crato. Essa comunidade abriga cerca de cinquenta famílias que se autodenominam “Kariri”. Em 2008, ocorreu o primeiro encontro dos indígenas Kariri para a definição de um estatuto com o objetivo de criar uma associação comunitária. A iniciativa partiu do representante indígena da comunidade Rosa Kariri, Elias Kariri da Silva, que congregou os comunitários:

Estou vendo esse reconhecimento como uma forma de valorização do meu povo. É necessário para os benefícios chegarem na comunidade de Poço Dantas, onde há muitas famílias de índios. Minha tia, Nilza Kariri, 72 anos, é uma das mais antigas. Ela sempre falava muito dos nossos costumes. Somos Kariri através do meu pai. Estamos resgatando a cultura para o reconhecimento agora. Então, tem muita gente agora que quer ser índio Kariri (DIÁRIO DO NORDESTE, edição de 05 setembro 2008).

Melo (2017) analisa que os Cariri que permaneceram na região do Vale do Cariri foram invisibilizados por muito tempo; alguns, inclusive, alteraram seus sobrenomes para evitar o preconceito e as repressões. Contudo, “em sua consciência, ainda que tênue, eram Cariri”.

Durante muitos anos essa identidade ficou silenciada, temendo represálias e constrangimentos que associavam ao “ser índio” uma cultura atrasada, em estágio de evolução menor ou simplesmente selvagem. A emergência das questões ambientais e indígenas no Brasil da década de 1980 deu o subsídio necessário para a emergência também do orgulho de ser Cariri para os membros do grupo étnico do Sítio Poço Dantas, que vai eclodir somente na década de 2010, quando a comunidade foi visitada por uma índia militante do sul do Brasil. E com ela renasceu o desejo de existir como grupo social (MELO 2017: 194-195).

A luta pelo reconhecimento da comunidade continua. Em 2019, ocorreu o I Seminário Nacional Povos Indígenas do Cariri Cearense, promovido pela Universidade Regional do Cariri (URCA), durante o qual foi ministrada a palestra “A presença indígena no Ceará contemporâneo”, com as lideranças Teresa Kariri (Kariri de Crateús) e Rosa Kariri (Kariri do Poço Dantas – Crato). Essa mobilização surtiu efeito e, atualmente (2025), os povos identificados como Kariri já são reconhecidos oficialmente nos municípios do Crato, Brejo Santo, Crateús e São Benedito, constando nos mapas de presença indígena em território cearense (Figura 4).

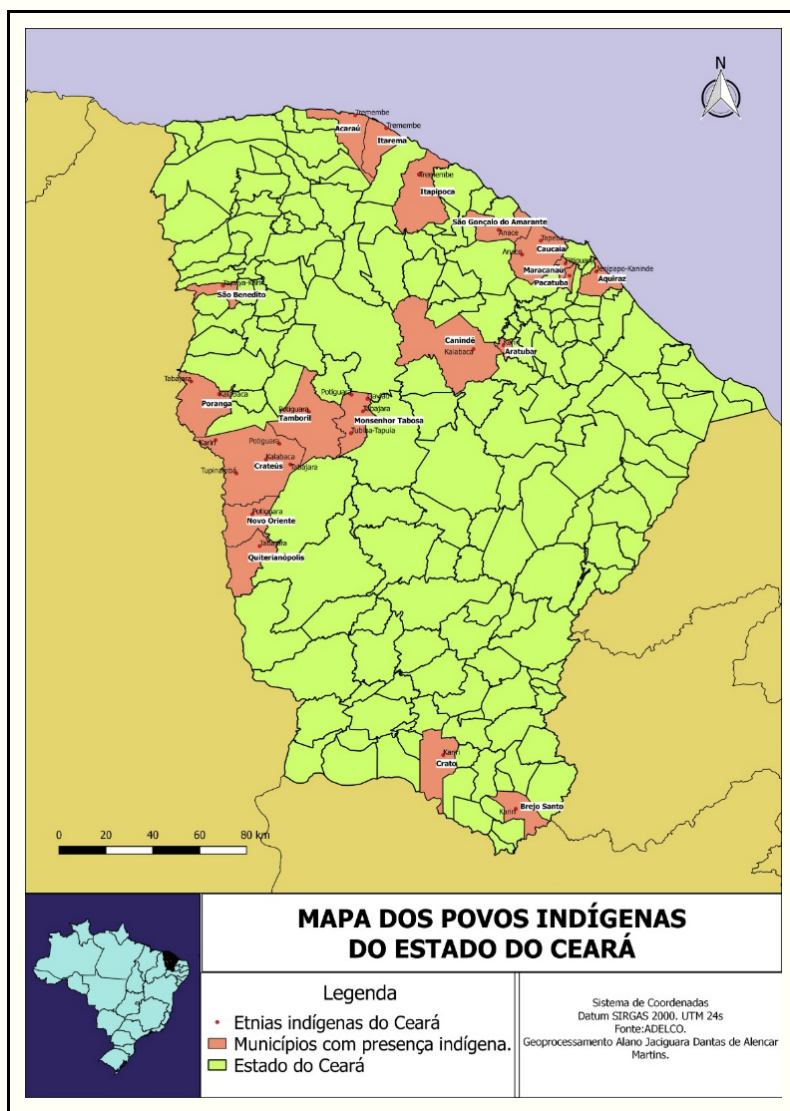


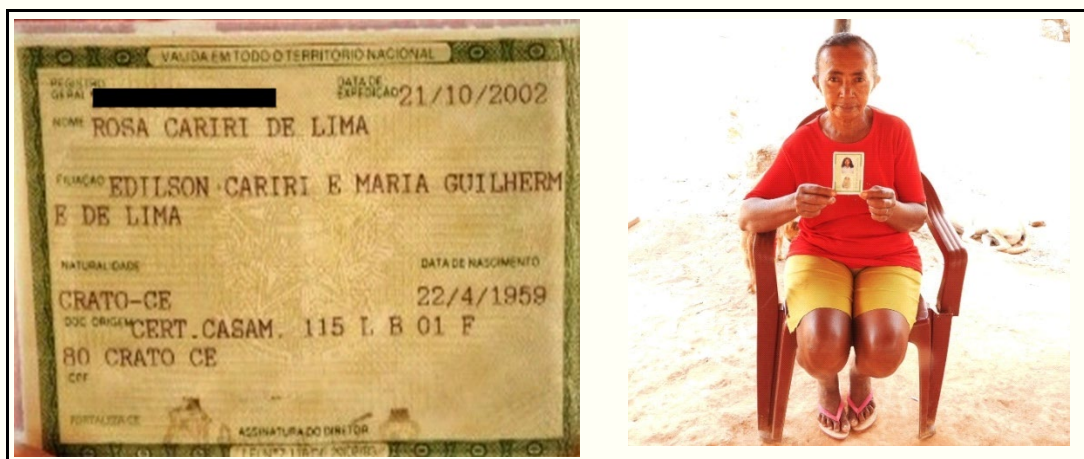
Figura 4: Mapa identificando a localização de povos indígenas no Ceará contemporâneo (2025) com a presença de povos Kariri nos municípios de Aratuba, Crato, Brejo Santo, Crateús e São Benedito. Fonte: ADELCO (2022). Adaptado.

Ou seja, a comunidade indígena local permanece ativa e em resistência (Figuras 5 a 8), buscando manter e reafirmar a denominação “Terra dos Kariris” para parte da Bacia Sedimentar do Araripe, da seguinte forma:

a nação Kariri assim como outras não foram passivas aos obstáculos impostos pela sociedade não-índia. Apesar das adversidades, jamais deixaram de resistir e existir. Presos nos aldeamentos, mantendo alianças com os não-índios ou errando pelas florestas, o sentimento de pertença a seus territórios e de querer retomá-los nunca cessou, isto porque, as complexas relações e experiências vividas com os adventícios lhe proporcionaram vários dispositivos de resistências, cujo elemento mais importante foi a luta pela preservação de sua memória (OLIVEIRA, 2016: 285).



Figuras 5 e 6: Dança do Toré realizada na comunidade do Poço Dantas pelos Kariri em 2020.
Fonte: Oliveira (2021: 71).



Figuras 7 e 8: Rosa Cariri (representante da Aldeia Cariri do Poço Dantas), exibindo orgulhosamente a sua carteira de identidade mostrando sua origem Cariri. Fonte: Oliveira (2021: 71). Adaptado.

Um movimento divulgado por grupos em redes sociais e em sites na internet, que surgiu mais recentemente, intitula-se “Retomada Kariri”. Por meio de videodocumentários, palestras e encontros, busca-se resgatar a memória e preservar a identidade étnica dos povos Kariri espalhados pela região Nordeste do Brasil. Um desses sites denomina-se “Retomada Kariri – retomada ancestral dos povos da nação Kariri”, no qual é possível visualizar vídeos sobre os povos Kariri-Xocó e Xucuru-Kariri, além de discussões e reuniões realizadas em torno dessa temática.

A memória indígena persiste e se manifesta mesmo em elementos não indígenas, pois, nas rotas turísticas da região, é comum encontrar estabelecimentos comerciais, hotéis e placas indicativas mencionando o termo “Terra dos Kariris”:

O ato de nomear lugares antes de tudo é um exercício de poder, este é um elemento plausível para compreender as lutas não só pelo espaço de sobrevivência material entre nativos e colonos, como também pela sobrevivência de memórias (OLIVEIRA, 2017: 246).

CULTURA MATERIAL, CRONOLOGIA E OCUPAÇÃO HUMANA

As pesquisas arqueológicas na região (Sul do Ceará e em Salgueiro-PE) são recentes, iniciando-se no final do século XX, com intensificação nas duas últimas décadas, impulsionadas pelas obras de infraestrutura e pelos estudos de licenciamento ambiental (tais como a Transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina). Destarte, apenas nos últimos anos foi possível a aquisição de marcos cronológicos a partir de métodos de datações absolutas e relativas, permitindo uma periodização preliminar da cultura material nos sítios arqueológicos, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2: Sítios arqueológicos dos municípios do sul do Ceará e de Salgueiro (PE) com datações arqueológicas.

Sítio arqueológico	Tipo	Município	Datação	Observações sobre as datações efetuadas	Fonte
Queimadas I	Histórico	Abaiara	1880-1900 AD	Pelo método gráfico da barra cronológica	Symanski, 2008
Baixa Dantas	Histórico	Abaiara	1830-1840 AD	Pelo método gráfico da barra cronológica	Symanski, 2008
Joaquim Chicote	Líto-cerâmico Tupi	Abaiara	630±120 AP	“Datação de cerâmica coletada na Unidade de Escavação 2 (30-40cm)” (Termoluminescência LVD-1941 Realizada em 2008)	Zanettini, 2008: 67-68
Anauá	Líto-cerâmico Tupi	Mauriti	640±40 AP	“Carvão de nível inferior sem cerâmica” (Beta-233908)	Machado, 2010
Serrote da Nascença	Líto-cerâmico Tupi	Brejo Santo	1220± 30 AP	“Estrutura de combustão” (Beta-537431)	Santos, 2020: 206
Baixio dos Lopes	Líto-cerâmico Tupi	Brejo Santo	1020± 40 AP	“Amostra de carvão coletada na estrutura de fogueira” (Beta-241015)	Zanettini, 2008: 93-94
			1260± 50 AP	“Amostra de carvão coletada	

				na estrutura de fogueira” (Beta-241016)	
			720±30 AP	“Dois dentes do mesmo indivíduo”, “carbonato no esmalte dental” Técnica EMA (Beta-447236)	Solari et al., 2022
Antônio Gomes	Líto-cerâmico	Brejo Santo	1320 ± 30 AP	“Amostra de carvão oriunda da sondagem 4, fogueira 5”(convencional - Beta-537431)	Souza, 2020: 202
Baixio dos Caboclos	Líto-cerâmico Tupi	Abaiara	1530± 50 AP	“Carvão a 40 cm de profundidade” (Beta-241018)	Zanettini, 2008, 42-45
Caboclinho	Líto-cerâmico	Mauriti	1830±30 AP	“Estrutura de fogueira” (Beta-537432)	Souza, 2020: 202
Baixa do Jardim	Líto-cerâmico	Jati	2150±30 AP	“Corresponde à fogueira 3” (Beta-537430)	Souza, 2020: 206
São Bento/Lagoa Encantada	Líto-cerâmico Tupi	Crato	2240 ±30 AP	“Estrutura de combustão” (Beta-543097)	Queirós, 2021: 43
Lage	Lítico	Abaiara	2620±40 AP	“Estrutura de fogueira intacta” (Beta-236599)	Zanettini, 2008: 55-58
Olho d’Água de Santa Bárbara	Pinturas rupestres	Nova Olinda	540±30 AP	Carvão vegetal associado a placas de arenito com pigmento de tinta ocre caída do teto (Beta-374170)	Limaverde, 2015: 337
			1170±30 AP	Sedimento com pigmento denso ocre vermelho (Beta-374171)	Limaverde, 2015: 337
			3190±30 AP	“Carvão vegetal (coletado em estrutura de Beta-374937)	Limaverde, 2015: 338
Lagoa do Uri de Cima	Lítico	Salgueiro-PE	3950±350 AP	LOE (MAP-251/12)	Lourdeau; Pagli, 2013: 103
			8000±570 AP	LOE (MAP-252/12)	Lourdeau; Pagli, 2013: 104
			13700±430 AP	LOE (MAP-25/12)	Lourdeau; Pagli, 2013: 104

Fontes: Solari et al. (2022); Queirós (2021); Santos (2020); Souza (2020); Limaverde (2015); Loudeau e Pagli (2013); Machado (2010); Symanski (2008); Zanettini (2008).

Apesar de ainda incipientes, as pesquisas regionais suscitam dados relevantes sobre a ocupação humana na região. Com base nas informações do Recenseamento da população do Império do Brasil, de 1872, é possível observar indícios de continuidade de ocupação por grupos humanos desde pelo menos 2.620 ± 40 anos AP na microrregião de Brejo Santo, podendo, contudo, remontar a períodos mais antigos, se considerarmos os estilos e tradições de arte rupestre presentes, bem como os sítios líticos da região circundante (BRASIL, 1876; LOURDEAU e PAGLI, 2013; LIMAVERDE, 2015). Nessa perspectiva, teríamos povos de línguas não conhecidas, aparentemente sucedidos por grupos de línguas Tupi e, posteriormente, por falantes de línguas Jê.

Para o período posterior ao século XVI, a documentação histórica aponta apenas a presença de populações de línguas Jê e de línguas pouco utilizadas, que passaram por um intenso processo de “apagamento histórico”, chegando até os dias atuais como movimento de resistência de pessoas que se autodenominam Cariri (NOBRE, 2013; RODRIGUES, 2019; OLIVEIRA, 2021). Essa diferença entre as descobertas da cultura material de povos indígenas no Nordeste brasileiro e a ausência de registros na documentação histórica é mencionada por Medeiros (2002: 206):

Essa grande diversidade que aparece nas descobertas realizadas com o avanço dos estudos da arqueologia pré-histórica não coincide com a visão ideologicamente dominante na História do Brasil, que vem, desde o período colonial, tentando apagar essa diversidade, porém, no caso específico dos povos indígenas do sertão nordestino no momento da conquista, existe uma grande lacuna, **pela própria escassez de fontes, devido ao fato de que muitos destes povos foram exterminados sem que houvesse nenhum registro escrito de sua existência.** Por outro lado, as fontes nas quais os estudos sobre estes povos se basearam não foram devidamente criticadas e as classificações até então realizadas deixam de fora um número incalculável de povos. Nesse sentido, as informações que podem ser fornecidas sobre a cultura material destes povos e sobre o processo de contato com os colonizadores, pela arqueologia histórica e pré-histórica, são de extrema importância (grifo nosso).

Destarte, baseados nas datações absolutas e relativas, bem como nos documentos históricos, podemos dividir os vestígios materiais em três intervalos cronológicos, visando compreender de forma mais precisa a dinâmica do processo de ocupação regional. A seguir, apresentam-se os intervalos cronológicos 1, 2 e 3:

Intervalo 1: Populações caçadoras-coletoras – anterior à 2000 AP

A cultura material evidenciada nos sítios Lage e Baixa do Jardim foi caracterizada como pertencente a uma indústria lítica típica de povos caçadores-coletores (ZANETTINI, 2008), sendo datadas de 2.620 ± 40 anos AP e 2.150 ± 30 anos AP, respectivamente. Contudo, não parecem ser os períodos mais recuados de ocupação dessa região, tendo em vista que existem outros sítios com datas

mais antigas nas proximidades e que, por volta de dois mil anos atrás, se inicia o processo de ocupação por povos agricultores ceramistas.

As datações arqueológicas obtidas em escavações nas proximidades da microrregião de Brejo Santo indicam ocupações bem mais antigas que dois mil anos, por grupos que utilizavam exclusivamente indústrias líticas. Embora não tenha identificado vestígios líticos associados, Limaverde (2015) obteve no sítio arqueológico Olho d'Água de Santa Bárbara uma datação de 3.190 ± 30 anos AP. De modo semelhante, no sítio arqueológico e paleontológico Lagoa Uri de Cima foi datada uma indústria no intervalo cronológico de 3.950 ± 350 anos AP a 13.700 ± 430 anos AP (LOURDEAU e PAGLI, 2013).

Portanto, até o momento, as pesquisas têm revelado que, para períodos anteriores a 2.000 anos AP, preponderam apenas sítios com arte rupestre e sítios líticos. Em relação aos sítios de arte rupestre da microrregião de Brejo Santo — um localizado no município de Brejo Santo, denominado Cacimbinha, e três situados no município de Milagres, intitulados Letreiro Encantado, Capim e Nazaré —, observa-se a mesma preferência quanto à dimensão técnica, destacando-se o uso de suportes rochosos areníticos e registros pintados na cor vermelha.

No que se refere às temáticas representadas, observa-se a ausência de figuras naturalistas (humanas, animais ou vegetais), predominando registros pintados de grafismos abstratos compostos por traços lineares recorrentes, composições geométricas fechadas (retangulares) e abertas (em formato estrelado). Embora essas semelhanças se repitam e alguns desses sítios estejam próximos entre si, não é possível afirmar que tenham sido produzidos pelo mesmo grupo (OLIVEIRA, 2021).

Já em relação aos sítios líticos, tanto na microrregião de Brejo Santo quanto em seu entorno, foram identificados artefatos confeccionados em matérias-primas como arenito silicificado, sílex, quartzo, calcedônia e quartzito. Predominam artefatos expedientes — especialmente lascas unipolares com ou sem retoques —, além de núcleos e artefatos brutos (ZANETTINI, 2008; INAPAS, 2017; SANTOS, 2020; SOUZA, 2020).

Deve-se destacar que, em relação a esse contexto mais antigo, ainda são poucos os sítios identificados e estudados de forma aprofundada; portanto, o quadro aqui apresentado deve ser considerado provisório.

Intervalo 2: Populações ceramistas Tupi – entre 2240 e 630 AP

Nesse intervalo cronológico, os artefatos cerâmicos passam a aparecer associados aos artefatos líticos, incluindo adornos como tembetás. A datação mais antiga — 2620 ± 30 AP — foi obtida no sítio São Bento/Lagoa Encantada, a partir de amostras de carvão provenientes de uma fogueira estruturada.

Tal evidência sugere uma ocupação Tupi antiga, reforçada pela presença de fragmentos cerâmicos no mesmo contexto da fogueira.

Embora se trate de uma datação expressiva, ela não está isolada. Há uma datação aproximada de 1530 ± 50 AP, registrada no sítio Baixio dos Caboclos, também obtida a partir de carvões de uma fogueira estruturada, além de outra, de 1320 ± 30 AP, proveniente do sítio Antônio Gomes, cujos carvões foram identificados em uma fogueira estruturada a 60 cm de profundidade. Esta última evidência levou à hipótese de uma ocupação contínua, caracterizada por vestígios líticos e cerâmicos distribuídos desde a superfície até cerca de 50 cm de profundidade, sugerindo possíveis reocupações ao longo do tempo. De acordo com Souza (2020), trata-se, portanto, de uma única ocupação.

Por fim, outras datações — 1260 ± 50 AP, 1220 ± 30 BP, 1020 ± 40 AP e 630 ± 120 AP —, provenientes dos sítios Baixio dos Lopes e Serrote da Nascença, indicam contextos arqueológicos nos quais vestígios líticos e cerâmicos aparecem associados a populações Tupi, reforçando a longevidade e a complexidade das ocupações nessa região.

Nesse sentido, em relação às datações dos artefatos cerâmicos vinculadas a populações Tupi, o pesquisador Ângelo Corrêa defende a hipótese de uma “ocupação antiga” na região, ou seja, de que parte desses artefatos pertenceria a uma “ocupação mais antiga”, Proto-Tupinambá:

A região formada pelo sul do Ceará, centro e sul do Rio Grande do Norte, Paraíba e norte do estado de Pernambuco reúne um grande número de sítios que combinam elementos emblemáticos do conjunto Tupi norte-oriental e Tupinambá, **portanto Proto-Tupinambá**, sendo aqui tratada como centro regional nordeste (Quadro 10). A ocupação nesta região parece ter se dado por movimentos de curta distância garantindo uma ocupação relativamente densa, sobretudo se considerarmos que é uma região semiárida, e talvez por isso os sítios estejam preponderantemente localizados nas serras, chapadas e suas encostas, nichos ecológicos com maior disponibilidade hídrica. (CORRÊA, 2014: 257-258, grifo nosso).

As pesquisas arqueológicas realizadas na microrregião até o presente indicam a vinculação dos vestígios cerâmicos desse intervalo cronológico a populações Tupi. Desse modo, ao analisarmos os dados referentes a esses dois intervalos cronológicos, considerando apenas a microrregião de Brejo Santo, no sentido da persistência tecnológica, verifica-se um período superior a dois mil anos (2620 ± 30 AP a 630 ± 120 AP) com a elaboração de artefatos líticos, e cerca de 900 anos (1530 ± 50 AP a 630 ± 120 AP) com a produção de artefatos cerâmicos.

Os vestígios arqueológicos identificados em pesquisas acadêmicas e preventivas realizadas desde o século XIX, tanto na faixa litorânea quanto no interior do Nordeste brasileiro, indicam

alternâncias cronológicas nas ocupações pretéritas desses espaços por grupos indígenas distintos, tanto no período colonial quanto no pré-colonial.

Cabe destacar que vestígios culturais atribuídos a populações Tupi no período pré-colonial, por exemplo, são recorrentemente encontrados em regiões reconhecidas, historicamente, como áreas de ocupação de povos Jê durante o período colonial (CORRÊA, 2014; OLIVEIRA, 2000; ETCHEVARNE, 1992).

Intervalo 3: Populações indígenas e não indígenas – do século XVI até o presente

As cronologias relativas aos artefatos com características do período histórico (Grupo 1), também baseadas exclusivamente na cultura material identificada em escavações arqueológicas nos sítios da microrregião de Brejo Santo, indicam ocupações humanas a partir do século XIX. Symanski (2008), ao analisar louças (faiança fina), vidros, metais e cerâmica local-regional provenientes dos sítios arqueológicos Baixa Dantas — ocupado entre 1830 e 1840 — e Queimadas I — ocupado entre 1880 e 1900 —, ambos localizados no município de Abaiara, identificou evidências que corroboram essa cronologia.

No que se refere a essas “possíveis dificuldades” de ocupação não indígena no Vale do Jaguaribe, Araripe (1867: 65) destaca que a concessão de sesmarias no Ceará só ocorre a partir de 1663, mencionando que, em 1688, foi concedida uma sesmaria de dez léguas de comprimento no rio Jaguaribe “ao coronel Francisco Dias d’Ávila e mais quatro sócios, cujas margens, dizem os requerentes, estavam muito povoadas do gentio bárbaro e ninguém se atrevia a provar, propondo-se eles a reduzir o mesmo gentio”.

Com relação a essa possível ocupação tardia dos municípios da microrregião de Brejo Santo, cabe ressaltar um detalhe temporal observado nesta pesquisa durante a elaboração do mapa etno-histórico da microrregião e, em maior escala, do mapa etno-histórico do sul do Ceará, que abrange outras áreas do Cariri. As menções bibliográficas mais antigas referentes aos grupos indígenas na região remontam ao ano de 1702, quando é registrada a presença dos indígenas Icó no rio Salgado, próximos à ribeira do Jaguaribe. Em 1727, são mencionados os Jucá no rio Jucá; em 1741, os Cariú, localizados no rio dos Bastiões e no rio Cariú; e, no mesmo ano, os Calabaça, Cariri e Icozinho, no rio Salgado. Portanto, todas essas referências bibliográficas situam-se no século XVIII e, especialmente, nenhum desses grupos indígenas foi identificado especificamente — ao menos nas fontes etno-históricas consultadas — nos territórios correspondentes aos atuais municípios da microrregião de Brejo Santo.

Por outro lado, as menções relativas especificamente aos grupos indígenas na microrregião de Brejo Santo referem-se apenas aos Chocó (em 1839) e aos Quipipau (em 1842), ambos registrados no Riacho dos Porcos. Essas informações, datadas do século XIX, revelam uma diferença superior a cem anos em relação às referências bibliográficas dos grupos indígenas mencionados nos demais cursos d’água do Cariri cearense, bem como naqueles situados nas proximidades da ribeira do Icó.

Um aspecto desse processo histórico de ocupação colonial talvez explique, ainda que hipoteticamente, a diferenciação temporal observada nos registros documentais. Essa hipótese se apoia no formato da administração portuguesa no século XVIII, quando, a partir da reforma pombalina, os missionários jesuítas foram expulsos dos aldeamentos indígenas, e o território passou a ser reorganizado em vilas subordinadas a apenas quatro ribeiras no Ceará: Ribeira do Ceará, Ribeira do Acaraú, Ribeira do Jaguaribe e Ribeira do Icó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresentado possibilita uma reflexão aplicável a diversas regiões do país, evidenciando a importância de se observar atentamente a relação entre os contextos arqueológicos e a documentação escrita. Isso porque a cultura material identificada nos sítios arqueológicos nem sempre corresponde diretamente às populações mencionadas nos documentos coloniais e imperiais. É fundamental, portanto, evitar interpretações extremas, como a suposição de que a classificação da cultura material esteja incorreta ou de que os vestígios arqueológicos devam, necessariamente, estar vinculados aos povos registrados nas fontes históricas.

Observa-se uma diversidade de grupos indígenas historicamente identificados sob a designação genérica de Tapuia. Embora a região seja tradicionalmente associada aos indígenas Cariri, pesquisas arqueológicas mais recentes vêm revelando a presença de cultura material atribuída a populações Tupi, o que indica ocupações anteriores à colonização portuguesa. A análise conjunta dos contextos arqueológicos e dos registros escritos na microrregião de Brejo Santo aponta para uma ocupação pré-colonial complexa. As evidências cerâmicas associadas a populações Tupi sugerem uma presença expressiva anterior à chegada dos colonizadores, conforme demonstram as datações arqueológicas obtidas no município de Abaiara, com registros de ocupação entre 1530±50 AP, no sítio Baixio dos Caboclos, e 630±120 AP, no sítio Joaquim Chicote.

Contudo, ao longo dos séculos XVII e XVIII, os documentos históricos referem-se majoritariamente à presença de povos Jê, sem menção significativa a populações Tupi. Esse contraste sugere dinâmicas territoriais mais amplas, possivelmente resultantes de processos migratórios,

conflitos ou transformações socioculturais. Segundo Prezia (1997), áreas tradicionalmente ocupadas por grupos Jê podem ter sido alvo de incursões de falantes de Tupi, que, embora tenham exercido influência sobre essas regiões, não alteraram por completo sua composição populacional. Francisco Noelli (comunicação pessoal) propõe que teria ocorrido uma descontinuidade no processo histórico dos Tupi, ocasionada por um colapso demográfico que possibilitou a ocupação da área por povos não Tupi. Essa hipótese levanta questões relevantes sobre a dinâmica das fronteiras culturais e os fatores que contribuíram para a extinção precoce das populações de língua Tupi na região, ao mesmo tempo em que favoreceram a permanência dos povos Jê.

A necessidade de aprofundamento das pesquisas arqueológicas na microrregião de Brejo Santo é inegável, especialmente diante do hiato de informações entre as ocupações Tupi e os registros escritos. As datações mais recentes indicam a presença de populações Tupi na região até o século XIV, enquanto os primeiros relatos históricos surgem apenas no século XVII, revelando um intervalo de aproximadamente duzentos anos sem documentação sobre essas populações.

Os dados disponíveis apontam para ocupações de longa duração, embora persistam lacunas quanto à continuidade demográfica dos grupos Tupi e aos eventos que possam ter interrompido sua permanência na região. Fatores como migrações, conflitos e transformações socioculturais podem ter desempenhado papel decisivo nesse processo. Investigações mais detalhadas poderão oferecer respostas mais precisas acerca das dinâmicas dessas ocupações e dos mecanismos que levaram à reorganização populacional nos períodos pré-colonial e colonial. O avanço das pesquisas arqueológicas, aliado à análise interdisciplinar de fontes históricas, etnográficas e linguísticas, será essencial para reconstruir com maior precisão essa parte ainda pouco compreendida da história indígena regional.

Assim, a história dos grupos indígenas da Bacia Sedimentar do Araripe permanece em processo de reescrita, e futuras pesquisas poderão trazer evidências mais consistentes para responder a esses questionamentos. O diálogo entre arqueologia e antropologia será crucial para confirmar ou refutar as hipóteses derivadas das fontes primárias e secundárias sobre as origens dos Cariris no sul do Ceará, ampliando a compreensão dos processos históricos que moldaram essa região.

REFERÊNCIAS CITADAS

- ABREU, C. 1998. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.
- ADELCO. 2022. *Povos indígenas*. Ceará: Adelco/Esplar. Disponível em: <https://adelco.org.br/povosindigenas>. Acesso em: 31 out. 2020.
- ALBUQUERQUE, M. C. 2002. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza.
- ALVES, J. 1945. “O vale do Cariri”. *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 1, Fortaleza.
- ARARIPE, T. de A. 1867. *História da província do Ceará desde os tempos primitivos até 1850*. Recife: Typographia do Jornal no Recife.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. 1873-1876. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger. Vol. 3: Ceará, Santa Catharina, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Alagoas, Matto Grosso.
- CARDIM, F. 1925. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia.
- CORRÊA, A. A. 2014. *Pindorama de Mboia e Iakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo.
- CORRÊA, Â. A. 2013. “Longue durée: história indígena e arqueologia”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 65, n. 2, p. 26-29. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200011. Acesso em: 06 jun. 2020.
- DIÁRIO DO NORDESTE. 2008. “Índios Kariri lutam por reconhecimento da tribo”. *Diário do Nordeste*, 05 set. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/indios-kariri-lutam-por-reconhecimento-da-tribo-1.127736>. Acesso em: 06 jun. 2020.
- ETCHEVARNE, C. 1992. “Sítios dunares do Sub-Médio São Francisco, Bahia, Brasil”. *Journal de la Société des Américanistes*, vol. LXXVIII-I, p. 57-71.
- FIGUEIREDO JÚNIOR, J. B. da C. 1863. *Relatório do Presidente da Província do Ceará*. APEC, pp. 19-20.
- FONSECA, J. G. da. 1766. *Carta topográfica [...] do Governo de Pernambuco*. Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar, 4586-3-38-52.
- GIRÃO, R. 1987. “O Ceará Pré-histórico”. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo Especial, p. 9-30. Fortaleza: Instituto do Ceará.
- HERCKMAN, E. 1886. “Descrição geral da Capitania da Parahyba”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, tomo V, n. 31. Recife: Typographia Industrial.
- INAPAS – Instituto Nacional de Arqueologia e Paleontologia do Semiárido. 2017. *Relatório técnico: atividades de prospecção, resgate e acompanhamento arqueológico e paleontológico na área de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional*, v. 1.

- JUCÁ NETO, C. R.; ANDRADE, M. J. F. S.; PONTES, A. F. A. 2014. “Fixação da Igreja no território cearense durante o século XVIII: algumas notas”. *Urbanização em territórios luso-brasileiros, Paranoá*, v. 7, n. 13, p. 27-36.
- LEITE NETO, J. 2006. *Índios e terras do Ceará: 1850-1880*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife.
- LIMAVERDE, R. 2015. *Arqueologia social inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, CE, Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- LOURDEAU, A.; PAGLI, M. 2013. “Caracterização tecnológica da indústria lítica do sítio arqueológico Lagoa Uri de Cima”. *FUMDHAMentos*, vol. X, p. 100-129.
- MACHADO, D. L. 2010. *Estudo arqueológico dos sítios Anauá, Chapada, Santo Antônio e Olho D'Água do Pau, Mauriti – Ceará*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- MAIA, L. de O. 2014. “Povos indígenas no crepúsculo setecentista na Capitania do Ceará: ‘invisibilidade’, agência indígena e reelaboração cultural”. *Mneme*, Caicó, v. 15, n. 35, p. 111-136.
- MAMIANI, L. V. 1699. *Arte de grammatica da lingua brasílica da naçam Kiriri*. Lisboa: Na Officina de Miguel Deslandes Impreffor de Sua Mag.
- MEDEIROS, R. P. 2002. “História dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: problemas, metodologia e fontes”. *Clio Arqueológica*, v. 1, n. 15, p. 205-233.
- MELO, J. P. P. 2017. *Índios Cariri, identidade e direitos no século XXI*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- MENEZES, L. B. A. 1897. “Memoria sobre a Capitania independente do Ceará Grande”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, v. 21.
- NANTES, M. 1979. *Relação de uma missão no Rio São Francisco. Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes*. Instituto Nacional do Livro, Coleção Brasileira, v. 368.
- NIMUENDAJU, C. 1944. “A habitação dos Timbira”. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 8, p. 76-101.
- NIMUENDAJU, C. 1981. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória.
- NOBRE, J. N. de S. 2013. *Memória social e espacialidade de grupos ceramistas em Trairi, CE*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- OLIVEIRA, A. J. de. 2017. *Os Kariri: resistências à ocupação dos Sertões dos Cariris Novos no século XVIII*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- OLIVEIRA, C. A. 2000. *Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica no Sudeste do Piauí*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, D. L. de. 2021. *As ocupações humanas na microrregião Brejo Santo, estado do Ceará, Brasil: dados arqueológicos e etno-históricos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- OLIVEIRA, J. P. de. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Editora Contracapa.
- PINHEIRO, I. 2010. *Efêmerides do Cariri*. Fortaleza: Secult/Edições URCA.

- POMPEU SOBRINHO, T. 1947. *Sistema de parentesco dos índios cariris (Estudos Históricos)*. Fortaleza: Instituto do Ceará.
- POMPEU SOBRINHO, T. 1950. “As origens dos índios Cariris”. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo LXIV.
- PUNTONI, P. 2000. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil*. São Paulo: Hucitec/Edusp.
- PREZIA, B. A. G. 1997. *Os indígenas do Planalto Paulista: etnônimos e grupos indígenas nos relatos dos viajantes, cronistas e missionários dos séculos XVI e XVII*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- QUEIRÓS, A. 2021. *Relatório final do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico – Cinturão das Águas do Ceará (CAC), Fase III – Monitoramento, resgate arqueológico e educação patrimonial*.
- RIBEIRO, E. R. 2002. “O marcador de posse alienável em Karirí: um morfema Macro-Jê revisitado”. *Liames*, v. 2, p. 29-46.
- RODRIGUES, A. D. 2019. “Karirí como família linguística Macro-Jê no Nordeste do Brasil”. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 11, n. 1, p. 47-52.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. M. de. 1845. *Dicionário geographico, historico e descriptivo, do Império do Brasil*, Tomo I. Paris: J. P. Aillaud.
- SANTOS, H. B. 2020. *Relatório final do programa de gestão do patrimônio arqueológico na área do loteamento Belo Monte, Brejo Santo-CE*. Processo IPHAN nº 01496.000049/2018-38.
- SILVA, I. B. P. da. 2003. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o diretório pombalino*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- SOLARI, A. et al. 2022. “Os remanescentes humanos das urnas funerárias tupi-guarani no sítio Baixio dos Lopes, Brejo Santo-CE (720±30AP)”. *Clio Arqueológica*, v. 37, n. 1, p. 45-69.
- SOUZA, L. J. N. 2020. *A ocupação humana na porção oriental da bacia sedimentar do Araripe, Cariri cearense: um estudo geoarqueológico dos sítios Baixa do Jardim, Antônio Gomes e Caboclinho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SRHE (Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará). 2010. *Bacia hidrográfica do Rio Salgado*. 2ª ed. [S.l.: s.n.].
- STUDART FILHO, C. 1931. “Notas históricas sobre os indígenas cearenses”. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*.
- STUDART FILHO, C. 1962. “Resistência dos indígenas à conquista e povoamento da terra: a guerra dos bárbaros”. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo 73/75.
- STUDART FILHO, C. 1965. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú – Coleção Nicolai. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:studart-1965-aborigines>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- SYMANSKI, L. C. P. 2008. “Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos”. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 73-96.
- THEBERGE, P. 1861. *Carta chorographica da província do Ceará*. [S.l.: s.n.].
- THEBERGE, P. 1864. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. [S.l.: s.n.].

ZANETTINI, P. E. 2008. *Programa de resgate do patrimônio arqueológico, histórico e cultural: Ferrovia Transnordestina, trecho Missão Velha (CE) – Salgueiro (PE)*. Relatório final, v. 1.

COSTA, Marlene dos Santos; FONTES, Mauro Alexandre Farias. Os Tupis no Piauí: Vivências Ancestrais e Longevidade Cultural. CLIO Arqueológica, V40 N2, p. 64-86, 2025. <https://doi.org/10.51359/2448-2331.2025.266053>

OS TUPIS NO PIAUÍ: VIVÊNCIAS ANCESTRAIS E LONGEVIDADE CULTURAL

THE “TUPIS” IN PIAUÍ: ANCESTRAL EXPERIENCES AND CULTURAL LONGEVITY

Marlene dos Santos Costa¹

<https://orcid.org/0000-0001-5352-9926> / archeomarlene@gmail.com

Mauro Alexandre Farias Fontes²

<https://orcid.org/0000-0002-7759-7525> / mauro.farias@ufape.edu.br

¹ Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, Sergipe, Brasil

² Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil

RESUMO

Com o objetivo de compreender o estabelecimento das comunidades ceramistas associadas aos povos do tronco linguístico Tupi em áreas semiáridas do Nordeste brasileiro, antes da completa invasão europeia, esta investigação concentra-se na porção oeste da Chapada do Araripe, localizada no estado do Piauí. A pesquisa envolveu a análise tecnológica e morfológica de artefatos cerâmicos provenientes de três sítios arqueológicos identificados durante as obras de implantação de um complexo eólico no município de Caldeirão Grande do Piauí, próximo às fronteiras com os estados do Ceará e Pernambuco. Além da análise de material cerâmico, foi realizada uma leitura integrada da paisagem, que possibilitou a contextualização dos dados arqueológicos a partir de fontes etnohistóricas, antropológicas e da história piauiense. Os resultados permitiram construir uma narrativa abrangente sobre os assentamentos e as vivências, centradas em experiências das coletividades Tupi, demonstrando que esses povos não estavam restritos ao seu centro de origem na Amazônia ou às áreas litorâneas. As evidências apontam para processos de apropriação e compartilhamento de práticas materiais em contextos de longa duração, também em ambientes semiáridos. Essa abordagem integrada amplia o entendimento sobre a diversidade e a dinâmica das culturas indígenas na Chapada do Araripe, evidenciando os fatores que influenciaram seus modos de vida e estratégias de ocupação.

Palavras-chave: Tupi; Piauí; Chapada do Araripe.

ABSTRACT

With the aim of understanding the establishment of ceramic-making communities associated with the Tupi linguistic group in semi-arid areas of Northeast Brazil, before the complete European invasion, this investigation focuses on the western portion of the Chapada do Araripe, located in the state of Piauí. The research involved the technological and morphological analysis of ceramic artifacts from three archaeological sites identified during the construction of a wind farm complex in the municipality of Caldeirão Grande do Piauí, near the borders with the states of Ceará and Pernambuco. In addition to the analysis of ceramic material, an integrated reading of the landscape was carried out, which allowed the contextualization of archaeological data based on ethnohistorical, anthropological, and Piauí history sources. The results allowed the construction of a comprehensive narrative about the settlements and experiences, centered on the experiences of the Tupi communities, demonstrating that these peoples were not restricted to their center of origin in the Amazon or to coastal areas. Evidence points to processes of appropriation and sharing of material practices in long-term contexts, including in semi-arid environments. This integrated approach broadens the understanding of the diversity and dynamics of indigenous cultures in the Chapada do Araripe region, highlighting the factors that influenced their ways of life and occupation strategies.

Keywords: Tupi; Piauí; Chapada do Araripe.

CONTEXTO DA PESQUISA

Este estudo concentra-se na região da Chapada do Araripe, um acidente geográfico situado na Bacia do Araripe³, estendendo-se pelos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco com ênfase na porção oeste no estado do Piauí, mais precisamente no município de Caldeirão Grande do Piauí. O objetivo foi compreender como as comunidades ceramistas do tronco linguístico Tupi se estabeleceram em áreas semiáridas do Nordeste brasileiro antes da total invasão dos exploradores europeus.

Durante décadas, se não centenas de anos, a historiografia brasileira sobre os povos Tupi manteve uma visão limitada, que associava seus territórios ancestrais quase exclusivamente às regiões litorâneas e tropicais, consideradas as mais adequadas ao assentamento de comunidades agricultoras ceramistas. Essa perspectiva, alimentada por leituras tradicionais, acabou por negligenciar evidências e a própria ancestralidade das ocupações presentes nas áreas interioranas e semiáridas antes da invasão europeia.

Essa interpretação sobre as áreas amazônicas e litorâneas apoia-se nos modelos propostos por autores como (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996 e CORRÊA, 2014) inspirados em trabalhos da arqueologia em associação com a linguística histórica, que reafirmam a Amazônia brasileira como o centro de origem dessas populações, com rotas de expansão direcionadas para o sul e o leste, culminando na chegada ao litoral.

Não obstante, as pesquisas desenvolvidas em Pernambuco a partir da década de 1980, inicialmente conduzidas por Marcos Albuquerque e posteriormente ampliadas por diversos autores (ALBUQUERQUE, 1991; ALBUQUERQUE e LUCENA, 1991; OLIVEIRA et al., 2006, 2007; AMARAL, 2015), introduziram evidências arqueológicas robustas que permitiram discutir a cronologia e a longa duração das ocupações indígenas em áreas interioranas e semiáridas.

Esses estudos foram fundamentais para reconhecer esses territórios como espaços favoráveis à permanência e à dinâmica das populações indígenas, demonstrando ocupações anteriores à colonização e contestando interpretações que atribuíam a presença nessas regiões apenas à pressão colonial (AMARAL, 2015).

Portanto, não se tratando de um debate recente —, novos achados produzidos ao longo dos últimos 30 a 40 anos têm reforçado e ampliado esse campo de investigação. Esses dados atualizados

³ A Bacia do Araripe tem cinco sequências maiores: Paleozoica, representada pela Formação Cariri; Início de Rifte, constituída pela Formação Brejo Santo e parte inferior da Formação Missão Velha; Rifte, formada pela parte superior da Formação Missão Velha e por toda a Formação Abaiara; e Pós-Rifte, separada em duas sequências — pós-rifte I, constituída pelas formações Barbalha, Crato, Ipubi e Romualdo, e pós-rifte II, caracterizada pelas formações Araripina e Exu (FAMBRINI, G. L. et al, 2020).

tensionam narrativas consolidadas e evidenciam a necessidade de revisão da historiografia brasileira, especialmente no que diz respeito à cronologia, à longa duração e à distribuição territorial das comunidades associadas aos povos Tupi.

A identificação contínua de sítios em regiões interioranas, somada à persistência de narrativas contemporâneas que reivindicam ancestralidade nesses espaços, amplia o debate e desafia o modelo tradicional que restringia os agricultores ceramistas às florestas tropicais — anteriormente consideradas os únicos ambientes compatíveis com a materialidade vinculada à identidade étnico-cultural Tupi (ALBUQUERQUE e LUCENA, 1991).

Entende-se por *longa duração* não apenas a cronologia extensa de sítios isolados, mas, sobretudo, a persistência de continuidades culturais e adaptativas manifestadas nos modos de produção entre diferentes gerações de comunidades indígenas, mesmo em distintos contextos territoriais.

Arqueologicamente, a cerâmica policroma associada a populações do tronco linguístico Tupi tem se destacado como um dos principais indicadores de continuidade cultural, permitindo o mapeamento de conexões profundas entre organizações sociais separadas no tempo e no espaço. Essas conexões tornam-se ainda mais evidentes quando os dados arqueológicos são integrados a outras disciplinas, como a Linguística histórica e a Etnohistória, ampliando a compreensão sobre os deslocamentos, permanências e transformações culturais.

O uso recorrente de determinadas paisagens — como serras, chapadas e áreas próximas a fontes de água — evidencia padrões preferenciais de ocupação, frequentemente associados a esses indivíduos. ***Contudo, tais padrões não devem ser interpretados como uma regra universal, uma vez que as escolhas de assentamento variam conforme contextos históricos, ambientais e socioculturais específicos.***

Além disso, as formas de viver expressam-se na transmissão intergeracional de práticas culturais e cosmologias que, mesmo diante de deslocamentos ou transformações, mantêm vínculos com tradições anteriores, inclusive aquelas originadas na Amazônia. Esses elementos revelam uma história indígena profunda, resiliente e anterior à colonização, que resiste aos impactos da invasão europeia.

O reconhecimento dessas dinâmicas tem sido impulsionado por abordagens arqueológicas mais amplas — como a arqueologia da paisagem, a arqueologia regional e os estudos multissítio — e pela crescente valorização de territórios historicamente marginalizados pela produção acadêmica (ALBUQUERQUE, 1991; ARCURI E COSTA, 2020; COSTA, 2025).

Com esse propósito, delineou-se um panorama histórico e geográfico da paisagem da Chapada do Araripe, tomando como referência os contextos arqueológicos registrados no município de Araripina desde a década de 1980. Esse recorte permite compreender não apenas a distribuição espacial

dos sítios, mas também as dinâmicas de vivências e mobilidade que evidenciam a longa interação entre diferentes povos indígenas e temporalidade em ambiente semiárido. Ao reunir dados produzidos ao longo de mais de quatro décadas, torna-se possível observar modelos recorrentes, continuidades tecnológicas e transformações socioculturais que contribuem para a reconstrução da trajetória histórica dessas populações no interior nordestino.

Sob essa perspectiva, a Chapada do Araripe se configura como uma região marcada por transformações contínuas, resultantes das interações entre elementos humanos e não humanos ao longo de milênios. Os vestígios arqueológicos evidenciam ocupações anteriores à invasão europeia, com destaque para as manifestações rupestres, que funcionam como registros visuais dessas presenças ancestrais. Embora não possibilitem datações diretas e precisas, tais registros vêm sendo contextualizados por meio de estudos comparativos com outras áreas do Nordeste, como a Serra da Capivara, onde datações indiretas indicam ocupações humanas com até 29.000 anos AP, (PESSIS, 2003: 85).

Em resposta a essa lacuna, estudos paleoambientais conduzidos pela Universidade de São Paulo (USP), incluindo a região da Chapada do Araripe, recorreram à análise de isótopos de carbono presentes na matéria orgânica do solo e em fragmentos de carvão. Os resultados indicaram mudanças significativas na cobertura vegetal entre aproximadamente 15.000 e 3.000 anos antes do presente (AP), com base na distribuição e datação desses vestígios (LIMA VERDE, 2006).

Esses dados reforçam a ideia de que a paisagem da Chapada do Araripe não pode ser compreendida apenas como um cenário passivo, mas como resultado de processos históricos de conformação entre humanos e o meio natural. As evidências arqueológicas, aliadas às reconstruções paleoambientais, indicam uma longa história de ocupações e transformações mútuas — em que alterações climáticas e ecológicas se entrelaçam com práticas humanas de adaptação, uso e modificação do ambiente. Assim, a Chapada deve ser entendida como um território moldado por interações contínuas e dinâmicas entre agentes humanos e não humanos, revelando uma historicidade profunda que desafia visões simplificadas da ocupação pré-colonial no Nordeste brasileiro.

No contexto geográfico, a Chapada do Araripe se destaca como um divisor de águas entre as bacias hidrográficas do São Francisco, do Jaguaribe e do Parnaíba, desempenhando um papel crucial na dinâmica hídrica da região semiárida. Essa configuração geográfica não só influencia o regime hídrico local, sendo fundamental para a regulação das águas e a sustentabilidade dos recursos hídricos nas bacias vizinhas, como também contribui significativamente para a biodiversidade da região.

Embora predominante no bioma caatinga, a Chapada abriga zonas de transição entre o cerrado e a mata atlântica, o que favorece a diversidade de fauna e flora adaptadas às condições semiáridas. Esse

ambiente variado e estratégico foi de grande importância para o estabelecimento e a mobilidade das populações indígenas que aproveitaram os recursos hídricos e as paisagens diversificadas para sua subsistência e organização territorial. A localização da Chapada, com suas fontes de água e solo fértil, proporcionou um espaço propício para a agricultura ceramista e para a construção de sistemas sustentáveis de manejo dos recursos naturais (SILVA NETO, 2013).

A área central desta pesquisa apresenta um relevo destacado em relação às planícies circundantes, com escarpas abruptas e topo relativamente plano — feições resultantes de processos erosivos e deposicionais que atuaram ao longo de milhões de anos. A Chapada do Araripe, de forma mais ampla, estende-se pelos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, abrangendo uma diversidade de contextos ambientais diretamente relacionados à sua formação geológica. Esses contextos incluem áreas de depressão periférica, escarpamentos e o topo da chapada, cada qual com características específicas de hidrografia, geomorfologia e cobertura vegetal, todas inseridas na dinâmica ambiental do semiárido brasileiro.

Essa relação entre a geologia da região e a história da formação do continente sul-americano confere à Chapada do Araripe um caráter geológico único, com depósitos ricos em fósseis e uma variedade de formações que influenciam não só a paisagem, mas também o clima e a biodiversidade local.

Vestígios arqueológicos associados a povos indígenas do tronco linguístico Tupi, como milhares de fragmentos cerâmicos, com morfologias de vasilhas de bordas reforçadas, e vasilhas escalonadas, com acabamento de superfície em pintura policroma, formas circulares e retangulares, evidências de ocupação prolongada e marcas de atividades de deposição, foram identificados predominantemente nas áreas de depressão sertaneja e no topo da Chapada do Araripe.

As datações por Luminescência Opticamente Estimulada (LOE) apontam para uma cronologia que varia entre 350 ± 150 anos AP, no Sítio Arqueológico Aldeia do Baião — situado em áreas da depressão sertaneja no atual estado de Pernambuco — e 480 ± 50 anos AP, no Sítio Arqueológico Juazeiro, localizado no topo da chapada, no município de Caldeirão Grande do Piauí (AMARAL, 2015; COSTA, 2025)

A Depressão Sertaneja, popularmente conhecida como os “Sertões”, é caracterizada por uma vasta área de aplainamento com relevo suavemente ondulado, apresentando altitudes que variam entre 350m e 500m em relação ao nível do mar (AMARAL, 2015: 144). Embora essas áreas tenham boas fluidez hidrográfica, elas se distinguem do litoral.

Já o topo da Chapada possui uma feição tabular, com superfície horizontal a sub-horizontal e um gradiente topográfico que vai de 960m na porção oriental a 760m na porção ocidental (AMARAL,

2015:144). Ao longo do planalto, aparecem platôs que ultrapassam os 800m de altitude, favorecendo a drenagem da água para a hidrografia local.

Embora a região seja caracterizada por relevo elevado, os solos locais apresentam boa drenagem, o que favorece o cultivo de tubérculos como a mandioca — planta que, apesar de exigir altos níveis de nitrogênio, é tradicionalmente cultivada em solos com baixos teores de matéria orgânica (LORENZI et. al. 2002; GOMES, 1987; BROCHADO, 1984).

De acordo com Assine (1990), a Chapada é composta por plataformas sedimentares datadas do Cretáceo e do Siluriano-Devoniano Inferior, apresentando uma configuração predominantemente plana, com áreas suavemente onduladas (ASSINE, 1990; AMARAL, 2015:144; COSTA, 2019). A região tem aproximadamente cerca de 160 quilômetros de extensão no sentido Leste/Oeste, e entre 50 quilômetros na direção Norte/Sul (MUSEU NACIONAL, 2025).

Esta pesquisa concentra-se no Planalto da Chapada do Araripe, com ênfase nos topos tabulares localizados no município de Caldeirão Grande do Piauí, na porção oeste da formação. A escolha dessa área específica está alinhada ao objetivo metodológico de analisar, em escala microrregional, os modelos de ocupação indígena pré-colonial em ambientes de altitude no semiárido, considerando variáveis como disponibilidade hídrica, acessibilidade, uso do solo e evidências arqueológicas associadas a povos ceramistas do tronco linguístico Tupi.

O escopo desta pesquisa baseia-se na análise de artefatos arqueológicos provenientes de três sítios localizados no topo da Chapada do Araripe (ver figura 1), situados dentro dos limites territoriais do município de Caldeirão Grande do Piauí e em relação direta à conformação geográfica da Chapada.

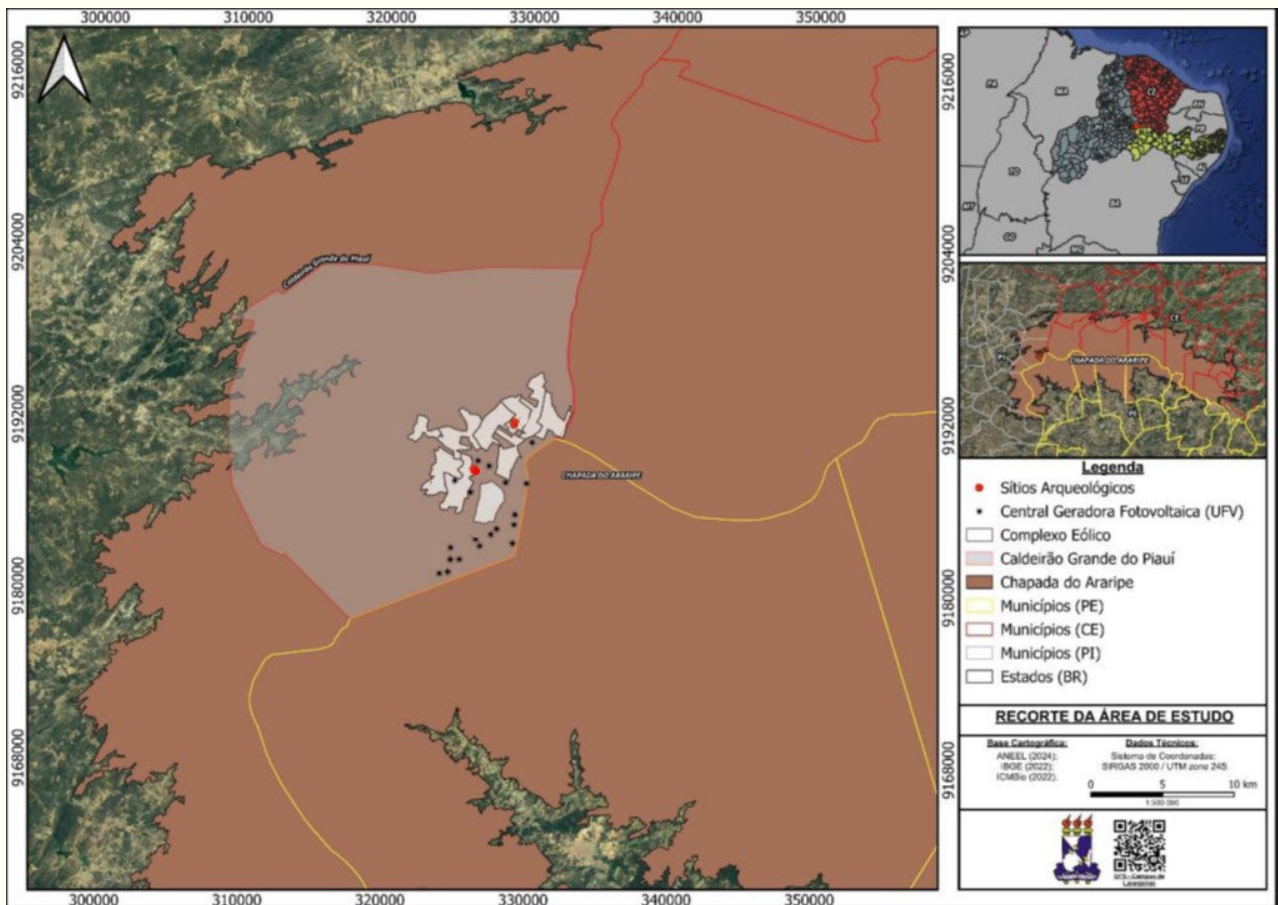


Figura 1: Sítios arqueológicos em estudo
 Fonte: Adaptado de Costa, 2025

A maioria dos vestígios é composta por fragmentos cerâmicos correspondentes a morfologias de vasilhas de uso utilitário, predominantemente com formas circulares e retangulares, e acabamento superficial em pintura policroma. Também foram identificados fragmentos de fusos, artefatos líticos produzidos com técnicas simples de lascamento, além de adornos confeccionados em tembetás de quartzo e um exemplar em amazonita — este último associado a uma matéria-prima exógena, ainda não identificada na região.

Os materiais foram identificados e coletados durante atividades de avaliação e resgate arqueológico realizadas no contexto da instalação do complexo eólico Caldeirão Grande I, na região, localizada nas proximidades das divisas com os estados do Ceará e Pernambuco.

A pesquisa adota como premissa a Arqueologia da Paisagem, priorizando a compreensão das relações entre pessoas e ambiente. Em vez de se limitar à classificação de objetos, busca-se compreender como os indivíduos interagem com o espaço, como selecionavam os locais para suas atividades e de que forma esses espaços estavam conectados e sujeitos a transformações contínuas.

Nesse sentido, torna-se fundamental considerar o contexto espacial, social e o universo socio-cosmo-ontológico em que essas populações estavam inseridas (SILVA, 2023; THOMAS, 2001).

Assim, a Arqueologia da Paisagem possibilita compreender a cerâmica não como um vestígio isolado, mas como parte de um sistema integrado de interações entre cultura, ambiente e temporalidade. A produção e o uso desses artefatos revelam modos de vida, territorialidades e cosmologias em constante diálogo com a paisagem vivida. Nessa perspectiva, a própria Chapada do Araripe deixa de ser apenas um cenário e passa a ser interpretada como um artefato arqueológico em si — moldada, significada e transformada pelas práticas humanas ao longo do tempo.

Com o objetivo de contextualizar de forma mais ampla a presença indígena anterior à invasão e à colonização europeia, esta pesquisa também procurou identificar outras regiões do Piauí onde foram registrados sítios arqueológicos com materialidades atribuídas a populações ceramistas do tronco linguístico Tupi.

A partir dessa abordagem comparativa, buscamos fundamentar os dados obtidos no território investigado e contribuir para a reconfiguração das narrativas sobre a presença e a temporalidade dessas populações em áreas semiáridas. Tal esforço analítico colabora para a revisão crítica da historiografia brasileira, conforme ilustrado na Figura 2 a seguir.

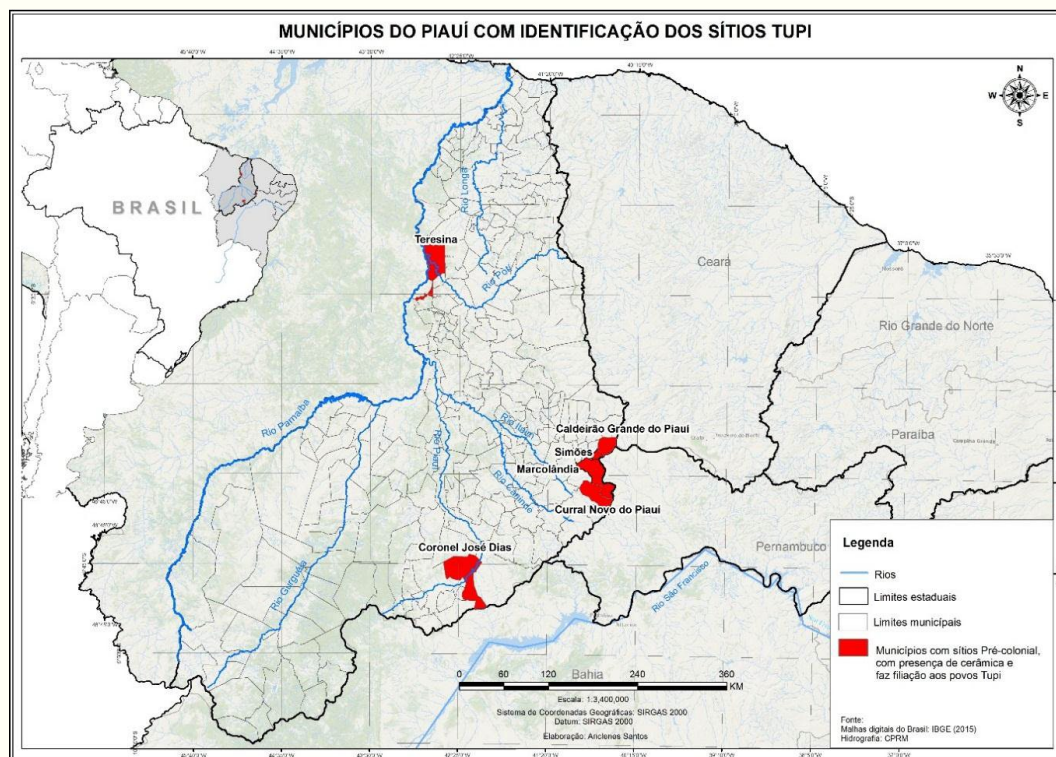


Figura 2: Identificação de Sítios Arqueológicos Tupi para o Piauí

Fonte: Costa (2019) elaborado com base nos dados do CNSA

Como indicado no mapa acima, as regiões do Meio-Norte, Sudeste e Sudoeste do Piauí, destacadas em vermelho, correspondem a sítios arqueológicos associados a coletivos indígenas com filiação cultural ao tronco linguístico tupi (COSTA, 2019). Nessas áreas, os estudos arqueológicos avançaram por meio de investigações sistemáticas de cunho acadêmico — como as pesquisas realizadas por Meggers e Maranca na década de 1980, no Sítio Aldeia da Queimada Nova, em Coronel José Dias, bem como por meio de atividades originadas no âmbito da Arqueologia Preventiva. Algumas dessas iniciativas, contudo, extrapolaram os limites dos registros técnicos convencionais, dando origem a pesquisas de pós-graduação, como dissertações⁴ e teses⁵ de mestrado e doutorado, com destaque para os trabalhos desenvolvidos na região Sudeste do estado, especialmente no município de Caldeirão Grande do Piauí.

Nas últimas quatro décadas, o avanço das ações de Arqueologia Preventiva tem contribuído significativamente para a identificação de um número crescente de sítios arqueológicos no estado do Piauí.

De acordo com dados do IPHAN/CNSA, estão registrados mais de 1.500 sítios com evidências de ocupações pré-coloniais, dos quais 134 apresentam vestígios cerâmicos, distribuídos em 96 municípios. No entanto, apenas 19 desses sítios possuem atribuição cultural ao tronco linguístico Tupi, o que revela uma sub-representação dessas populações no registro arqueológico oficialmente reconhecido. Essa lacuna pode estar relacionada a diversos fatores, como a limitação dos critérios tradicionalmente utilizados para a identificação da filiação cultural, a escassez de estudos de longo prazo voltados a contextos ceramistas em áreas interioranas, bem como à concentração histórica das pesquisas em regiões litorâneas ou mais densamente povoadas. Além disso, a fragmentação e o estado de preservação das evidências materiais em áreas semiáridas podem dificultar a atribuição cultural precisa, demandando abordagens metodológicas mais sensíveis ao contexto regional.

Apesar do expressivo número de sítios arqueológicos registrados no Piauí, a maioria deles foi identificada a partir de registros rupestres, resultado de iniciativas pontuais voltadas ao mapeamento dessas manifestações gráficas. Essas ações, concentradas principalmente em áreas protegidas como o Parque Nacional da Serra da Capivara⁶, o Parque Nacional da Serra das Confusões⁷ e o Parque

⁴ COSTA, Marlene dos Santos. Entre humanos e coisas estão o ceramistas pré-coloniais da Chapada do Araripe-PI. Dissertação de mestrado, UFPI, 2019; ARAÚJO, Sarah Tayran Guerra de. Estudo das cerâmicas pintadas dos sítios Brite I e Cachoeirinha I, município de Caldeirão Grande -PI. Dissertação de mestrado, UNIVASF, 2021.

⁵ COSTA, Marlene dos Santos. Vivências Tupi na Chapada do Araripe: entre o ritualismo e o cotidiano. Tese de doutorado – UFS, 2025.

⁶ Localizado na região Sudeste Piauiense.

⁷ Localizado na região Sudoeste Piauiense.

Nacional de Sete Cidades⁸ contribuíram para consolidar uma visão arqueológica do estado fortemente associada ao registro rupestre e, muitas vezes, restrita a um contexto pré-histórico (COSTA, 2019).

Contudo, essa ênfase em uma linha de pesquisa específica, com foco territorial e cronológico restrito, pode ter limitado a visibilidade de outras manifestações culturais, como as dos povos ceramistas ligados ao tronco Tupi, o que justificaria apenas 19 sítios arqueológicos com filiação cultural. Estes povos, com uma cronologia que remonta a aproximadamente 2.500 anos AP, para as populações da família linguística Tupi-Guarani, amplamente dispersas pelo território brasileiro e cuja presença e complexidade demandam um olhar mais atento (NOELLI, 1996).

Assim como ocorreu em grande parte da América do Sul, as primeiras informações registradas pela “escrita dita oficial” sobre as populações indígenas no Piauí foram introduzidas por cronistas, missionários e viajantes europeus. No entanto, esse processo ocorreu de forma mais tardia e com menor volume documental em comparação a outras regiões. Ainda assim, alguns relatos se destacam: no século XVII, o do padre Miguel de Carvalho; no século XVIII, o de Antônio José de Moraes Durão; e, no século XIX, as publicações de naturalistas como Von Spix, Von Martius e Alcide d’Orbigny (OLIVEIRA, 2007:53).

Esses relatos foram fundamentais para a atribuição de nomes aos diversos povos indígenas, muitas vezes baseados em observações superficiais de elementos como artefatos culturais, localização geográfica ou hidrografia. Essa prática levou a uma série de inconsistências e variações nas grafias, como exemplificado pelo caso dos Acoroá, identificados também como Acaroás, Acroá ou Akroá. Essas comunidades, pertencentes ao tronco linguístico Jê, habitaram amplas regiões que compreendiam desde o rio das Balsas (MA) até o rio São Francisco (BA), incluindo as cabeceiras do rio Parnaíba e o rio Piauí (PI), chegando a serem referenciados como habitantes de todo o território piauiense (PINTO, 1938, APUD OLIVEIRA, 2007: 54; IN COSTA, 2019: 23).

A partir dessas fontes, consolidou-se uma classificação binária que separava os povos indígenas entre os falantes da língua Tupi e os não falantes, genericamente atribuídos aos povos Jê. Buscando maior precisão, Baptista (1994) propôs uma tipologia linguística mais abrangente para o território piauiense, antes e durante a ocupação colonial, incluindo quatro principais troncos: Tupi, Jê, Cariri e Caribe — evidenciando, assim, uma diversidade étnica e linguística maior do que tradicionalmente reconhecida (BAPTISTA, 1994; COSTA, 2019).

As primeiras interpretações arqueológicas sobre a presença de populações Tupi no território piauiense surgiram a partir da análise de artefatos cerâmicos e de evidências de áreas de habitação

⁸ Localizado na região Norte Piauiense.

identificadas no Sítio Aldeia da Queimada Nova, localizado no município de Coronel José Dias, dentro da área do Parque Nacional Serra da Capivara. Esse sítio foi investigado na década de 1970, inicialmente por Maranca (1976) e posteriormente, em colaboração com Meggers (MARANCA & MEGGERS, 1980), marcando um dos primeiros esforços de atribuição cultural Tupi no contexto arqueológico do estado.

Esses dados arqueológicos complementam e ampliam as fontes etnohistóricas, oferecendo subsídios importantes para afirmar a presença ancestral dos povos indígenas Tupi nesse território, com uma cronologia estimada em aproximadamente 1.690 ± 110 anos AP, obtida por datação radiocarbônicas.

Tal abordagem contribui para questionar as narrativas historiográficas centradas na perspectiva colonial, segundo as quais essas populações teriam chegado à região apenas em decorrência da expansão e da pressão colonizadora, sendo posteriormente exterminados entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Além disso, essa análise desafia interpretações tradicionais da literatura que, por décadas, desconsideraram as áreas semiáridas como espaços viáveis para o estabelecimento e a permanência de populações indígenas (OLIVEIRA, 2007).

Oliveira (2002), em seu trabalho *Perspectiva Etnohistórica do Estado do Piauí – Brasil*, já apontava que as sociedades indígenas pertencentes ao Tronco Tupi incluíam os Amoipira, Tabajara, Ubirajara, Potiguara e Guarani. Esses povos estavam localizados no litoral do estado, no sul da região e ao longo das margens dos rios São Francisco e Parnaíba (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Nunes (1975 APUD. OLIVEIRA, 2002, P. 177; COSTA, 2019), os “Amoipira seriam descendentes dos Tupinambás, que chegaram ao Piauí pelo Rio São Francisco, proveniente da região da Bahia”.

Considerando os aspectos mencionados, os dados arqueológicos — especialmente os fragmentos cerâmicos com morfologia de vasilhas de uso cotidiano e acabamento de superfície em pintura policroma, oriundos da região de Araripina (PE) e estudados desde a década de 1980 — apresentam atributos tecnológicos e morfológicos compatíveis com os materiais identificados nas áreas de fronteira entre Piauí, Pernambuco e Ceará, onde está pesquisa foi desenvolvida.

As cerâmicas da área pernambucana são associadas à tradição arqueológica Tupiguarani, que, segundo Almeida (2013), Almeida e Neves (2015), Corrêa (2014) e Garcia (2017) é característica dos povos Tupinambá da família linguística Tupi-Guarani. Dessa forma, os dados arqueológicos corroboram com os dados etnohistóricos e da linguística histórica.

O objetivo desta pesquisa não é aprofundar-se na classificação de tradição arqueologia ou na identificação detalhada de famílias linguísticas, mas contribuir para a compreensão das relações entre

os povos do tronco linguístico Tupi e suas vivências — isto é, suas experiências e existências — na paisagem semiárida, antes da consolidação e pós consolidação da invasão europeia. Para isso, a análise de vestígios cerâmicos encontrados em contextos arqueológicos constitui a principal via de investigação, sendo alguns exemplares apresentados ao longo da análise dos dados.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia foi elaborada com o objetivo de entender como as populações ceramistas, associadas às comunidades do tronco linguístico Tupi, se estabeleceram em áreas semiáridas do Nordeste brasileiro nos períodos que antecederam a colonização europeia, mais precisamente na unidade da paisagem da Chapada do Araripe na delimitação geográfica da porção oeste do estado do Piauí. Considerou-se a exploração das áreas dos sítios arqueológicos, bem como a análise tecnológica sobre a materialidade resgatada; as técnicas consideradas foram desde trabalhos de campo a laboratório. Em campo: passo 1- observação e análise da paisagem; passo 2 – registro e coleta de material de superfície; passo 3- Escavação, coleta e registro de material. Em laboratório: curadoria e análise de material dentro dos princípios metodológicos elencados a seguir.

A pesquisa arqueológica em campo concentrou-se na identificação de vestígios materiais produzidos e manipulados por coletivos indígenas, com ênfase na escavação de áreas anteriormente ocupadas. Nos últimos anos, essas ações têm se intensificado em regiões destinadas a empreendimentos de grande porte, cujas intervenções provocam alterações significativas no solo e no ambiente. A escavação arqueológica visa acessar o registro arqueológico, sendo os dados obtidos em campo e por análises laboratoriais essenciais para compreender os processos de formação desse registro e para reconstruir narrativas que envolvem relações entre humanos e não humanos, (SCHIFFER, et.al 2001; GELL, 1999); IPHAN, 2015).

Passo 1 – Nesta pesquisa, adotou-se o método científico baseado na observação e análise da paisagem da Chapada do Araripe, análise de material arqueológico, cuja abordagem permitiu formular suposições sobre o estabelecimento humano e a exploração do ambiente. A partir de um protocolo metodológico estruturado — incluindo levantamento topográfico, coleta e análise estratigráfica do solo, e integração de dados arqueológicos e ambientais — a paisagem foi interpretada como um artefato em permanente transformação, moldado por ações humanas e por elementos não humanos ao longo do tempo e em diferentes escalas espaciais, (COSTA, 2025).

Passo 2 — Nessa etapa, realizou-se a prospecção sistemática na área delimitada dos sítios arqueológicos, incluindo o levantamento topográfico, a coleta e o registro dos materiais, bem como a delimitação das áreas de ocorrência. O objetivo central foi identificar, caracterizar e definir

especialmente os vestígios arqueológicos presentes, por meio de uma abordagem estruturada que garantisse o registro acurado das evidências materiais e de suas relações com o contexto geográfico e cultural.

Atividades como essas geraram dados técnicos essenciais às ações de salvaguarda, manejo ou mitigação de impactos, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pelas normativas do IPHAN (PORTARIA IPHAN Nº 196/2016; PORTARIA IPHAN Nº 420/2010).

Passo 3 – a partir da delimitação das áreas de ocorrências, realizou-se as unidades de escavações por níveis artificiais com registro em fichas/etiquetas, fotografias e coleta georreferenciada através da topografia.

Em laboratório, os autores — à época estudante e professor da UNIVASF, envolvidos na coleta do material arqueológico — participaram da primeira etapa de curadoria e análise dos materiais, em colaboração com colegas e estudantes da instituição.

Os artefatos foram estudados considerando o contexto cultural e a paisagem como um elemento dinâmico, situando os sítios arqueológicos em suas dimensões ambientais e culturais.

A análise seguiu os procedimentos técnicos estabelecidos pelo IPHAN para a elaboração de relatórios arqueológicos, ao mesmo tempo em que gerou dados relevantes para pesquisas subsequentes — como a presente — especialmente no que se refere à caracterização tecnológica dos materiais cerâmicos. Essa caracterização envolveu a identificação das matérias-primas, das técnicas de manufatura, dos acabamentos de superfície, dos métodos de queima e das tipologias formais, além de contribuir para a formação de acervos devidamente documentados.

A Arqueologia, ao investigar as materialidades deixadas por diferentes sociedades, permite reconstruir narrativas que não dependem exclusivamente das fontes escritas. Por meio dos vestígios arqueológicos, é possível acessar perspectivas próprias das sociedades indígenas, reconhecendo sua complexidade, continuidade e agência histórica, além de alcançar períodos anteriores à presença europeia no continente.

ANÁLISE DOS DADOS

Para essa pesquisa específica, os dados analisados, foram somados a partir da Contextualização da Paisagem; Estudo Tecnológico dos Artefatos (Examinou-se os materiais cerâmicos quanto à matéria prima, técnicas de fabricação, morfologia, padrões decorativos, tipos de queima e formas); Integração com Outras Fontes de Informação (Considerou-se processos de continuidade e resiliência das populações associadas ao tronco Tupi; ainda que estas informações sejam oriundas de fontes

etnográficas e etnohistóricas); Reflexão Crítica e Construção de Narrativas (Contribuindo para uma história que dialogue com a perspectiva dos povos originários, rompendo com visões que os colocam apenas como sujeitos passivos diante da ocupação colonial).

Na medida em que se considerou a unidade da chapada como artefato arqueológico em constante transformação; analisou-se elementos que agregam a essas camadas, que podem ser observadas pelo conjunto de ações humanas e não humanas que fazem com que o remodelamento da paisagem seja convidativo ou expulsivo para essas populações se estabelecerem no território. Como por exemplo: domínios morfoclimáticos e morfoestruturais. Ambos os domínios ajudam a compreender como a paisagem, moldada por esses fatores, pode ser mais ou menos propícia para o estabelecimento e a permanência de grupos humanos, seja pela oferta de recursos naturais ou pela proteção que a geografia oferece contra fatores ambientais ou inimigos humanos.

Diante dos aspectos apresentados, foi realizada uma segunda análise focada no conjunto cerâmico proveniente dos três sítios arqueológicos — Juazeiro, Cachoeirinha I e Brite I — distribuídos nessa mesma unidade de paisagem. Esses artefatos cerâmicos foram cruciais para estabelecer a cronologia e a temporalidade dos contextos investigados, além de servirem como base para um recorte espacial em relação a outros cinco sítios que apresentaram atributos similares.

No sítio arqueológico Juazeiro, foram registrados 2.329 fragmentos cerâmicos. Desses, 1.500 permitiram a identificação de tipos de objetos, como bases, bojos, bordas, apêndices, cachimbos e rodela de fuso. Os demais 829 fragmentos — menores que 5 cm — foram classificados como residuais e diferidos: os primeiros por não permitirem a identificação de morfologia nem de acabamento de superfície, os segundos, por apresentam algum tipo de tratamento de superfície, mas não possibilitam a definição da parte morfológica a que pertencem, Luna e Nascimento (1994).

No sítio arqueológico Cachoeirinha I, foram identificados 5.077 fragmentos cerâmicos. Desses, 2.075 permitiram a identificação de tipos de objetos, como bases, bojos, bordas, apêndices e rodela de fuso. Os demais 3.002 fragmentos foram classificados como residuais ou diferidos, por não apresentarem características suficientes para determinar partes morfológicas específicas.

No sítio arqueológico Brite I, foram identificados 9.657 fragmentos cerâmicos. Destes, 5.033 apresentaram atributos que permitiram a identificação de tipos de objetos, como base, bojo, borda, apêndice, cachimbo e rodela de fuso. Os 4.624 fragmentos restantes foram classificados como residuais ou diferidos.

Ao somar os dados dos três sítios analisados, o total de fragmentos cerâmicos estudados alcançou 8.608 unidades. A seguir, apresentam-se alguns exemplares representativos, acompanhados da análise tecnológica realizada, os quais podem ser observados nas Figuras 3, 4 e 5.

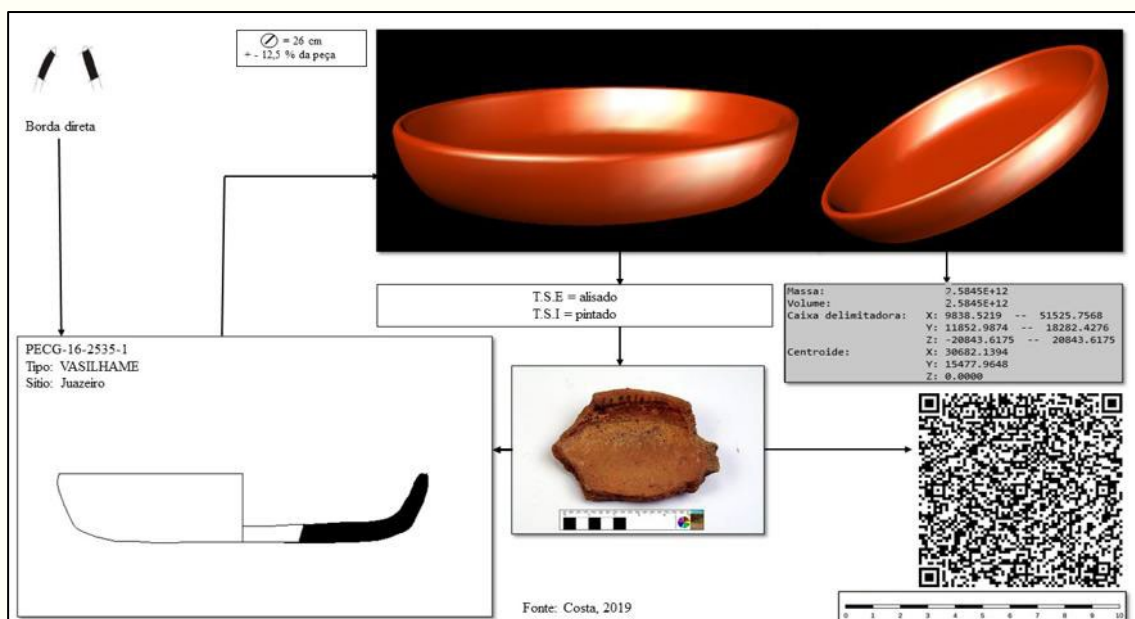


Figura 3: Reconstituição hipotética e análise tecnológica - Sítio arqueológico Juazeiro
Fonte: Costa, 2025

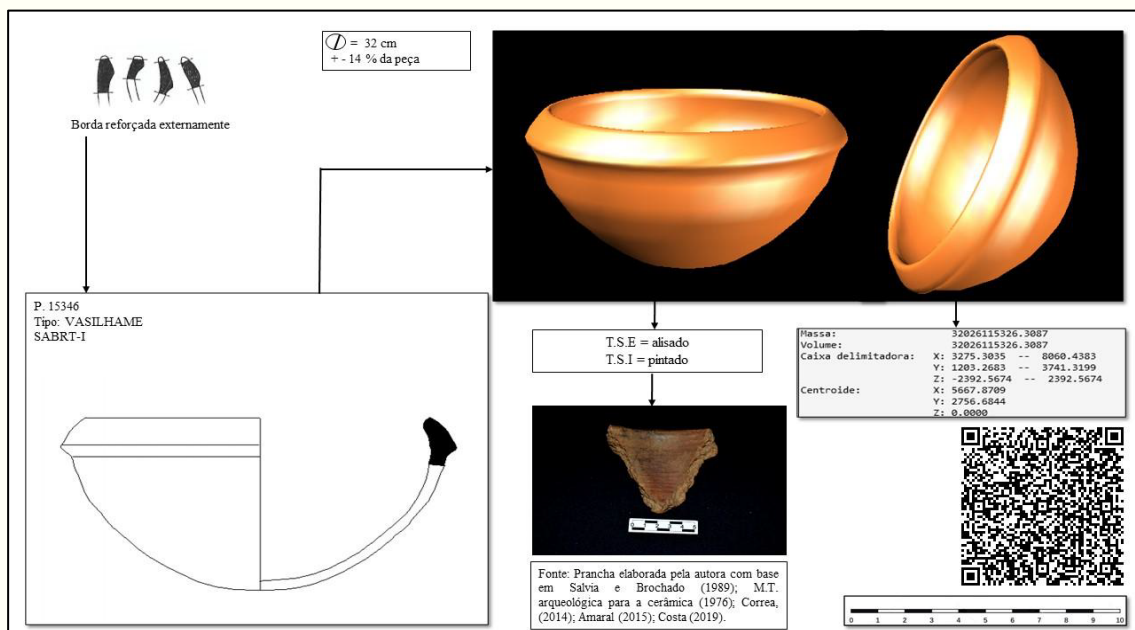


Figura 4: Reconstituição hipotética e análise tecnológica - Sítio arqueológico Brité I
Fonte: Costa, 2025

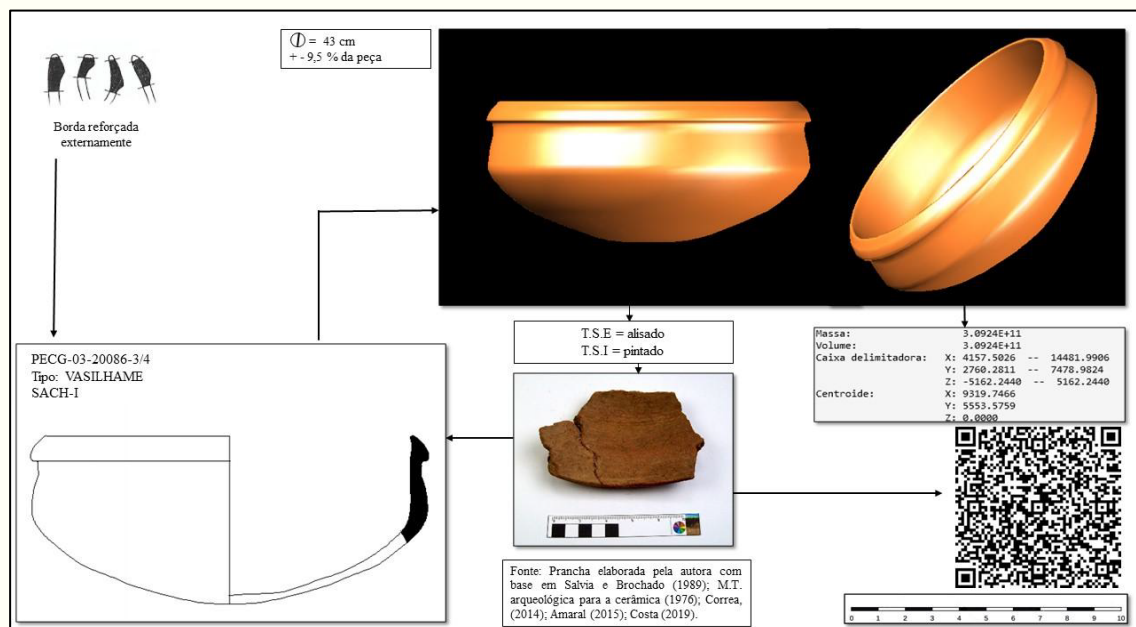


Figura 5: Reconstituição hipotética e análise tecnológica - Sítio arqueológico Cachoeirinha I
Fonte: Costa, 2025

A partir da datação obtida pela técnica de Luminescência Oticamente Estimulada (LOE), as cerâmicas dos três sítios arqueológicos revelam uma cronologia de 460 ± 50 anos AP para o Sítio Juazeiro, 370 ± 40 anos AP para o Sítio Cachoeirinha I, e 385 ± 40 anos AP para o Sítio Brite I. As cronologias obtidas indicam que os três sítios arqueológicos podem ser considerados contemporâneos entre si, não no sentido de uma coincidência temporal absoluta, mas enquanto expressões de uma continuidade cultural, social e territorial. A convergência cronológica e a coesão na materialidade dos vestígios reforçam a hipótese de práticas compartilhadas, sugerindo dinâmicas de interação e circulação entre esses espaços ao longo do tempo, o que amplia as possibilidades interpretativas sobre redes de conexão e formas de ocupação regional (COSTA, 2025).

Neste sentido, a contemporaneidade entre gerações indígenas não se refere apenas à coincidência temporal, mas à coexistência e inter-relação de experiências culturais, sociais e territoriais que se atualizam continuamente no tempo e no espaço (SANTOS, 2006; LATOUR, 2013).

Tal perspectiva é fundamental para a arqueologia, pois permite compreender as populações indígenas como agentes históricos ativos, cujas práticas e modos de vida atuais podem lançar luz sobre os vestígios arqueológicos do passado, sem reduzi-los a uma lógica de ruptura ou desaparecimento (FUNARI, 2007).

A análise tecnológica e morfológica de 8.608 fragmentos cerâmicos indicou, majoritariamente, a presença de vasilhas utilitárias de diferentes dimensões — pequenas (150 ml a <1 L), médias (1 L a 4 L) e grandes (4 L a 16 L). Essa variação sugere o uso das cerâmicas em múltiplas atividades,

destacando seu papel central nas estratégias de subsistência e nas dinâmicas de interação social em contextos semiáridos. A associação entre o volume das vasilhas e suas possíveis funções foi fundamentada em estudos comparativos etnoarqueológicos, experimentações e padrões recorrentes em contextos arqueológicos e etnográficos, conforme discutido por (SKIBO, 2013; LA SALVIA & BROCHADO, 1989).

Segundo Skibo (2015), ao tratar da performance funcional da cerâmica, destaca que características como volume, forma e espessura das paredes influenciam diretamente no uso pretendido dos recipientes, relacionando aspectos tecnológicos à funcionalidade prática no cotidiano. Além disso, o autor argumenta, que o uso da cerâmica está intimamente ligado à eficiência térmica, à resistência mecânica e à facilidade de manuseio, elementos que ajudam a inferir padrões de uso a partir da morfologia dos fragmentos (SKIBO, 2015).

Por sua vez, La Salvia e Brochado (1989) ressaltam a importância da cerâmica como indicador de hábitos culturais e estratégias adaptativas, considerando a variabilidade das formas e tamanhos como reflexo das necessidades específicas de povos inseridos em contextos ambientais distintos. Os autores também enfatizam a importância das correlações contextuais entre os atributos tecnológicos e as práticas sociais, permitindo interpretações mais amplas sobre a organização das atividades domésticas, os circuitos de produção e circulação e a relação desses povos com o espaço que habitavam (LA SALVIA E BROCHADO, 1989)

Essa abordagem permitiu elaborar uma narrativa mais abrangente sobre os assentamentos e as vivências das populações Tupi no Piauí, evidenciando que sua presença não se restringia ao litoral ou às áreas de origem tradicionalmente reconhecidas. Os dados arqueológicos, como a expressiva quantidade de fragmentos cerâmicos utilitários e sua diversidade morfofuncional, apontam para ocupações estruturadas e duradouras no semiárido, revelando não apenas ampla mobilidade territorial, mas também significativa capacidade de adaptação e vivências a diferentes contextos ecológicos.

Estudos como os de Brochado (1984) propõem que a expansão Tupi envolveu tanto deslocamentos costeiros quanto penetrações pelo interior, seguindo cursos fluviais e aproveitando corredores ecológicos.

Essa dinâmica é reforçada por Neves (2010), que argumenta que a ocupação Tupi não deve ser vista apenas como uma migração linear, mas como um processo de assentamento articulado, no qual a cerâmica desempenha papel central na identificação e diversificação tecnológica, estratégias de subsistência e porque não, longevidade cultural? Em contextos específicos como o do Piauí, onde se observa a integração entre elementos cerâmicos Tupi e condições ambientais semiáridas, os achados

confirmam a flexibilidade desses povos frente a novos ambientes, assim como contribui para a discussão da longa duração destes povos.

CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre as vivências, ancestralidade e longevidade cultural das populações indígenas em contextos semiáridos, com foco na porção oeste da Chapada do Araripe, no estado do Piauí.

A partir da análise tecnológica e morfológica de artefatos cerâmicos provenientes de três sítios arqueológicos situados em ambientes de altitude, buscou-se compreender a dinâmica de ocupação, as formas de interação e de remodelamento da paisagem, bem como as relações estabelecidas entre coletividades indígenas ao longo do tempo.

Os resultados obtidos demonstram que a presença indígena nesses espaços não foi episódica, residual ou fruto de deslocamentos tardios, mas estruturada, contínua e integrada a um sistema territorial amplo. A cerâmica — principal categoria de vestígio analisada — forneceu evidências concretas para essa interpretação. As características de seleção de matéria-prima, os padrões tecnológicos recorrentes, as regularidades nos modos de queima e acabamento, bem como a convergência formal entre os conjuntos, indicam uma tradição que se mantém ao longo do tempo, reforçando a hipótese de ancestralidade profunda.

Além disso, a comparação dos atributos tecnológicos e estilísticos com materiais provenientes de outras regiões do Brasil evidenciou compatibilidades significativas, sugerindo redes de contato, circulação de saberes e compartilhamento de códigos tecnológicos entre diferentes povos. Tais continuidades permitem inferir mobilidade, intercâmbio e fluxos culturais que ultrapassam fronteiras regionais, situando os assentamentos de altitude da Chapada do Araripe dentro de um cenário mais amplo de territorialidade Tupi no interior nordestino.

A adoção da Arqueologia da Paisagem como referencial analítico permitiu integrar esses dados materiais às dinâmicas socioambientais e simbólicas, compreendendo a Chapada não apenas como suporte da ocupação, mas como território produtor de sentidos. Assim, a paisagem é entendida como artefato arqueológico, moldado por interações milenares entre humanos, elementos naturais e forças cosmológicas.

Como contribuição, este estudo evidencia que os contextos interioranos e semiáridos devem ocupar posição central nas narrativas arqueológicas sobre os povos indígenas no Brasil, questionando modelos tradicionais que associam os Tupis exclusivamente a ambientes tropicais ou litorâneos. Ao

demonstrar a viabilidade tecnológica, simbólica e ecológica da ocupação indígena em áreas de altitude e semiáridas, amplia-se o entendimento sobre a diversidade das estratégias adaptativas, da mobilidade e das redes de sociabilidade desses coletivos.

Por fim, embora os resultados reforcem a relevância da região no contexto arqueológico do Nordeste, eles também evidenciam limitações inerentes à pesquisa em ambientes sensíveis — como restrições de acesso a determinadas áreas, limitações impostas por interesses de pesquisa e falta de recursos, além da necessidade de ampliar as comparações com sítios ainda pouco investigados. Mesmo assim, as evidências reunidas permitem afirmar que a longevidade cultural dessas comunidades indígenas permanece inscrita tanto no registro arqueológico quanto na memória, na resignificação e nas práticas dos descendentes dos povos originários que ainda habitam o território piauiense.

REFERÊNCIAS CITADAS

- ALBUQUERQUE, M. 1991. Ocupação Tupiguarani no estado de Pernambuco. *Revista Clio Série Arqueológica*. Recife: Editora Universitária, n. 4. p.115-116.
- ALBUQUERQUE, M. e VELEDA, L. 1991. Caçadores-coletores no agreste pernambucano: ocupação e ambiente holoceno. *Revista Clio Série Arqueológica*. Nº 4. Recife: Editora universitária. p. 73-74.
- ALMEIDA, F.O. 2013. A Tradição Policroma no alto rio Madeira. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- ALMEIDA, F. O. de; NEVES, E. 2024. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Revista Mana*, v. 21, n. 3, 2015, p. 499-525. Acesso em: 21 dezembro. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p499>.
- AMARAL, A. M. 2015. Andanças Tupiguarani na Chapada do Araripe: análises das correlações entre mobilidade humana, tecnologia cerâmica e recursos ambientais. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- ARCURI, M; COSTA, J. R. 2020. Repensando as velhas práticas: transversalidades e os papeis da arqueologia e museologia na preservação do patrimônio do Parque municipal arqueológico morro da Queimada – Ouro-Preto- MG. *Revista de Arqueologia*. Vol. 33. Nº 3.
- ASSINE, M. L. 1990. Sedimentação e tectônica da Bacia do Araripe. Dissertação (mestrado em Geociências), Instituto de Geociências e Ciências Exatas - UNESP, Rio Claro.
- BAPTISTA, J. G. 1994. Etno-história indígena piauiense. Teresina: EDUFPI/APL.
- BRASIL. 2016. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria nº 196, de 18 de maio de 2016. Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 95, p. 17, Disponível https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf. Acesso em: [07/05/2025].
- BRASIL. 2010. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria nº 420, de 22 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 247, p. 94. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.
- BRASIL. 2015. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Instrução Normativa nº 1, de 25 de março de 2015. Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, n. 57, p. 60. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.
- BROCHADO, J. P. 1984. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CORRÊA, Â. A. 2014. Pindorama de Mboia e Itacaré Continuidade e Mudança na Trajetória das Populações Tupi. Universidade de São Paulo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo.
- COSTA, M. dos S. Entre humanos e coisas estão os ceramistas pré-coloniais da Chapada do Araripe Piauí. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
- COSTA, M. dos S. 2025. Vivências Tupi na Chapada do Araripe: entre o ritualismo e o cotidiano. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe.
- FAMBRINI, Gelson Luís et al. 2020. Estratigrafia da Bacia do Araripe: estado da arte, revisão crítica e resultados novos. *Geologia USP, Série Científica*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 16-212.

- FUNARI, P.P. 2007. *Arqueologia e Patrimônio*. Editora. Habilis, Erechim-RS.
- GARCIA, L. 2017. Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.
- GELL, A. 1999. The technology of enchantment and the enchantment of technology. In: GELL, A. *The Art of Anthropology: Essays and Diagrams*. London: The Athlone Press. Pp. 159-186.
- GOMES, J. de C. 1987. Considerações sobre adubação e calagem para a cultivar. *Revista Brasileira de Mandioca*, Cruz das Almas, v. 6, n. 2, p. 99-107.
- LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. 1989. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre. Posenato Art & Cultura.
- LATOUR, B. 2013. *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paul: Editora 34.
- LIMAVERDE Vilar Medonça, Rosiane. 2006. Os registros rupestres da Chapada do Araripe, Ceará, Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- LORENZI, J. O.; OTSUBO, A. A.; MONTEIRO, D. A.; VALLE, T. L. 2002. Aspectos fitotécnicos da mandioca em Mato Grosso do Sul. In: OTSUBO, A. A.; MERCANTE, F. M.; MARTINS, C. de S. (Eds.). *Aspectos do cultivo da mandioca em Mato Grosso do Sul*. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste/UNIDERP, p. 77-108.
- LUNA, S.; NASCIMENTO, A. 1994. Procedimentos para análise da cerâmica arqueológica. *Revista Clio Série Arqueológica*, n. 10.
- MARANCA, S. 1976. Estudo do Sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. *Revista do Museu Paulista – Serie Arqueológica*. São Paulo: Museu Paulista, v. 3. P. 102.
- MARANCA, S; MEGGERS, B. 1980. Uma reconstituição de organização social baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da tradição Tupiguarani. *Revista Pesquisas*. São Paulo: [s.n.], nº. 31. p.227-247.
- NOELLI, F. S. 1996. As hipótese sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista De Antropologia*, 39(2), 7-53.
- OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. 2007. Colonização do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. 2007. 202 fls. Tese. (Doutorado em História), Universidade Federal do Pernambuco, Recife.
- OLIVEIRA, C.A. et al. 2006. Os grupos pré-históricos ceramistas da Chapada do Araripe: prospecções arqueológicas no município de Araripina-PE. *Revista Clio - Série Arqueológica*. Recife, v.2. nº.21, p.333-350.
- OLIVEIRA, C. A. 2002. Perspectiva Etno-histórica no Estado do Piauí – Brasil. *Revista Clio - Série Arqueológica*, Pg. 171-188.
- PESSIS. A. 2003. *Imagens da Pré-História*. Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM/PETROBRÁS.
- SANTOS, Milton. 2006. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.
- SCHIFFER, Michael Brian; James M. Skibo, Janet L. Griffitts, Kacy L. Hollenback, and William A. Longacre. 2001. Behavioral Archaeology and the Study of Technology. *American Antiquity*. 66, no. 4 729–37. <https://doi.org/10.2307/2694186>.

SILVA NETO, Basílio. 2013. *Perda da vegetação natural na Chapada do Araripe (1975/2007) no estado do Ceará*. São Paulo: UNESP.

SILVA, Sergio Baptista da. 2023. Metodologias e arqueologia pré-colonial no Brasil: implicações epistemológicas e teóricas. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 184–198, DOI: 10.24885/sab.v36i1.1009. Disponível em:

<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1009>. Acesso em: 7 fev. 2025.

SKIBO, J. M. 2013. *Understanding Pottery Function*. Springer New York Heidelberg Dordrecht London.

SKIBO, J. M. Pottery Use-Alteration Analysis. **In:** MARREIROS, J. M. et al. (eds.). 2015. *Use-Wear and Residue Analysis in Archaeology*, Manuals in Archaeological Method, Theory and Technique, DOI 10.1007/978-3-319-08257-8_10.

LIMA FILHO, Sebastião Lacerda de; ESCOT, Denise Pozzi; OSHIRO, Janet; FALCÓN, Rommel Angeles; MORAES FILHO, Manoel Odorico de. *Colaboração em Pesquisa Arqueológica no Santuário de Pachacamac, Costa Central do Peru*. CLIO Arqueológica, V40 N2, p. 87-98, 2025. <https://doi.org/10.51359/2448-2331.2025.266337>

**COLABORAÇÃO EM PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO
SANTUÁRIO DE PACHACAMAC, COSTA CENTRAL DO PERU**

**COLLABORATION IN ARCHAEOLOGICAL RESEARCH AT THE
SANCTUARY OF PACHACAMAC ON THE CENTRAL COAST OF PERU**

Sebastião Lacerda de Lima Filho¹

<https://orcid.org/0000-0002-9218-8615> / arqueologiasobradinho@gmail.com

Denise Pozzi-Escot²

<https://orcid.org/0009-0005-7857-3196> / dpozzi@cultura.gob.pe

Janet Oshiro²

<https://orcid.org/0009-0003-6321-4065> / joshiro@cultura.gob.pe

Rommel Angeles Falcón²

<https://orcid.org/0000-0002-2958-3225> / rangeles@cultura.gob.pe

Manoel Odorico de Moraes Filho¹

<https://orcid.org/0000-0003-3378-8722> / odorico@ufc.br

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

² Museo Pachacamac, Lima, Peru

RESUMO

Este documento serve como uma ferramenta de divulgação científica, abordando as oportunidades de projetos colaborativos e voluntários em várias áreas de pesquisa arqueológica na América Latina. Ele relata algumas das atividades desenvolvidas ao longo de 10 dias durante fevereiro de 2024, em um contexto de trabalho no Peru. O intuito é evidenciar o potencial de investigação e a qualidade do trabalho científico realizado pela equipe do Museu e Santuário Arqueológico de Pachacamac, além de refletir sobre os desafios e as oportunidades de projetos internacionais em cooperação, bem como sobre a função multidisciplinar e social da arqueologia na promoção de novas experiências na América do Sul.

Palavras-Chave: Arqueologia na América do Sul, Pesquisa Colaborativa, Museu e Santuário Arqueológico de Pachacamac.

ABSTRACT

This document serves as a tool for scientific dissemination, addressing the opportunities for collaborative and volunteer projects in various areas of archaeological research in Latin America. It reports on activities conducted over 10 days in February 2024 within a work context in Peru. The aim is to highlight the research potential and the quality of the scientific work performed by the team at the Pachacamac Archaeological Museum and Sanctuary, and to reflect on the challenges and opportunities of international cooperation projects, as well as the multidisciplinary and social role of archaeology in promoting new experiences in South America.

Keywords: Archaeology in South America, Collaborative Research, Museum and Archaeological Sanctuary of Pachacamac.

INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade constitui um dos pilares fundamentais da ciência arqueológica em qualquer região do planeta. Além desse aspecto colaborativo e dinâmico, ela se sobressai pelas oportunidades de interação entre diversos grupos de pesquisa, resultando em um intercâmbio contínuo de saberes e, ao mesmo tempo, facilitando a inclusão de reflexões teóricas, o avanço nas metodologias e o aperfeiçoamento técnico. Dessa forma, a arqueologia desenvolvida na América do Sul reúne essas oportunidades, aproximando a comunidade científica de forma mais abrangente.

Portanto, esta nota técnica visa compartilhar as iniciativas de arqueologia colaborativa e apresentar uma parte das atividades realizadas durante as escavações e as atividades de gabinete no sítio El Templo Urpiwacha (EA 106), situado no Complexo Arqueológico e Santuário de Pachacamac. A coordenação do projeto foi realizada pela Dra. Denise Pozzi-Escot (responsável pelo museu e pelo santuário) e envolve uma equipe de mais de vinte profissionais que fazem parte do complexo arqueológico mencionado.

As atividades de campo e escavações em El Templo Urpiwacha (EA 106) foram conduzidas sob a orientação da arqueóloga coordenadora de campo e laboratório, Janet Oshiro, que possui ampla experiência em diversas escavações no Santuário de Pachacamac e em outros contextos do Peru. Sob sua supervisão, foram proporcionados dias repletos de aprendizado, especialmente em reflexões sobre alternativas de documentação, escavação e análise de vestígios arqueológicos de distintos períodos e ocupações pré-hispânicas na região do vale central, ao longo da costa do oceano Pacífico.

Pesquisas dessa natureza são extremamente valiosas, pois possibilitam a formação e o enriquecimento cultural e profissional ao lidarmos com contextos diferentes do brasileiro. Além disso, servem como estímulo para o desenvolvimento de novos projetos colaborativos e participativos entre universidades brasileiras e centros de pesquisa peruanos, como o Museu de Pachacamac, por exemplo.

É importante destacar que as investigações arqueológicas de forma colaborativa na América do Sul contam com apoio e podem oferecer uma gama de oportunidades empolgantes e benefícios consideráveis. Entre esses benefícios, podemos mencionar a conservação e a salvaguarda da herança cultural enquanto americanos. Isso significa que facilita a proteção e a divulgação de dados sobre o patrimônio cultural em nível global. A cooperação entre arqueólogos latino-americanos, comunidades locais e povos tradicionais, incluindo comunidades indígenas, campesinas e outros grupos sociais, pode contribuir para a proteção e a preservação do patrimônio arqueológico sul-americano, além de promovê-lo para diversos públicos, como a sociedade brasileira.

Ademais, possibilita a elaboração de projetos que garantam o acesso a recursos financeiros internacionais, assim como a aplicação de tecnologias avançadas para diferentes análises, como a extração, amplificação e o sequenciamento genético preliminar de populações nativas, algo já iniciado no Laboratório de Bioarqueologia Translacional (LABBAT), da Universidade Federal do Ceará (UFC) do Brasil, e que poderá ser aplicado em pesquisas colaborativas com amostras coletadas e analisadas também, em sítios peruanos, especialmente esses encontrados no contexto do Santuário de Pachacamac. Na ocasião, poderão ocorrer colaborações entre instituições acadêmicas, ONGs, agências governamentais e comunidades locais que podem aumentar os recursos destinados à pesquisa arqueológica na América do Sul, especialmente ao estabelecer conexões e intercâmbios de pesquisa entre Brasil e Peru.

Portanto, projetos colaborativos desse tipo oferecem uma gama de vantagens, como a proteção do patrimônio cultural, a troca de saberes, o acesso a financiamentos, o fomento ao turismo cultural sustentável, a promoção da inclusão e diversidade, além de impulsionar o desenvolvimento local e estabelecer diretrizes éticas e sustentáveis que reforcem a interdisciplinaridade científica na América do Sul.

UM PANORAMA GERAL DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM CAMPO E GABINETE

De maneira geral, o Santuário de Pachacamac pode ser descrito como o principal local de culto da costa central por mais de mil anos, atraindo grande quantidade de peregrinos durante importantes rituais andinos. Pachacamac era reconhecido como um oráculo efetivo, conhecido por prever eventos futuros e influenciar os fenômenos naturais (BCP, 2017). Pessoas de diversas regiões iam ao santuário em busca de soluções para suas questões ou esclarecimentos sobre incertezas (GIESSO, 2018). O nome Pachacamac se traduz como *“alma da terra, aquele que dá vida ao mundo”*. Os antigos habitantes do Peru acreditavam que um simples movimento da cabeça dessa divindade poderia provocar terremotos. Ele não deveria ser encarado diretamente e até seus sacerdotes entravam na sala de costas. A adoração à Pachacamac era a base de toda a prática religiosa na região costeira (GIESSO, 2018; BCP, 2017; POZZI-ESCOT & OSHIRO, 2015; VEGA, 1985).

O sítio arqueológico que leva o mesmo nome é constituído por muros, vias, praças, espaços, templos, armazéns e diversas edificações erguidas ao longo de mais de mil anos. As investigações prosseguem na busca por descobertas que ajudem a entender as ocupações dessa área específica. Vale ressaltar que atualmente o Santuário de Pachacamac é visto como um dos locais arqueológicos mais significativos do Peru (POZZI-ESCOT *et al.*, 2022; BCP, 2017; POZZI-ESCOT e OSHIRO, 2015).

Desde 2008, no santuário de Pachacamac, são desenvolvidos, planejados e implementados projetos e programas voltados para a pesquisa e preservação das principais edificações. Tais iniciativas têm recebido apoio financeiro do Projeto Qhapaq Ñan, pertencente ao Ministério da Cultura do Peru, cuja finalidade é investigar, conservar, valorizar e destacar o caminho inca e os principais locais arqueológicos relacionados (POZZI-ESCOT et al., 2022).

Assim, o Museu de Pachacamac apresentou o “*Programa de Investigación y Conservación del Santuario arqueológico de Pachacamac 2015-2019*” em que inclui a pesquisa de importantes edificações como o Templo Pintado, o edifício inca de Taurichumpi, a Sala Central, o Acceso Sur del Acllawasi, la PCR13 e a conservação da Plaza de los Peregrinos, Templo del Sol e outros setores do santuario. Este programa foi aprovado com Resolução Diretora N° 249-2015-DGPA-VMPCIC/MC com data de 30 de junho de 2015. Por sua vez, está em conformidade com as diretrizes do “*Plan de Manejo del Santuario Arqueológico de Pachacamac*” aprovado pelo Decreto Supremo N° 004-2014-MC, com data de 11 de outubro de 2014 (POZZI-ESCOT et al., 2022; BCP, 2017; POZZI-ESCOT e OSHIRO, 2015).

Os achados deste projeto foram divulgados em várias publicações científicas e expostos em simpósios e conferências, tanto nacionais quanto internacionais, nas áreas de arqueologia, patrimônio e história. Ademais, foram executadas pesquisas em colaboração com instituições parceiras, como o Museu de História Natural da UNMSM, a UTEC e a PUCP, entre outras.

O programa para o período de 2023 a 2027, que se baseia no novo Regulamento de Intervenções Arqueológicas, recebeu aprovação em 7 de agosto de 2023, conforme a Resolução de Direção n.º 000339-2023-DCIA/MC. Este plano abrange a pesquisa e a preservação do Templo Pintado, da Sala Central, do Templo Urpiwacha, do Templo Antigo e das Ilhas Pachacamac. A iniciativa de conservação abrange setores adicionais do santuário que necessitam de intervenções urgentes (Pozzi-Escot – comunicação pessoal em 2024).

A colaboração brasileira nas investigações ocorreu na área do Templo de Urpiwacha (EA 106), localizado na parte noroeste do santuário arqueológico de Pachacamac, ao sul da lagoa que leva o mesmo nome e nas proximidades do Cemitério III estudado por Uhle. Esta estrutura abrange cerca de 14.700 m², possui um volume médio de 11.000 m³ e atinge uma altura máxima de 15 metros. É vinculada ao período Intermediário Inicial (200 d.C. - 600 d.C.) e à cultura Lima, evidenciada por suas características arquitetônicas e pelas cerâmicas encontradas. Atualmente, as pesquisas realizadas neste destacado edifício buscam estabelecer a sua cronologia de construção e uso, determinar sua extensão e entender sua conexão com o Cemitério III, que já foi descrito e investigado por Uhle.

Embora o objetivo desta nota técnica de pesquisa seja oferecer uma visão geral da participação de pesquisador brasileiro nas pesquisas de campo e gabinete, especialmente nas escavações em andamento no sítio Templo Urpiwacha (EA 106), ela também funciona como uma oportunidade para apresentar uma visão abrangente do Santuário Arqueológico de Pachacamac. Nesses espaços, é recomendável que a visita seja feita por todos os públicos. A estrutura do local proporciona segurança e áreas de convivência, além de proporcionar uma imersão na história pré-hispânica do Peru e na arqueologia andina e da América do Sul de forma mais ampla.

Em se tratando do museu do Santuário de Pachacamac, é possível afirmar que ele abriga uma impressionante coleção de objetos que narram parte da história de ocupação e resistência das diversas culturas que habitaram essa área da costa central do Peru. A experiência de visitar o museu pode ser feita de duas formas: a primeira aborda a narrativa histórica de forma cronológica, enquanto a segunda oferece uma perspectiva mais ampla e interativa. Este museu tem como objetivo preservar e proteger a memória e as informações relacionadas ao sítio arqueológico de Pachacamac, uma antiga cidade situada a aproximadamente 40 quilômetros ao sul de Lima, a capital do país (Figura 1a,b,c,d,e).

O museu contém uma vasta coleção de artefatos descobertos em escavações em Pachacamac e nas áreas adjacentes. Entre esses itens estão cerâmicas, tecidos, objetos metálicos, instrumentos musicais e muitos outros que fornecem dados sobre a cultura e a história da região antes da invasão espanhola. Para além disso, o museu disponibiliza informações sobre a relevância e a história do sítio arqueológico de Pachacamac, que funcionou como um importante centro religioso e cultural para várias civilizações pré-incas, incluindo os Ychma, Wari e Lima. O local abriga diversas pirâmides, templos e estruturas cerimoniais que pertencem a diferentes épocas da história peruana anterior à conquista.

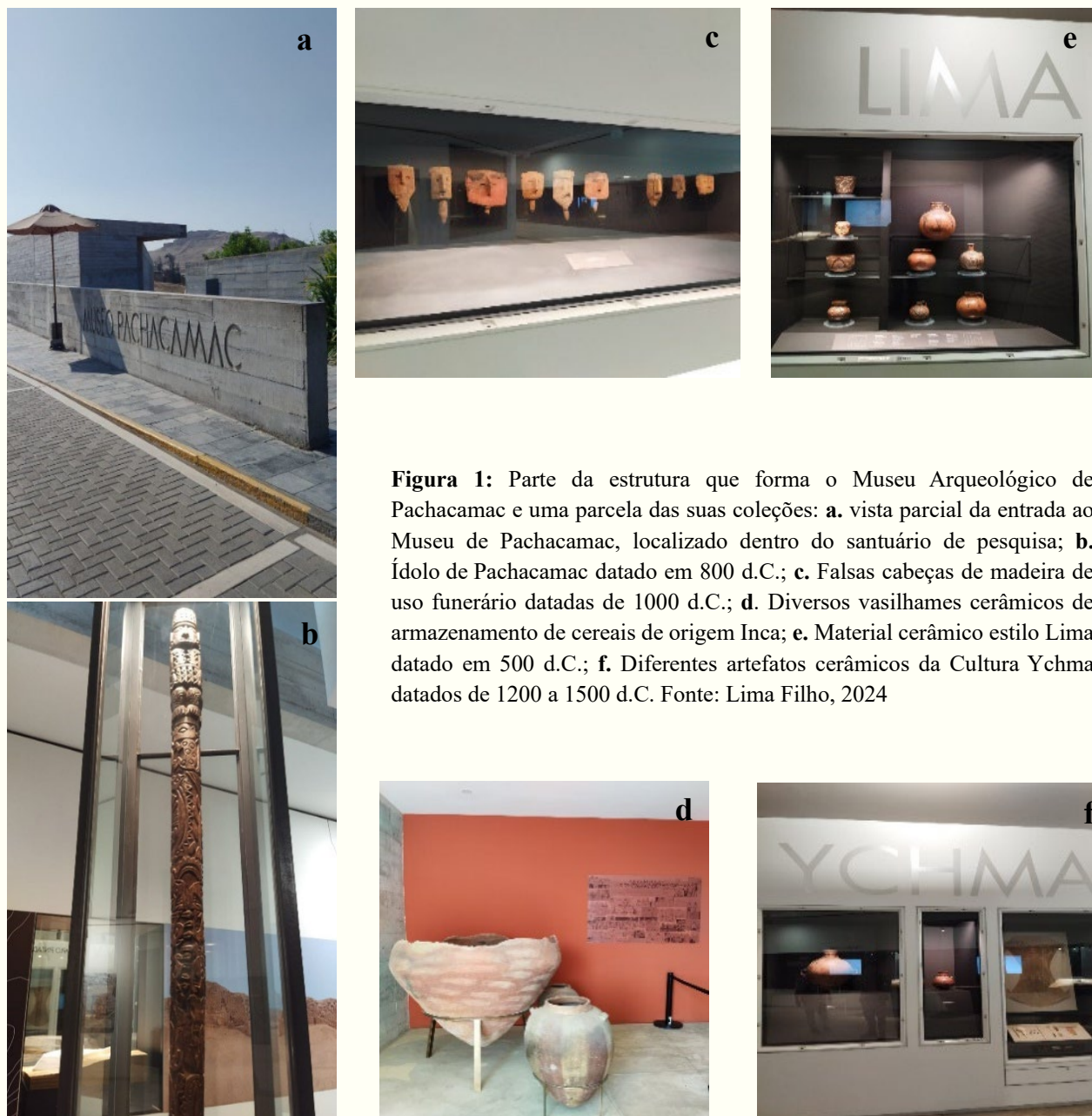


Figura 1: Parte da estrutura que forma o Museu Arqueológico de Pachacamac e uma parcela das suas coleções: **a.** vista parcial da entrada ao Museu de Pachacamac, localizado dentro do santuário de pesquisa; **b.** Ídolo de Pachacamac datado em 800 d.C.; **c.** Falsas cabeças de madeira de uso funerário datadas de 1000 d.C.; **d.** Diversos vasilhames cerâmicos de armazenamento de cereais de origem Inca; **e.** Material cerâmico estilo Lima datado em 500 d.C.; **f.** Diferentes artefatos cerâmicos da Cultura Ychma datados de 1200 a 1500 d.C. Fonte: Lima Filho, 2024

Em relação ao Santuário Arqueológico de Pachacamac, pode-se afirmar que o complexo abriga uma diversidade de edificações antigas que pertencem a diferentes épocas da história pré-colonial do Peru. Entre as principais construções, podemos destacar: diversas pirâmides e templos dedicados a várias divindades, como o Templo Pachacamac, voltado ao deus criador Pachacamac, e o Templo del Sol, ligado ao culto do sol, a Acllawasi, também chamada de "Casa das Escolhidas", onde as acllas, ou "esposas sagradas", residiam e realizavam seus rituais, Taurichumpi, que provavelmente funcionou como moradia para os líderes locais e era utilizado em cerimônias e atividades administrativas, várias infraestruturas administrativas e residenciais, que, além das edificações religiosas, incluíam áreas destinadas à administração e habitação da população de Pachacamac e ainda complexos de

armazenagem, que eram utilizados para guardar alimentos e outros recursos; f. pequenos sítios cerimoniais, compostos por vários locais de culto menores situados por todo o complexo arqueológico (Figura 2a,b,c,d) (POZZI-ESCOT et al., 2022; BCP, 2017; GIESSO, 2018; VEGA, 1985).



Figura 2: Vista parcial de parte das estruturas arqueológicas presentes no Santuário de Pachacamac, muitas delas já em processos de estudo e caracterização. Nas figuras é possível verificar os seguintes sítios e espaços: **a.** vista parcial do Templo Pintado; **b.** vista parcial do Edifício Taurichumpi datado em 1500 D.C.; **c.** vista frontal do Edifício Taurichumpi na malha central do santuário; **d.** Casa de los Quipus.

Fonte: Lima Filho, 2024

Essas são apenas algumas das principais construções que integram o Complexo Arqueológico de Pachacamac. Cada uma delas proporciona uma perspectiva importante sobre a vida, as crenças e as tradições das civilizações que existiram nesta área antes da chegada dos europeus. Também, além

desses templos e edificações de grande porte, há diversos cemitérios dispersos por todo o complexo arqueológico.

O Templo Urpiwachaq é uma das edificações significativas da região. Este templo faz parte do complexo cerimonial e religioso de Pachacamac. Em sua essência, o Templo Urpiwachaq apresenta uma forma piramidal, erguida pelos antigos moradores de Pachacamac.

As escavações estão ocorrendo em uma região localizada atrás do Templo Urpiwachaq, em uma elevação do platô, onde já foram identificados diversos materiais arqueológicos tanto na superfície quanto abaixo dela.

A contribuição do pesquisador brasileiro abrangeu desde a participação ativa nos trabalhos de escavações até análises em gabinete e atividades laboratoriais (curadoria e acondicionamento dos vestígios coletados, especialmente os de caráter bioarqueológico). Além dessas fases, foi possível compreender os métodos e técnicas de pesquisa utilizados em contextos arqueológicos andinos na área (Figuras 3a,b; Figura 4a,b,c e 5a,b,c,d).

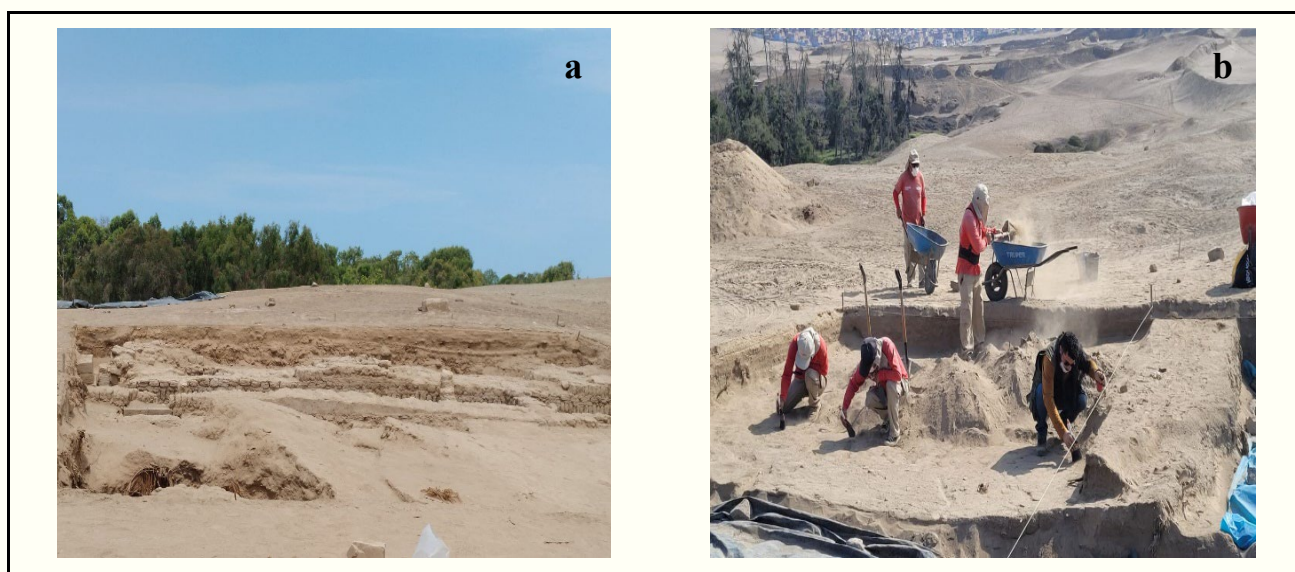


Figura 3: Vista de diferentes momentos das atividades de escavação no sítio Templo Urpiwachaq (EA 106), datado entre 500 e 1100 d.C. Na figura **a**, é possível verificar parte das ruínas de uma edificação já evidenciadas e na figura **b**, Parte das atividades de escavação da equipe de campo no templo e seu contexto.

Fonte: Lima Filho, 2024

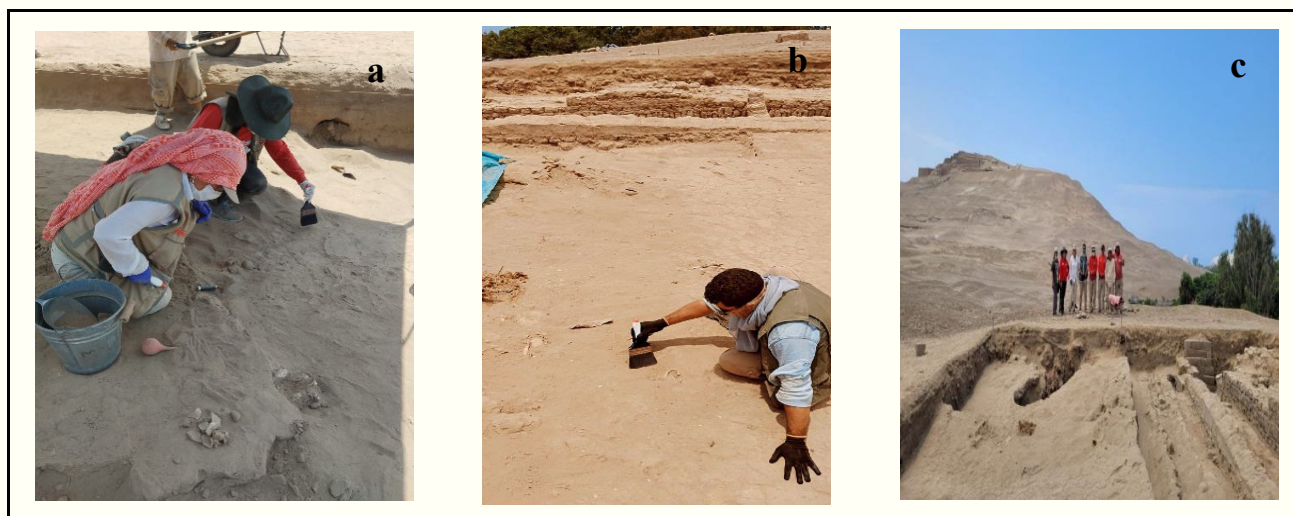


Figura 4: Vista de diferentes momentos das atividades de escavação no sítio Templo Urpiwacha (EA 106): **a.** parte da equipe de pesquisa durante atividades de evidencição de material bioarqueológico; **b.** arqueólogo brasileiro colaborador em atividade; **c.** Parte da equipe de campo na finalização de uma das etapa das atividades de campo no templo.

Fonte: Lima Filho, 2024



Figura 5: Vista de parte das diferentes atividades de curadoria dos artefatos evidenciados nas escavações do sítio Templo Urpiwacha (EA 106), com a equipe técnico-científica do Museu de Pachacamac. As imagens representam: **a.** curadoria e conservação de material com a arqueóloga Janet Oshiro; **b.** Pesquisador brasileiro em atividades de curadoria de material bioarqueológico e zooarqueológico; **c.** atividades de curadoria de material cerâmico in situ; **d.** Parte da equipe de pesquisa em procedimentos de separação, limpeza e acondicionamento de vestígios. Fonte: Lima Filho, 2024

É importante esclarecer que os estudos realizados em Pachacamac têm destacado a relevância da arqueologia pública e da interação com as comunidades locais. Isso se reflete nas diversas atividades realizadas pelo museu, que busca colaborar com os descendentes das culturas investigadas, compartilhar descobertas e garantir a participação das comunidades no processo de pesquisa e na

conservação do patrimônio cultural regional e local. Esse envolvimento contribui para o fortalecimento da identidade regional e para a preservação da história e da memória. Dessa forma, as investigações no local não apenas colaboram com a arqueologia social da América Latina, que se preocupa com o passado da região, mas também abordam questões atuais, como identidade cultural, patrimônio e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Santuário Arqueológico de Pachacamac, situado na costa central do Peru, é um relevante local histórico que vem sendo investigado há muitos anos. Vários estudiosos, especialmente arqueólogos, têm realizado escavações em diversas áreas do sítio, revelando dados significativos sobre sua ocupação e evolução ao longo do tempo.

Essas escavações expuseram edificações monumentais, templos, palácios, cemitérios e artefatos que contribuem para a compreensão da história e cultura das civilizações que habitaram essa parte do Peru pré-hispânico.

Além disso, é fundamental mencionar que, com o aumento do turismo e o crescimento urbano nas redondezas de Pachacamac, surge uma preocupação crescente com a conservação e proteção do complexo arqueológico. Pesquisadores têm se empenhado em iniciativas de preservação para salvaguardar as estruturas e objetos de danos provocados pelo clima, erosão e atividades humanas na área ao redor do sítio santuário.

Em última análise, a investigação científica em Pachacamac frequentemente requer uma colaboração diversificada entre profissionais de várias áreas, como arqueólogos, antropólogos, historiadores, conservadores, geólogos, biólogos e outros especialistas. Essa metodologia que integra diferentes disciplinas possibilita uma melhor compreensão da trajetória histórica, além de unir equipes de pesquisa da América do Sul, o que ajuda a elaborar uma narrativa histórica sobre as diversas sociedades que habitaram o continente americano ao longo de milhares de anos.

AGRADECIMENTOS

Os autores expressam sua gratidão ao Museu Arqueológico e Santuário de Pachacamac, assim como a toda a equipe de pesquisa, pela assistência e pela oportunidade proporcionadas durante as atividades de campo realizadas em fevereiro de 2024. Agradecem também à comunidade de Puente Lurín e à cidade de Lima pelos momentos compartilhados nas imediações do santuário arqueológico localizado na costa central. Se agradece a Funda Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela bolsa de doutorado que tem viabilizado parte das pesquisas do primeiro autor dentro e fora do Brasil. Por fim, esta pesquisa colaborativa é dedicada de maneira especial ao povo peruano, que diariamente enfrenta desafios com determinação, refletindo o espírito gentil, resiliente e alegre que caracteriza a comunidade latino-americana.

REFERÊNCIAS CITADAS

- BCP – Banco de Crédito do Perú. 2017. *Pachacamac: el oráculo en el horizonte del sol poniente*. Biblioteca Nacional do Peru.
- GIESSO, Martin. 2018. *Historical Dictionary of Ancient South America*. [S.l.]: Rowman & Littlefield, p.133.
- POZZI-ESCOT, Denise & OSHIRO, Janet. 2015. *Urpiwacha: gestión y puesta en valor de la laguna*. Ministerio de Cultura & Universidad del Pacífico, Lima Perú.
- POZZI-ESCOT, D., ABAD, S., CARRIÓN, R., ISA-ADANIYA, A., FUENTES, S., PATAZCA, C., & UCEDA BRIGNOLE, C. R. 2022. Museos interdisciplinarios: Investigación arqueológica, conservación y comunicación en el santuario arqueológico de Pachacamac. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (39), 27–43.
- VEGA, Garcilaso de la. 1985. *Comentarios Reales de los Incas*. Fundacion Biblioteca Ayacuch, p. 69.

PACHACAMAC MUSEUM:

<https://web.archive.org/web/20110625192534/http://pachacamac.perucultural.org.pe/mitop.htm> (Acesso realizado em 25 em Março de 2024).

BARTHEL, Stela Gláucia Alves. *Vestígios do Art Déco na Cidade do Recife (1919-1961): Abordagem Arqueológica de um Estilo Arquitetônico*. V40 N2, p. 99-106, 2025. <https://doi.org/10.51359/2448-2331.2025.265811>

RESUMO DE TESE DE DOUTORADO

VESTÍGIOS DO *ART DÉCO* NA CIDADE DO RECIFE (1919-1961) ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA DE UM ESTILO ARQUITETÔNICO

TRACES OF *ART DÉCO* IN THE CITY OF RECIFE (1919-1961) AN ARCHAEOLOGICAL APPROACH TO AN ARCHITECTURAL STYLE

Stela Gláucia Alves Barthel¹

<https://orcid.org/0009-0007-5242-3565> / barthelstela@gmail.com

¹ Faculdade de Ciências Humanas ESUDA, Recife, Pernambuco, Brasil.

INTRODUÇÃO

A tese foi defendida em fevereiro de 2015 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com a orientação da Professora Doutora Ana Catarina Peregrino Torres Ramos e a coorientação do Professor Doutor Ricardo Pinto de Medeiros. A base da pesquisa foi o Acervo Arquitetônico Saturnino de Brito- AASB (2010) e Naslavsky (1992). No AASB constam documentos, plantas baixas e cortes esquemáticos relativos a 120.000 edifícios da cidade do Recife, entre as décadas de 10 a 60 do século XX, a partir da implantação do Sistema de Saneamento Básico da cidade, feito pelo engenheiro Francisco Saturnino de Brito em 1915 (Carvalho et. al., 2010). A publicação foi uma parceria do Laboratório de Imagem de Arquitetura e Urbanismo (LIAU), do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) e da Companhia Petróleo do Brasil (PETROBRAS). Naslavsky analisou no Trabalho de Conclusão de Curso “Estudo do Protorracionalismo no Recife”, 40 edifícios da cidade do Recife. A pesquisa serviu de base para que alguns deles fossem incluídos na Lei dos Imóveis Especiais de Preservação (IEPs)².

Partiu-se da hipótese de que todas as classes sociais adotaram o estilo como símbolo de modernidade e de *status*, mas à medida que este se difundiu a partir dos bairros centrais mais antigos para a periferia, ele passou a apresentar uma especificidade e sofreu adaptações por parte principalmente das camadas mais baixas da população. Todos queriam “estar na moda” e o *Art Déco* era o que havia de mais moderno, com o advento do concreto armado. Isto foi um fenômeno que ocorreu em toda a América Latina (Segawa, 2011). O estilo engloba todos os segmentos da arte e o mobiliário urbano, como bancos, pedestais de relógios, calçadas, fontes, estátuas, grades, muros etc.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na abordagem da Arqueologia da Arquitetura e da Arqueologia Social, o *Art Déco* é tomado como vestígio arqueológico de uma sociedade passada e das ideias por detrás dos artefatos e dos edifícios (Deetz, 1996).

No estudo de Conde e Almada sobre a cidade do Rio de Janeiro (In: Czajkowsky, 2000) foram catalogadas 3 variantes do estilo: a Afrancesada, a Escalonada (no Brasil, com a sub-variante Marajoara) e a *Streamline*, conhecida na Europa como *Zig-Zag*. A primeira foi uma modernização das antigas fachadas do estilo Eclético, com a retirada de elementos como ânforas, bustos, estátuas, pinhas

² Lei Nº. 16.284, 22 de janeiro de 1997.

e a substituição por elementos geométricos na composição dos edifícios e platibandas. A segunda foi uma referência aos edifícios piramidais dos Maias, Astecas e da Mesopotâmia e no Brasil, com o acréscimo de elementos geométricos Marajoaras do estado do Pará, o que se traduz pelo escalonamento das platibandas e a superposição dos planos da edificação e ainda estilizações da fauna e da flora. A terceira, traduzida como ‘aerodinâmica’ por alguns autores, com elementos que remetem às máquinas, como aparelhos de rádio, automóveis, locomotivas e principalmente navios, com abundância de referências náuticas e poucos ornamentos.

METODOLOGIA

Foram encontradas 23 funções para os edifícios registrados: abrigo de ônibus, cassino, clubes, edifícios comerciais, edifícios públicos, edifícios mistos, escolas, estação de rádio, estação ferroviária, estação rodoviária, fábricas, galpões, hospital, hotel, mercados, postos salva-vidas, quartel, residências multifamiliares, residências unifamiliares, salas de cinema, teatros, templos e túmulos.

Por causa da metodologia empregada na pesquisa alguns exemplares interessantes e únicos não foram analisados: o Cassino Americano, o antigo Terminal Rodoviário, a antiga estação da Rádio Clube de Pernambuco PRA8, um abrigo de ônibus no bairro de Campo Grande, uma antiga estação de trem, no bairro da Encruzilhada e os seis postos salva-vidas das praias de Boa Viagem e do Pina, todos da variante *Streamline* com pontuações médias. São vários os túmulos encontrados no Cemitério de Santo Amaro na variante Escalonada, todos com pontuações médias, como o Mausoléu-capela de Agamenon Magalhães ou o Mausoléu-capela da Marinha do Brasil (Ramos et. al.; 2014; Barthel et. al., 2020; Barthel; Ramos. In: Castro; Ramos; Freitas, 2024).

Foi montado um Quadro de Pontuação dos Atributos (QPA) para se analisar cada um dos 683 edifícios encontrados. Foram listados 41 atributos da cultura material, sendo 26 deles comuns a todos, tais como balcões, marquises, pestanas, grades em ferro forjado etc. Aos atributos comuns às 3 variantes foi dada a pontuação 1, aos atributos característicos de cada uma delas foi dada a pontuação 2. Cada uma das variantes ficou com 4 atributos característicos, sendo que a variante *Streamline* possuía 7 deles e para que ficassem equiparadas, 3 dos atributos menos presentes nos edifícios ficaram também com pontuação 1. No QPA eles estão assinalados com um asterisco. Foram considerados como de alta pontuação os edifícios acima de 10 pontos, de média pontuação aqueles entre 6 e 10 pontos e os de baixa pontuação aqueles entre 1 e 5 pontos.

Notou-se então a presença de 2 tipos residuais de edifícios, que não se enquadravam em nenhuma das 3 variantes ou que utilizavam os elementos característicos de 2 e 3 variantes misturados. Estes exemplares eram numerosos, representando 35,1% dos edifícios encontrados. Foram então aplicadas mais 3 classificações, feitas por autores brasileiros como Unes (2001), em estudo sobre a cidade de Goiânia, em Goiás, Campos (2003), em estudo sobre a cidade de São Paulo e Farias (2011), em estudo sobre a cidade de João Pessoa, na Paraíba. Nenhuma das classificações abarcava a produção encontrada na cidade do Recife. Foram então propostas pela autora 2 novas variantes: a Mestiça, para os exemplares que não se enquadravam em nenhuma das 3 variantes, mas que utilizavam o repertório do estilo, principalmente os atributos em concreto armado e a Híbrida, para aqueles exemplares que misturavam elementos de 2 e até 3 variantes.

ANÁLISE DOS EXEMPLARES ENCONTRADOS

Foram selecionados para a análise os edifícios que tinham registros fotográficos e datas, plantas e cortes no AASB (2010) ou em Naslavsky (1992). O trabalho foi dividido em 3 partes: na primeira, foram identificados em cada bairro os edifícios com a maior pontuação, que poderiam ser atribuídos à classe alta, sendo 9 deles com 7 funções diferentes: 1 clube, 2 edifícios comerciais, 1 escola, 1 hospital, 1 mercado, 1 residência multifamiliar e 2 residências unifamiliares. Alguns destes são IEPs. Na segunda parte, foram identificados os edifícios com as mais baixas pontuações de cada bairro, que poderiam ser atribuídos à classe baixa. São 17 edifícios e 4 funções: 7 edifícios comerciais, 5 edifícios mistos, 2 residências multifamiliares e 3 residências unifamiliares. Na terceira parte, foram estudados os exemplares de pontuação média, que já não fazem parte do acervo arquitetônico do estilo *Art Déco* da cidade do Recife ou porque foram descaracterizados ou porque foram demolidos ou porque desmoronaram. São 9 exemplares com a mesma função de residências unifamiliares e mais 2 exemplares com pontuação baixa, edifícios comerciais, mas que poderiam ser atribuídos à classe média. Quanto maior o número de atributos de um edifício, mais dispendiosa a sua execução. Comparar estes edifícios foi útil para se ter uma ideia de como as diferentes classes sociais utilizaram o estilo e em que áreas da cidade, valorizadas ou não, eles se localizavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Uma das constatações da pesquisa é que na cidade do Recife o estilo se estendeu para além dos anos 50, que é considerada a data limite para outras cidades estudadas no país. Em contrapartida, ele iniciou apenas um ano após o seu advento na Europa e nos Estados Unidos. Isto pode ser explicado pela posição que a cidade ocupava nas rotas marítimas que vinham de fora em direção à cidade do Rio de Janeiro, que era então a capital (Roiter, 2011). A cidade do Recife era o primeiro ponto de parada das aeronaves e dos navios, que traziam informação não só através de jornais e revistas, mas também da ambientação e dos objetos destinados para o comércio. Por isto, o recorte temporal abrangeu os edifícios mais antigos, de 1919 e o mais recente, datado de 1961. Em todo o mundo, o estilo *Art Déco* é datado no período entre guerras (1918- 1939).
- Os bairros de São José, Boa Vista, Santo Antônio e o Bairro do Recife apresentam os exemplares mais pontuados e mais antigos. No resto do país o auge do estilo se dá nos anos 30, mas no Recife ele se dá nos anos 40, convivendo com o Ecletismo tardio e com o Modernismo, com o qual é confundido. Os bairros centrais, que hoje fazem parte da Região Político-Administrativa 1 (RPA1-Centro), apresentam 54,1% das ocorrências. A distribuição pelas outras áreas da cidade se dá desta forma: 10,3% na RPA2-Norte; 13% na RPA3-Nordeste; 9,9% na RPA4-Oeste; 4,2% na RPA5-Sudeste e 8,1% na RPA6-Sul (Barthel, 2016).
- Não há exemplares luxuosos como no Rio de Janeiro. Outro fato que chama a atenção é que muitos edifícios foram demolidos para dar lugar aos exemplares *Art Déco*, problema pelo qual hoje o estilo vem passando, correndo o risco de desaparecer. Também é notável o fato de que as ruas foram retalhadas em vários pedaços, para que se pudesse homenagear mais pessoas e muitos nomes de ruas que constam no AASB (2010) foram trocados.
- Através da luz da Arqueologia, puderam ser vistos edifícios que a rigor não constariam de nenhum estudo sobre o estilo, permanecendo invisíveis. A perspectiva arqueológica acabou por revelar um tipo de arquitetura discreta, sem importância, que passa despercebida, mas que mostra uma estratégia de como as diferentes classes sociais agiram para parecerem modernas, ao imitar o estilo das grandes capitais e adaptar os

atributos de concreto armado às fachadas, como uma maquiagem de modernidade, embora neste momento a cidade do Recife ocupasse a posição de quarta maior cidade brasileira.

- O estilo *Art Déco* desempenhou um importante papel no processo de mudança cultural. O que parecia obvio na hipótese inicial se revelou diferente. Existia uma grande lacuna entre o que havia na literatura e o que foi encontrado na cidade do Recife. Houve uma especificidade ao ser empregado na cidade, quase como se fosse uma espécie de “Maneirismo”. Este termo, cunhado durante o período do Renascimento (1400-1600) pelo pintor e arquiteto italiano Giorgio Vasari, refere-se pejorativamente a algo criado “à maneira de”, no caso, à maneira dos grandes mestres, mas de uma forma diferente. Os atributos do estilo na cidade do Recife foram conjugados a um modo de construção popular, havendo sinais de identidade local, que é ao mesmo tempo uma forma de resistência, o saber-fazer (Certeau, 1988) e do diálogo, através do contato (a moda). Inventividade e criatividade mescladas.
- Haveria então um limite entre o que é e o que não é *Art Déco*? Os edificios nomeados de Mestiços neta pesquisa ainda fariam parte do estilo? A resposta é sim. Os elementos da cultura material derivam de um estilo erudito inicial. Não se enquadram nem no Ecletismo e nem no Modernismo, estilos anterior e posterior. Empregam os atributos característicos do estilo em concreto armado. Podem não ter o *glamour* e a sofisticação do *Art Déco* europeu ou americano e nem o luxo da capital do país, mas simbolizam o desejo de modernidade, de mudança, um novo gosto, uma nova moda. Todos os exemplares estudados são do estilo, embora mais simples, mais singelos.
- A *Streamline* é a variante que tem a menor escala de adaptações, mas às vezes ela foi simplificada ao extremo, apresentando edificios com baixas pontuações, o que não era esperado. Na variante Híbrida também ocorreram pontuações baixas. Deveria ser a mais sofisticada, porque mistura os elementos das variantes, mas não foi isto o que ocorreu. A variante Mestiça também revelou surpresas, com edificios localizados em bairros centrais e em sobrados e até lojas elegantes da cidade. Ela também revela a falta de mão de obra especializada e de recursos em bairros periféricos, como Afogados (RPA 5-Sudeste) e Campo Grande (RPA 2- Norte). As variantes Afrancesada e Escalonada se

comportaram dentro do esperado, sendo a primeira escassa em todas as regiões da cidade e a segunda, a mais numerosa, empregada em quase todos os tipos de funções.

- Alguns destes 683 edifícios são ruínas ou sofreram acréscimos e descaracterizações, mas o estilo ainda é reconhecível. São obras que fazem parte de um momento específico da história da cidade. Representam uma variedade dentro da unidade do estilo no país.

REFERÊNCIAS CITADAS

- ACERVO Arquitetônico Saturnino de Brito. 2010. Recife: CECI/COMPESA/LIAU/ PETROBRAS.
- BARTHEL, S. G. A. 2016. “Presença do *Art Déco* na cidade do Recife”. Revista Hum@nae, v. 10, n. 2.
- BARTHEL, S. G. A.; RAMOS, A. C. P. T.; CASTRO, V. M. C. 2020. “Estilos arquitetônicos em espaços cemiteriais: contribuição aos estudos de Arqueologia Funerária”. Revista Noctua- Arqueologia e Patrimônio, v. 2, 107-141.
- BARTHEL, S. G. A.; RAMOS, A. C. P. T. 2024. “Estilos arquitetônicos em quatro cemitérios do Recife: estudos de Arqueologia Funerária”. In: CASTRO, V. M. C.; RAMOS, A. C. P. T.; FREITAS, P. C. (Org.) Memórias Póstumas: arqueologia cemiterial em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE. Série Livro-texto, 173-192.
- CAMPOS, V. J. B. 2003. O *Art Déco* e a construção do imaginário moderno: um estudo de linguagem arquitetônica. Tese de Doutorado. São Paulo: FAU-USP.
- CARVALHO, M. R.; MOREIRA, F. D.; MENEZES, J. L. M. 2010. Um Recife saturnino: arquitetura, urbanismo e saneamento. Recife: NECTAR.
- CERTEAU, M. 1998. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes.
- CONDE, L. P. F.; ALMADA, M. 2000. “Panorama do *Art Déco* na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro”. In: CZAJKOWSKI, J. (Org.). Guia da arquitetura *Art Déco* no Rio de Janeiro. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 5-21.
- DEETZ, J. 1996. In small things forgotten: an archaeology of early american life. New York: Anchor books.
- FARIAS, F. C. 2011. Cidade em expansão: o Art Déco na João Pessoa de 1932-1955. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: FAU-UFPB.
- Lei Nº. 16.284 (Imóveis Especiais de Preservação), 22 de janeiro de 1997.
- NASLAVSKY, G. 1992. O estudo do protorracionalismo no Recife. Monografia de Conclusão de Curso em Arquitetura. Recife: UFPE.
- RAMOS, A. C. P. T.; MEDEIROS, R. P.; BARTHEL, S. G. A. 2014. “O *Art Déco* na cidade de Recife, [Pernambuco]”. FUNDHAMENTOS, v. XI, 100-113.
- ROITER, M. 2011. Rio de Janeiro *Art Déco*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- SEGAWA, H. 2011. Modernidade na América Latina. Palestra proferida no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, Auditório do CFCH.
- UNES, W. A. 2001. Identidade *Art Déco* de Goiânia. Goiânia: UFG.